

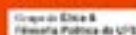
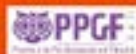
AS LUZES E OS DILEMAS DE NOSSO TEMPO

II CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO SÉCULO XVIII

Data: 16 a 18 de maio de 2022

Local: Universidade Federal de Sergipe

CADERNO DE RESUMOS



CADERNO DE RESUMOS DO

II Congresso da



"AS LUZES E OS DILEMAS DE NOSSO TEMPO"

16 A 18 DE MAIO DE 2022



Grupo de Ética &
Filosofia Política da UFS

ARACAJU-SE

Universidade Federal de Sergipe

Reitor: Prof. Dr. Valter Jovinião de Santana Filho

Vice-reitor: Prof. Dr. Rosalvo Ferreira Santos

Pró-Reitor de Pós-graduação e Pesquisa da UFS

Pró-reitor: Prof. Dr. Lucindo José Quintans Junior

Centro de Educação e Ciências Humanas

Diretora: Profa. Dra. Silvana Bretas

Vice-diretor: Prof. Dr. Marcos Balieiro

Departamento de Filosofia

Chefe: Prof. Dr. Renato Mendes Rocha

Vice-chefe: Profa. Dra. Cecília Mendonça de Souza Leão Santos

Programa de Pós-Graduação em Filosofia

Coordenador: Prof. Dr. Marcos Balieiro

Coordenador Adjunto: Prof. Dr. Saulo Henrique Santos

Apoio

Departamento de Filosofia da UFS, Programa de Pós-graduação de Filosofia da UFS, CAFIL, Cátedra Marquês de Pombal/UFS,

Coordenação geral

Prof. Dr. Antônio Carlos dos Santos (UFS)

Comissão organizadora

Prof. Dr. Antônio Carlos dos Santos (UFS)

Prof. Dr. Marcos Balieiro (UFS)

Prof. Dr. Maria das Graças de Souza (USP)

Comissão científica

Profa. Dra. Helena Esser dos Reis (UFG)

Profa. Dra. Cecília Almeida (UnB)

Prof. Dr. Edmilson Menezes Santos (UFS)

Prof. Dr. Thomaz Kawauche

Comissão de apoio

Mariana Dias Pinheiro Santos (UFS)

Renata Dias Ribeiro (UFS)

Yaron Amaral Freitas Magalhães (UFS)

Marina Pereira da Silva

Diego Andrade Nascimento

Arte do cartaz e do caderno de resumos

Profa. Dra. Lilian Cristina Monteiro França (UFS)

Profa. M.Sc. Acássia Araújo Barreto (NUCA/UFS)



CADERNO DE RESUMOS DO

II Congresso da Associação Brasileira de Estudos do Século XVIII "As Luzes e os Dilemas de nosso Tempo"

Organização:
Prof. Dr. Antônio Carlos dos Santos

16 a 18 de maio de 2022
Aracaju, SE

ABES XVIII – Associação Brasileira de Estudos do Século XVIII
CNPJ 24563714/0001-76
abes18secretaria@gmail.com <http://abes18.wix.com/inicio/>
www.facebook.com/estudos18/

Conselho diretor (2018-2022)

Maria das Graças de Souza (Presidente), Maria Constança Peres Pissarra (Primeira vice-presidente), Jacira de Freitas (Segunda vice-presidente), Antônio Carlos dos Santos (Delegado junto à SIEDS), Thomaz Massadi Kawauche (Secretário), Maria de Fátima Simões Francisco (Vice-secretária), Renato Moscateli (Tesoureiro), Ciro Lourenço Borges Júnior (Representante da pós-graduação).

Conselho fiscal (2018-2022)

Luciano da Silva Façanha, Ricardo Monteagudo, Sônia Campaner Miguel Ferrari.

Endereço para correspondência

Aos cuidados de Thomaz Kawauche
Rua Geminiano Costa, 1458, Jardim São Carlos, 13560-641, São Carlos, SP.

Ficha catalográfica:

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Congresso da ABES XVIII (5. : 2022 : Aracaju, SE - online)

II Congresso da Associação Brasileira de Estudos do Século XVIII [livro eletrônico] : as luzes e os dilemas de nosso tempo : caderno de resumos / organização Antônio Carlos dos Santos. -- 1. ed. -- Aracaju, SE : Ed. dos Autores, 2022.
PDF.

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-00-44932-7

1. Ciências sociais 2. Ciências sociais e história
3. Filosofia 4. História - Congressos 5. História - Século 18 I. Santos, Antônio Carlos dos. II. Título.

22-110558

CDD-909.7

Índices para catálogo sistemático:

1. História : Século 18 909.7

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129



APRESENTAÇÃO

A Associação Brasileira de Estudos do Século XVIII (ABES XVIII), constituída em 2014 e formalmente registrada em 2016, tem como objetivo reunir pesquisadores de diversas áreas do conhecimento interessados na cultura e na história do século XVIII. Trata-se de uma entidade sem fins lucrativos voltada para o incentivo e a difusão de estudos acadêmicos relacionados ao movimento social e intelectual hoje conhecido como “Iluminismo”, “Lumières”, “Enlightenment”, Luzes ou Aufklärung”.

A ABES XVIII é filiada à *Société Internationale d'Étude du Dix-huitième Siècle* (SIEDS) e oferece aos seus membros o meio institucional para a participação nas atividades oficiais de um grupo que reúne pesquisadores não apenas da América e da Europa, mas também do Japão, da Coreia e da Austrália. Os congressos da SIEDS ocorrem quadrienalmente e, em sua última edição (Edimburgo, 2019), registrou-se a presença de vários brasileiros, a maior parte dos quais ligados à ABES XVIII.

O II Congresso da ABES XVIII é a ocasião para reunir os membros da Associação, que discutem seus trabalhos de pesquisa, juntamente com todos aqueles que se interessam, direta ou indiretamente, pelo chamado “Século das Luzes” .

Com o intuito de viabilizar um amplo debate envolvendo as diversas áreas das Humanidades, a comissão organizadora do Congresso propôs como tema do evento “As Luzes e os dilemas de nosso tempo” . Espera-se, dessa maneira, criar as condições para que as universidades brasileiras possam se inserir no âmbito das atividades de pesquisa internacionais sobre o século XVIII europeu, latino-americano e brasileiro.

O I Congresso da ABES XVIII ocorreu na USP, em 2017. A segunda edição do evento, organizada na UFS, será totalmente *online* devido aos resquícios da pandemia de COVID-19. Apesar das condições materiais pouco favoráveis, o II Congresso da ABES XVIII contabiliza 120 inscritos: são professores e estudantes de todas as regiões do Brasil, além de representantes de Argentina, Portugal, Itália e Inglaterra.

Se é verdade que a marca do I Congresso foi a pluralidade no modo de tratar os estudos do Século XVIII, certamente não será diferente na sua segunda edição que, além de maior representatividade regional, trouxe temas e abordagens relacionando as Luzes aos dilemas de nosso tempo, como reza o tema do evento. Por seu caráter multidisciplinar, o Congresso é a ocasião propícia para a troca de experiências de pesquisa de pontos de vista diversos, de acordo com as metodologias próprias da Filosofia, da História, dos estudos em Literatura, das Ciências Sociais, da Educação e das Artes.

Neste II Congresso, a ABES XVIII convida o leitor ou leitora a fazer parte deste projeto que colabora para consolidar as pesquisas da área no Brasil. Que ele seja este espaço de pesquisa, de debate e de polêmica.



JUSTIFICATIVA

Hannah Arendt havia escrito que “os tempos sombrios [...] não são novos; mais do que isto, não são raridades na história” . Vivemos hoje uma época sombria. é certo; não podemos ignorar, ainda nas palavras de Arendt, as urgências de nosso tempo. Assim, a comissão organizadora do II Congresso da Associação Brasileira de Estudos do Século XVIII, propõe para o congresso o tema “As Luzes e os dilemas do nosso tempo” . O tema é amplo de modo a acolher a diversidade das pesquisas realizadas hoje pelos colegas estudiosos do Iluminismo. Os impasses com os quais nos deparamos atualmente e que exigem a nossa reflexão, são de várias naturezas: sanitária, econômica, política, cultural. A desigualdade, que devasta o nosso país, que se evidenciou, desta vez, no plano internacional, com a desigualdade vacinal no mundo, a ascensão de governos autoritários e o enfraquecimento das democracias, o recrudescimento dos preconceitos, a recusa do conhecimento e a consequente desvalorização das universidades e outras instituições de pesquisa são temas que encontram, entre os pensadores do século XVIII, um solo fértil para a nossa reflexão. São objetos de preferência dos autores que frequentamos em nossos estudos. Esperamos assim que os trabalhos apresentados em nosso congresso a partir do tema proposto sejam ocasião não somente de dar continuidade ao processo de produção e difusão do conhecimento, mas também um exercício de liberdade e de resistência.

Os organizadores

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
JUSTIFICATIVA.....	8
PROGRAMAÇÃO	18
Las críticas de Voltaire a Rousseau en el Rescrit de l’Empereur de la Chine à l’occasion du Projet de paix perpétuelle	37
Adrián Ratto	37
A contribuição de Edward Said para o debate da História das Ideias	38
Ahmed Hussein Zoghbi	38
A historiografia e sua temporalidade segundo David Hume	39
Alana Boa Morte Café	39
Ética e a sociedade de risco	40
Aline Karen Cristina Canella	40
“Por acaso você é nazista?”: Reflexões sobre a validade do argumento prático ao absurdo.....	41
Álvaro Luis Ribeiro Reis	41
Voltaire, crítico da cultura do cancelamento.....	42
Ana Luiza Reis Bedê	42
A Nupcialidade no Reinado de D. José I (1750-1777) - O caso da Vila de Serpins.....	43
Ana Margarida Fernandes Barata	43
Ações experimentais rumo à emancipação – Diderot, Marivaux, Denon	44
André Luiz Barros da Silva	44
Jose Miguel Aires e a formação da elite colonial na Amazônia setecentist....	45
André José Santos Pompeu	45
Aspectos da educação estética em Schiller e Voltaire.....	46
Anna Clara Carvalho Nascimento	46
As antiluzes francesas: em busca do conceito.....	47
Antônio Carlos dos Santos	47

Progresso e humanismo: uma crítica ao livro Humanidade – uma história otimista do homem (2020) de Rutger Bregman.....	48
Antonio José Pereira Filho	48
Uso público da razão x Fake news: uma leitura a partir de Kant	49
Ariane Santos Ribeiro Melonio e Danielton Campos Melonio	49
Rousseau e a filosofia do Iluminismo: rica, difusa, multifacetada?	50
Arlei de Espíndola	50
O Esclarecimento kantiano: uma resposta para os tempos sombrios.....	51
Bianca Malena do Nascimento Cordeiro	51
Rousseau e o afastamento dos fatos: das verdades teológicas ao materialismo enciclopedista	52
Breno Zen	52
Esclarecimento e Moral: Uma Perspectiva de Progresso em Kant	53
Bruno Bogéa Lima	53
História humana e História Natural em Kant.....	54
Bruno Oberlander Erbella	54
Kanteducador: uma educação para além da civilidade, rumo ao esclarecimento.....	55
Carlyanne Helena Costa Tavares	55
A atualidade das Luzes em nossa contemporaneidade: penumbra e obscurantismo.....	56
Carlota Boto	56
O homeschooling como antítese do projeto filosófico da modernidade para a escola	57
Christian Lindberg L. do Nascimento	57
Pensar o universo sem o humano? Sobre a crítica de um libertino sadiano ao antropocentrismo.....	58
Clara Castro	58
“Contra toda uma geração”: dissidência e resistência em Rousseau	59
Claudio A. Reis	59
Iluminismo e Ciência em Portugal	60
Custódia Alexandra Almeida Martins	60
Uma Leitura de Jacques, o Fatalista, e seu Amo, mediante o Conceito de Estado Ativo da Matéria d’O Sonho de D’Alembert	61
Danielly Lima dos Santos	61
O dilema do filósofo: seu ideal e seu negativo, o charlatão	62
Danilo Bilate	62

Foucault e a Aufklärung: elementos de ‘ontem’ e de ‘hoje’ para a filosofia	63
David Inácio Nascimento	63
<i>Le crime d’encyclopédisme</i> : filosofia e periculosidade no Brasil do Século XVIII.....	64
Edmilson Menezes	64
A propósito da degeneração do gênero humano e a dissolução dos costumes nos espetáculos teatrais do século XVIII: objeções à comédia classicista de Molière, por Jean-Jacques Rousseau	65
Elber Alves Ferreira	65
A querela entre Condillac e Buffon sobre os animais: influências, diálogos e perspectivas	66
Evaldo Becker e Ronei Clécio Mocellin	66
Reflexões sobre os fundamentos pedagógicos do pensamento de Immanuel Kant....	67
Evilásio Barbosa da Silva	67
A vida de Jesus” de Hegel: O início de um itinerário	68
Fabiano Veliq	68
Diderot: ceticismo, materialismo e sátira.....	69
Felipe Cordova	69
Rousseau e a desigualdade econômica	70
Felipe Matos Lima Melo	70
A crítica de David Hume ao contrato original: fanatismo introduzido no campo político por princípios especulativos.....	71
Flávio Augusto de Oliveira Santos	71
Os limites da tolerância: uma comparação entre Locke e Voltaire.....	72
Flavio Fontenelle Loque	72
Diálogos da política e do conhecimento no humanismo italiano e na ilustração francesa do século XVIII.....	73
Gabriel Afonso Campos e Raul Salvador Blasi Veyl	73
Sobre a crítica à civilização: uma análise acerca da sociedade civil e seu mal-estar.....	74
Genildo Ferreira da Silva	74
Ateísmo e Revolução: uma proposta de leitura do Franceses, mais um esforço se quiserdes serem republicanos do Marquês de Sade.....	75
Guilherme Grané Diniz	75
Vozes da América: o perfil iluminista de Thomaz Jefferson	76
Guilherme Marchiori de Assis	76
O conservacionismo rousseauista nas Ilhas Maurício Gustavo Cunha Bezerra.....	77
Gustavo Cunha Bezerra	77

A Moral Religiosa do Século XVIII	78
Gustavo de Amorim Fernandez	78
As novas Luzes e o ator no seu perene ofício paradoxal	79
Helder Mariani	79
Dilemas da igualdade: troços no caminho da natureza à civilidade.....	80
Helena Esser dos Reis	80
Parreiras Horta: o ideário da medicina iluminista em terras de Sergipe d’El Rei.....	81
Henrique Batista e Silva	81
Nietzsche e as luzes do século XVIII: contribuições da filosofia histórica.....	82
Igor Alves de Melo	82
Digressões sobre o herói negativo: Franz Kafka na contramão da liberdade	83
Isabelle Vieira Barros	83
O dilema das redes sociais	84
Israel Alexandria Costa	84
O tema da desigualdade social previsto no romance Júlia ou A Nova Heloísa de Jean-Jacques Rousseau	85
Jaceniide Sousa Diniz	85
Sujeição e narcisismo: dilemas de um tempo sombrio	86
Jacira de Freitas	86
A influência da cultura europeia do século XVIII nas reformas liberalizantes do Czar Pedro I, o Grande	87
Jaime José Krul e Tiago Anderson Brutti	87
A Relação de Linguagem e Alteridade em Jacques Derrida	88
Jéssica da Silva Ferreira	88
Sobre “antecipar o ofício do diabo”: a (não) distinção entre intolerância teológica e civil no pensamento de Rousseau	89
Joézer Carvalho de Castro	89
A Escravidão Negra na região sul de Goiás (1836-1888)	90
José Luiz de Castro	90
A incredulidade do pensamento na sociedade contemporânea e uma possível forma de superação.....	91
Juliana Fontes de Lima e Luan Ferreira da Silva Paz	91
A literatura como instrumento de reflexão: a contribuição de Zadig para os desafios contemporâneos	92
Karine Salgado	92
A origem agrária do Estado: a teoria da história de Rousseau	93
Kauana Brito Niz	93
Igualdade, liberdade e vontade geral: o homem e a vivência do duplo em J.-J.	

Rousseau	94
Kellen A. Nascimento Ribeiro	94
Entre Laclau e Rousseau: brevíssimos apontamentos sobre o conceito de povo ...	95
Laura Danielle Lima Santos	95
“A Concepção de Rousseau da Essência da Natureza Humana: Afinidades e Distinções em Relação ao Pensamento Contratualista Inglês”	96
Ligia Pavan Baptista	96
O discurso iconográfico como signo das Luzes: o frontispício da Encyclopédie e a obra de Mestre Ataíde	97
Lilian Cristina Monteiro França	97
Gramática Geral e Computação.....	98
Lourenço Fernandes Neto e Silva	98
Uma Paraíba Oitocentista: Epidemia e Seu Retrato Através dos Jornais.....	99
Luan Ferreira da Silva Paz e Bruno Emanuel Herculano da Silva	99
Nação sem nacionalismo: Para que falar de nação na Espanha do século XVIII?....	100
Lucas Soares Chnaiderman	100
Estar persuadido, estar convencido y la importancia del debate según Kant	101
Luciana Martínez	101
A poética tribuniária de Rousseau e o caráter insurgente de suas obras no Iluminismo	102
Luciano da Silva Façanha	102
Notas sobre o Suicídio Romântico no Século das Luzes	103
Lúcio Vaz	103
Crítica à ideia moderna de progresso na teoria das penas	104
Luiz Carlos Gomes Junior	104
A recepção das Luzes no Brasil de Pombal	105
Luiz Eduardo Oliveira	105
Barbeyrac e os limites da autoridade civil.....	106
Luiz Felipe Netto de Andrade e Silva Sahd	106
O poder paterno em John Locke	107
Luiz Henrique Nunes Santos	107
O racismo de Hume à luz de sua filosofia política	108
Maria Isabel Limongi	108
Leituras da Ideia de Liberdade no Século XVIII.....	109
Maria Valderez de Colletes Negreiros	109
Rousseau: leitor de Locke e Condillac	110

Manoel Jarbas Vasconcelos Carvalho	110
A crítica de Rousseau ao Iluminismo na Dialética do esclarecimento de Adorno e Horkheimer	111
Manoel Dionizio Neto	111
Rousseau, arquiteto da ordem anárquica: um olhar sobre o genebrino, a partir das reflexões de Patrizia Piozzi	112
Mara Fernanda Chiari Pires	112
Censura literária, filosófica e moral: algumas considerações sobre o L'affaire Sade de Jean-Jacques Pauvert	113
Marcelo de Sant'Anna Alves Primo	113
Rasgos de Memória e Imagem de Canudos ao Holocausto	114
Márcio Ronaldo Rodrigues Vieira	114
História e progresso em David Hume	115
Marcos Balieiro	115
O conceito objetivo de beleza e a formação estética em Friedrich Schiller	116
Maria Clara Alves Cabral	116
A influência da cultura polida britânica no tratamento da mulher	117
Mariana Dias Pinheiro Santos	117
Atualidade e pertinência das críticas de J.-J. Rousseau	118
Marisa Vento	118
Por que os povos sem Estados se recusam constantemente a se policiar?	119
Mauro Dela Bandera	119
Ambición y goce en el Discours sur le bonheur de Émilie Du Châtelet: ¿asunto de mujeres?.....	120
Natalia Zorrilla	120
O estético como superação do problema da liberdade política do homem na visão de Friedrich Schiller	121
Nertan Dias Silva Maia	121
Revolução e Golpe de Estado: o caso de Marat	122
Newton Bignotto	122
Resignação, escapismos e solidão: um retrato dos últimos momentos de Rousseau	123
Otacílio Gomes da Silva Neto	123
La muerte del héroe. El amor oscuro según Rousseau.....	124
Pablo Pavesi	124

A virtude política no pensamento de Montesquieu.....	125
Patrícia Carvalho Reis	125
Piedade, opinião pública e vontade geral em Rousseau: notas sobre a leitura de Hannah Arendt	126
Pedro Augusto Pereira Guimarães	126
O conceito de monarquia moderna no pensamento de David Hume e Montesquieu	127
Pedro V. C. Faria	127
Kant e o Contra Esclarecimento: Despotismo e dogmatismo após a Revolução Francesa (1793-1795).....	128
Pedro Gallina Ferreira	128
Kant, Freud e as aporias da civilização	129
Pedro Paulo Corôa	129
A fisiologia como metáfora.....	130
Pedro Paulo Pimenta	130
Do hedonismo feudal, ou sobre a libertinagem noturna de Sade: A leitura de Michel Onfray da obra do Marquês de Sade	131
Pedro Farias Mentor	131
O iluminismo experimental da Grã-Bretanha.....	132
Penelope J. Corfield	132
O conceito de infância em Michel de Montaigne no Contexto do Humanismo-Renascentista	133
Plínio Rogério da Silva	133
José Pinto de Azeredo: as diligências de um médico ilustrado no mundo colonial...134	
Rafael Salamon	134
E quando o representante não representa? Sobre a corrupção do governo no pensamento político de J.-J. Rousseau	135
Rayane Batista de Araújo	135
A ilustração e o marco moderno de subjetividade.....	136
Renan Victor Boy Bacelar	136
Luzesobre a colônia: memórias das Memórias de Frei Gaspar da Madre de Deus....137	
Renata Ferreira Costa	137
A literatura fantástica de Mercier e Rétif de la Bretonne: delineamentos iniciais para um percurso de investigação filosófica	138

Renato Moscateli	138
O Abade Raynal e a análise da dominação europeia no mundo	139
Rodison Roberto Santos	139
Sobre o racismo do Iluminismo: crítica filosófica e história da filosofia	140
Rodrigo Brandão	140
O princípio da separação de poderes em Montesquieu: uma análise do presidencialismo de coalizão no Brasil	141
Rodrigo Xavier	141
Retorno a si mesmo e a possibilidade de ação reparatória da razão em Rousseau.....	142
Rômulo Barreto Fernandes	142
Rousseau e a educação	143
Ronney Costa de Moraes	143
O individualismo de Rousseau: prenúncio da ética da autenticidade?	144
Sarah da Silva Araújo	144
A diplomacia das letras no Século XVIII : um exercício de civilização em nome dos valores das Luzes	145
Silvia Tatti	145
A liberdade dos mares no debate dos séculos XVII e XVIII: Grotius e Vattel	146
Sizínio Lucas Ferreira de Almeida	146
A descoberta do ego absoluto: o Descartes de Michel Henry	147
Symon Sales Souto	147
Rousseau e o fim autêntico do Estado	148
Taila de Abreu Ribeiro	148
Uma questão sobre o homem: repercussões do projeto global da obra de Kant para a antropologia filosófica	149
Tales Pinto da Silva	149
Contra o obscurantismo, Ciência! A visão científica de Marquês de Condorcet na França do século XVIII	150
Thayenne Roberta Nascimento Paiva	150
Ossian: entre as regras e o gênio natural	151
Thiago Rhys Bezerra Cass	151
Rousseau os dilemas da desigualdade	152
Thiago Vargas	152
Pamela e Level 26: Dark Origins: quais os limites do romance?.....	153
Vanessa de Carvalho Santos	153

O reconhecimento da origem social da democracia em J. Stuart Mill como legado das Luzes do século XVIII	154
Veronica Calado	154
Rousseau no Antropoceno	155
Victor Alexandre Garcia	155
Antecedentes pascalianos do pensamento histórico de Rousseau	156
Vinicius de Figueiredo	156
Schiller e Rancière: acerca dos dilemas da relação entre arte e política de nosso tempo.....	157
Vladimir de Oliva Mota	157
A questão da corrupção dos costumes no ateísmo militante de Barão de Holbach....	158
William Romualdo	158



PROGRAMAÇÃO 16/05/2022



PROGRAMAÇÃO - 16/05/2022 - MANHÃ

HORÁRIOS	<p style="text-align: center;">Sala Rousseau Coordenação: Marcos Balieiro Link: https://www.youtube.com/channel/UC6soZ-3G1bq3f67TUuw12vAw</p>
8h às 9h20	<p>-Rousseau e o fim autêntico do Estado - Taila de Abreu Ribeiro (Mestranda pela UFPA) -Rousseau e a desigualdade econômica - Felipe Matos Lima Melo (Mestrando pela UnB) -Rousseau e o afastamento dos fatos: das verdades teológicas ao materialismo enciclopedista - Breno Zen (Mestrando UCS)</p>
9h20 às 10h40	<p>-A origem agrária do Estado: a teoria da história de Rousseau - Kauana Brito Niz (UFAC) -O poder paterno em John Locke - Luiz Henrique Nunes Santos (Graduando pela UFS) -Rousseau: leitor de Locke e Condillac - Manoel Jarbas Vasconcelos Carvalho (UERN)</p>
10h40 às 12h	<p>-Retorno a si mesmo e a possibilidade de ação reparatória da razão em Rousseau- Rômulo Barreto Fernandes (UNESP) -O tema da desigualdade social previsto no romance Júlia ou A Nova Heloísa de Jean-Jacques Rousseau - Jacenilde Sousa Diniz (Mestranda pelo PgCult/UFMA) -A Moral Religiosa do Século XVIII - Gustavo de Amorim Fernandez (Graduando pela UNIFESP)</p>
12h às 14h	<p>INTERVALO PARA ALMOÇO</p>

PROGRAMAÇÃO - 16/05/2022 - MANHÃ

HORÁRIOS	<p style="text-align: center;">Sala Diderot Coordenação: Mariana Santos Link: meet.google.com/ixn-bzpt-bqi</p>
8h às 9h20	<p>-Uma Leitura de Jacques, o Fatalista, e seu Amo, mediante o Conceito de Estado Ativo da Matéria d'O Sonho de D'Alembert - Danielly Lima dos Santos (Mestranda pela UNESP)</p> <p>-Diderot: ceticismo, materialismo e sátira - Felipe Cordova (Doutorando pela UFPR)</p> <p>-O Abade Raynal e a análise da dominação europeia no mundo - Rodison Roberto Santos (FEUSP)</p>
9h20 às 10h40	<p>-Do hedonismo feudal, ou sobre a libertinagem noturna de Sade: A leitura de Michel Onfray da obra do Marquês de Sade - Pedro Farias Mentor (UnB)</p> <p>-Sobre "antecipar o ofício do diabo": a (não) distinção entre intolerância teológica e civil no pensamento de Rousseau - Joézer Carvalho de Castro (Doutorando pela USP)</p> <p>-Rousseau no Antropoceno - Victor Alexandre Garcia (Doutorando pela PUC-RJ)</p>
10h40 às 12h	<p>-As novas Luzes e o ator no seu perene ofício paradoxal Helder Mariani (FAAP/SP)</p> <p>-A poética tribunícia de Rousseau e o caráter insurgente de suas obras no Iluminismo - Luciano da Silva Façanha (UFMA)</p> <p>-E quando o representante não representa? Sobre a corrupção do governo no pensamento político de J.-J. Rousseau - Rayane Batista de Araújo (Doutoranda pela UFRJ)</p>
12h às 14h	<p>INTERVALO PARA ALMOÇO</p>



PROGRAMAÇÃO - 16/05/2022 - MANHÃ

HORÁRIOS	Sala Kant Coordenação: Renata Ribeiro Link: meet.google.com/goa-mdfz-wvm
8h às 9h20	<ul style="list-style-type: none">-Esclarecimento e Moral: Uma Perspectiva de Progresso em Kant - Bruno Bogéa Lima (Mestrando pela UFMA)-História humana e História Natural em Kant - Bruno Oberlander Erbella (Mestrando pela USP)-Uma questão sobre o homem: repercussões do projeto global da obra de Kant para a antropologia filosófica - Tales Pinto da Silva (Graduando pela UFPI)
9h20 às 10h40	<ul style="list-style-type: none">-Kant educador: uma educação para além da civilidade, rumo ao esclarecimento - Carlyyanne Helena Costa Tavares (Graduanda pela UFMA)-O conceito de infância em Michel de Montaigne no Contexto do Humanismo Renascentista - Plínio Rogério da Silva (UFS)-Resignação, escapismos e solidão: um retrato dos últimos momentos de Rousseau - Otacílio Gomes da Silva Neto (UEPB)
10h40 às 12h	<ul style="list-style-type: none">-Reflexões sobre os fundamentos pedagógicos do pensamento de Immanuel Kant - Evilásio Barbosa da Silva (Mestrando pela UFMA)-Rousseau e a educação - Ronney Costa de Moraes (UFS)-O individualismo de Rousseau: prenúncio da ética da autenticidade? - Sarah da Silva Araújo (Doutoranda pela UFG)
12h às 14h	INTERVALO PARA ALMOÇO



PROGRAMAÇÃO - 16/05/2022 - TARDE E NOITE

HORÁRIOS	<p style="text-align: center;">Sala Rousseau Coordenação: Marcos Balieiro Link: https://www.youtube.com/channel/UC6soZ-3G1bq3f67TUuw12vAw</p>
14h às 15h	Coordenação: Antônio Carlos dos Santos -Maria das Graças de Souza – Presidenta da ABES XVIII -Penelope Corfield – Presidenta da SIEDS O iluminismo experimental da Grã-Bretanha-Prof.a. London University
15h às 17h	Coordenação: Evaldo Becker -Le crime d'encyclopédisme: filosofia e periculosidade no Brasil do Século XVIII - Edmilson Menezes (UFS/CNPq) -Sobre o racismo do Iluminismo: crítica filosófica e história da filosofia - Rodrigo Brandão (UFPR/CNPq) -Ateísmo e Revolução: uma proposta de leitura do Franceses, mais um esforço se quiserdes serem republicanos do Marquês de Sade - Guilherme Grané Diniz (Doutorando em filosofia pela USP)
17h às 18h30	Coordenação: Edmilson Menezes -Kant, Freud e as aporias da civilização - Pedro Paulo Corôa (UFPA) -Kant e o Contra-Esclarecimento: Despotismo e dogmatismo após a Revolução Francesa (1793-1795) - Pedro Gallina Ferreira (Doutorando pela Unicamp)
19h às 21h	Coordenação: Antônio Carlos dos Santos -Revolução e Golpe de Estado: o caso de Marat - Newton Bignotto (UFMG) -O racismo de Hume à luz de sua filosofia política - M. Isabel Limongi (UFPR/CNPq) -Dilemas da igualdade: tropeços no caminho da natureza à civilidade - Helena Esser dos Reis (UFG/CNPq)



PROGRAMAÇÃO 17/05/2022

PROGRAMAÇÃO - 17/05/2022 - MANHÃ

HORÁRIOS	Sala Rousseau Coordenação: Antonio Carlos dos Santos Link: https://www.youtube.com/channel/UC6soZ-3G1bq3f67TUuw12vAw
8h às 9h20	<p>-O esclarecimento kantiano: uma resposta para os tempos sombrios - Bianca Malena do Nascimento Cordeiro (Graduanda pela UFMA)</p> <p>-A historiografia e suatemporalidade segundo David Hume - Alana Boa Morte Café (Doutoranda pela UFMG)</p> <p>-A crítica de David Hume ao contrato original: fanatismo introduzido no campo político por princípios especulativos - Flávio Augusto de Oliveira Santos (Mestrando pela UFPR)</p>
9h20 às 10h40	<p>-Ética e sociedade de risco - Aline Karen Cristina Canella (Mestranda em Filosofia -UCS)</p> <p>-Uso público da razão x Fake news: uma leitura a partir de Kant - Ariane Santos Ribeiro Melonio (ESMA/FUNAC) e Danielton Campos Melonio (UFMA)</p> <p>-Por acaso você é nazista?": Reflexões sobre a validade do argumento prático ao absurdo - Álvaro Luis Ribeiro Reis (Mestrando pela UFMG)</p>
10h40 às 12h	<p>-A influência da cultura polida britânica no tratamento da mulher - Mariana Dias Pinheiro Santos (UFS)</p> <p>-Ambición y goce en el Discours sur le bonheur de Émilie Du Châtelet: ¿asunto de mujeres? - Natalia Zorrilla (CONICET/ INEO)</p> <p>-Contra o obscurantismo, Ciência! A visão científica de Marquês de Condorcet na França do século XVIII - Thayenne Roberta Nascimento Paiva (PUCRJ)</p>
12h às 14h	INTERVALO PARA ALMOÇO

PROGRAMAÇÃO - 17/05/2022 - MANHÃ

HORÁRIOS	Sala Diderot Coordenação: Mariana Santos Link: meet.google.com/ixn-bzpt-bqi
8h às 9h20	<ul style="list-style-type: none">-Aspectos da educação estética em Schiller e Voltaire - Anna Clara Carvalho Nascimento (Graduanda do Curso de Artes Visuais pela UFS)-O conceito objetivo de beleza e a formação estética em Friedrich Schiller - Maria Clara Alves Cabral (Mestranda pela UFPA)-O estético como superação do problema da liberdade política do homem na visão de Friedrich Schiller - Nertan Dias Silva Maia (UFMA)
9h20 às 10h40	<ul style="list-style-type: none">-O conservacionismo rousseuista nas Ilhas Maurício-Gustavo Cunha Bezerra (UEPB)-Igualdade, liberdade e vontade geral: o homem e a vivência do duplo em J.-J. Rousseau - Kellen A. Nascimento Ribeiro (Doutoranda pela UNIFESP)-Leituras da Ideia de Liberdade no Século XVIII - Maria Valderéz de Colletes Negreiros (UNESP)
10h40 às 12h	<ul style="list-style-type: none">-A Concepção de Rousseau da Essência da Natureza Humana: Afinidades e Distinções em Relação ao Pensamento Contratualista Inglês - Ligia Pavan Baptista (UnB)-La muerte del héroe. El amor oscuro según Rousseau - Pablo Pavesi (Universidad Buenos Aires)-Barbeyrac e os limites da autoridade civil - Luiz Felipe Netto de Andrade e Silva Sahd (UFC)
12h às 14h	INTERVALO PARA ALMOÇO

PROGRAMAÇÃO - 17/05/2022 - MANHÃ

HORÁRIOS	Sala Kant Coordenação: Renata Ribeiro Link: meet.google.com/goa-mdfz-wvm
8h às 9h20	<ul style="list-style-type: none"> -O princípio da separação de poderes em Montesquieu: uma análise do presidencialismo de coalizão no Brasil - Rodrigo Xavier (graduando pela UFMG) -A virtude política no pensamento de Montesquieu- Patrícia Carvalho Reis -O conceito de monarquia moderna no pensamento de David Hume e Montesquieu - Pedro V. C. Faria (Cedeplar/UFMG)
9h20 às 10h40	<ul style="list-style-type: none"> -A contribuição de Edward Said para o debate da História das Ideias - Ahmed Hussein Zoghbi (Doutorando pela UFS) -Diálogos da política e do conhecimento no humanismo italiano e na Ilustração francesa do século XVIII - Gabriel Afonso Campos e Raul Salvador Blasi Veyl (Doutorandos pela UFMG) -A crítica de Rousseau ao Iluminismo na Dialética do esclarecimento de Adorno e Horkheimer - Manoel Dionizio Neto (UFCG)
10h40 às 12h	<ul style="list-style-type: none"> -Rousseau os dilemas da desigualdade - Thiago Vargas (USP/Fapesp) -Entre Laclau e Rousseau: brevíssimos apontamentos sobre o conceito de povo - Laura Danielle Lima Santos (Doutoranda pela UFS) -Rousseau, arquiteto da ordem anárquica: um olhar sobre o genebrino, a partir das reflexões de Patrizia Piozzi - Mara Fernanda Chiari Pires (UNICAMP)
12h às 14h	INTERVALO PARA ALMOÇO

PROGRAMAÇÃO - 17/05/2022 - TARDE E NOITE

<p>HORÁRIOS</p>	<p align="center">Sala Rousseau Coordenação: Marcos Balieiro Link:https://www.youtube.com/channel/UC6soZ-3G1bq3f67TUuw12vAw</p>
<p>14h às 16h</p>	<p>Coordenação: Marcos Balieiro -A diplomacia das letras no século XVIII: um exercício de civilização em nome dos valores das Luzes - Silvia Tatti (Un. Sapienza, Roma) -A literatura como instrumento de reflexão: a contribuição de Zadig para os desafios contemporâneos - Karine Salgado (UFMG) -Gramática Geral e Computação - Lourenço Fernandes Neto e Silva (USP)</p>
<p>16h às 16h30</p>	<p align="center">INTERVALO</p>
<p>16h30 às 18h</p>	<p>Coordenação: Vladimir Mota -Os limites da tolerância: uma comparação entre Locke e Voltaire - Flavio Fontenelle Loque (UFLA) -As antiluzes francesas: em busca do conceito - Antônio Carlos dos Santos (UFS/CNPq) -Voltaire, crítico da cultura do cancelamento - Ana Luiza Reis Bedê (Pesquisadora colaboradora (USP)</p>
<p>19h às 21h</p>	<p>Coordenação: Marcos Balieiro -O dilema do filósofo: seu ideal e seu negativo, o charlatão - Danilo Bilate (UFRRJ) -A querela entre Condillac e Buffon sobre os animais: influências, diálogos e perspectivas - Evaldo Becker (UFS) e Ronei Clécio Mocellin (UFPR) -A fisiologia como metáfora - Pedro Paulo Pimenta (USP)</p>



PROGRAMAÇÃO 18/05/2022

PROGRAMAÇÃO - 18/05/2022 - MANHÃ

HORÁRIOS	<p style="text-align: center;">Sala Rousseau Coordenação: Marcos Balieiro Link: https://www.youtube.com/channel/UC6soZ-3G1bq3f67TUuw12vAw</p>
8h às 9h20	<p>-A descoberta do ego absoluto: o Descartes de Michel Henry - Symon Sales Souto (Doutorando pela UFSM) -A propósito da degeneração do gênero humano e a dissolução dos costumes nos espetáculos teatrais do século XVIII: objeções à comédia classicista de Molière, por Jean-Jacques Rousseau - Elber Alves Ferreira (UFMA) -A liberdade dos mares no debate dos séculos XVII e XVIII: Grotius e Vattel - Sizinio Lucas Ferreira de Almeida (Doutorando pela UFS)</p>
9h20 às 10h40	<p>-O homeschooling como antítese do projeto filosófico da modernidade para a escola - Christian Lindberg L. do Nascimento (UFS) -A literatura fantástica de Mercier e Rétif de la Bretonne: delineamentos iniciais para um percurso de investigação filosófica - Renato Moscateli (UFG) -Rousseau e a filosofia do Iluminismo: rica, difusa, multifacetada? - Arlei de Espindola (UEL/PR)</p>
10h40 às 12h	<p>-“Contra toda uma geração”: dissidência e resistência em Rousseau - Claudio A. Reis (UnB) -Atualidade e pertinência das críticas de J.-J. Rousseau - Marisa Vento (IFE/GO) -Por que os povos sem Estados se recusam constantemente a se policiar? - Mauro Dela Bandera (UFAC)</p>
12h às 14h	<p>INTERVALO PARA ALMOÇO</p>

PROGRAMAÇÃO - 18/05/2022 - MANHÃ

HORÁRIOS	Sala Diderot Coordenação: Mariana Santos Link: meet.google.com/ixn-bzpt-bqi
8h às 9h20	<p>-A incredulidade do pensamento na sociedade contemporânea e uma possível forma de superação - Juliana Fontes de Lima e Luan Ferreira da Silva Paz (UEPB)</p> <p>-Notas sobre o Suicídio Romântico no Século das Luzes - Lúcio Vaz (UFES)</p> <p>-Digressões sobre o herói negativo: Franz Kafka na contramão da liberdade - Isabelle Vieira Barros (Graduanda pela UFJF)</p>
9h20 às 10h40	<p>-O reconhecimento da origem social da democracia em J. Stuart Mill como legado das Luzes do século XVIII - Veronica Calado (Mestranda pela UFPR)</p> <p>-Vozes da América: o perfil iluminista de Thomaz Jefferson - Guilherme Marchiori de Assis (UFES)</p> <p>-Ações experimentais rumo à emancipação: Diderot, Marivaux, Denon - André Luiz Barros da Silva (EFLCH/ UNIFESP)</p>
10h40 às 12h	<p>-A ilustração e o marco moderno de subjetividade - Renan Victor Boy Bacelar (Doutorando pela UFMG)</p> <p>-Pensar o universo sem o humano? Sobre a crítica de um libertino sadiano ao antropocentrismo - Clara Castro (PUC-Rio)</p> <p>-A questão da corrupção dos costumes no ateísmo militante de Barão de Holbach - William Romualdo (Doutorando pela USP)</p>
12h às 14h	INTERVALO PARA ALMOÇO

PROGRAMAÇÃO - 18/05/2022 - MANHÃ

<p>HORÁRIOS</p>	<p>Sala Kant Coordenação: Renata Ribeiro Link: meet.google.com/goa-mdfz-wvm</p>
<p>8h às 9h20</p>	<p>-Jose Miguel Aires e a formação da elite colonial na Amazônia setecentista - André José Santos Pompeu (UFPA) -A Escravidão Negra na região sul de Goiás (1836-1888) - José Luiz de Castro (PUC/GO e UNICAMP) -Luzes sobre a colônia: memórias das memórias de Frei Gaspar da Madre de Deus - Renata Ferreira Costa (UFS)</p>
<p>9h20 às 10h40</p>	<p>-A Nupcialidade no Reinado de D. José I (1750-1777): O caso da Vila de Serpins - Ana Margarida Fernandes Barata (M.Sc. em História por Coimbra) -Rasgos de Memória e Imagem de Canudos ao Holocausto - Márcio Ronaldo Rodrigues Vieira (Doutorando pela UNEB) -Uma Paraíba Oitocentista: Epidemia e Seu Retrato Através dos Jornais - Luan Ferreira da Silva Paz e Bruno Emanuel Herculano da Silva (graduandos em história pela UEPB)</p>
<p>10h40 às 12h</p>	<p>-Parreiras Horta: o ideário da medicina iluminista em terras de Sergipe d' El Rei - Henrique Batista e Silva (UFS) -José Pinto de Azeredo: as diligências de um médico ilustrado no mundo colonial - Rafael Salamon (Doutorando pela USP) -A influência da cultura europeia do século XVIII nas reformas liberalizantes do Czar Pedro I, o grande - Jaime José Krul (Mestrando pela UNICRUZ/RS) e Tiago Anderson Brutti (Professor do PPG UNICRUZ/RS)</p>
<p>12h às 14h</p>	<p>INTERVALO PARA ALMOÇO</p>

PROGRAMAÇÃO - 18/05/2022 - TARDE

<p>HORÁRIOS</p>	<p align="center">Sala Rousseau Coordenação: Marcos Balieiro Link: https://www.youtube.com/channel/UC6soZ-3G1bq3f67TUuw12vAw</p>
<p>14h às 16h</p>	<p>Coordenação: Marcos Balieiro -Iluminismo e Ciência em Portugal - Custódia Martins (Un. do Minho, Porto) -Estar persuadido, estar convencido y la importancia del debate según Kant - Luciana Martínez (Universidad de Buenos Aires) -O discurso iconográfico como signo das Luzes: o frontispício da Encyclopédie e a obra de Mestre Ataíde- Lilian Cristina Monteiro França (UFS/ABCA)</p>
<p>16h às 16h30</p>	<p align="center">INTERVALO</p>
<p>16h30 às 18h</p>	<p>Coordenação: Maria das Graças de Souza -Progresso e humanismo: uma crítica ao livro Humanidade – uma história otimista do homem (2020) de Rutger Bregman - Antonio José Pereira Filho (UFS) -História e progresso em David Hume - Marcos Balieiro (UFS) -A recepção das Luzes no Brasil de Pombal - Luiz Eduardo Oliveira (UFS) -Las críticas de Voltaire a Rousseau en el Rescrit de l'Empereur de la Chine à l'occasion du Projet de paix perpétuelle - Adrián Ratto (CONICET – Universidad de Buenos Aires)</p>

PROGRAMAÇÃO - 18/05/2022 - TARDE

HORÁRIOS	Sala Diderot Coordenação: Mariana Santos Link: meet.google.com/ixn-bzpt-bqi
14h às 16h	Coordenação: Antônio José Pereira Filho -Foucault e a Aufklärung: elementos e “ontem” e de “hoje” para a filosofia - David Inácio Nascimento (UFPel) -Nietzsche e as luzes do século XVIII: contribuições da filosofia histórica - Igor Alves de Melo (Doutorando pela UFRJ) -A Relação de Linguagem e Alteridade em Jacques Derrida - Jéssica da Silva Ferreira (UFU)
16h às 16h30	INTERVALO
17h às 18h30	Coordenação: Jacira de Freitas -Pamela e Level 26: Dark Origins: quais os limites do romance? - Vanessa de Carvalho Santos (Doutoranda pela UFRJ) -Ossian: entre as regras e o gênio natural - Thiago Rhys Bezerra Cass (UFRJ) -Nação sem nacionalismo: Para que falar de nação na Espanha do século XVIII? - Lucas Soares Chnaiderman (Doutorando pela USP) -Crítica à ideia moderna de progresso na teoria das penas - Luiz Carlos Gomes Junior (UFS)

PROGRAMAÇÃO - 18/05/2022 - TARDE

HORÁRIOS	Sala Kant Coordenação: Renata Ribeiro Link: meet.google.com/goa-mdfz-wvm
14h às 16h	Coordenação: Evaldo Becker O dilema das redes sociais - Israel Alexandria Costa (UFAL) Sobre a crítica à civilização: uma análise acerca da sociedade civil e seu mal-estar – Genildo Ferreira (UFBA) Censura literária, filosófica e moral: algumas considerações sobre o l'affaire Sade de Jean-Jacques Pauvert - Marcelo de Sant'Anna Alves Primo (UFS)
16h às 16h30	INTERVALO
16h30 às 18h30	Coordenação: Danilo Bilate - "A vida de Jesus" de Hegel: O início de um itinerário - Fabiano Veliq (PUCMG) - Schiller e Rancière: acerca dos dilemas da relação entre arte e política de nosso tempo - Vladimir de Oliva Mota (UFS) - Piedade, opinião pública e vontade geral em Rousseau: notas sobre a leitura de Hannah Arendt - Pedro Augusto Pereira Guimarães (Doutorando pela UFMG)

PROGRAMAÇÃO - 18/05/2022 - NOITE

HORÁRIOS	Sala Rousseau Coordenação: Marcos Balieiro Link: https://www.youtube.com/channel/UC6soZ-3G1bq3f67TUuw12vAw
19h	Assembleia Geral Ordinária da ABES XVIII – Eleição da Nova Diretoria
19h30 às 21h30	Mesa de encerramento: Maria das Graças de Souza -A atualidade das Luzes em nossa contemporaneidade: penumbra e obscurantismo - Carlota Boto (USP) -Sujeição e narcisismo: dilemas de um tempo sombrio- Jacira de Freitas (UNIFESP) -Antecedentes pascalianos do pensamento histórico de Rousseau - Vinicius de Figueiredo (UFPR)



RESUMOS

Las críticas de Voltaire a Rousseau en el Rescrit de l' Empereur de la Chine à l' occasion du Projet de paix perpétuelle

Adrián Ratto

CONICET – Universidad de Buenos Aires
rattoadrian@gmail.com

En 1761, Jean-Jacques Rousseau, cumpliendo con un encargo del abate de Mably, publica un Extrait du Projet de paix perpétuelle de M. l' abbé de Saint-Pierre. Ese mismo año, Voltaire le responde a través del Rescrit de l' Empereur de la Chine à l' occasion du Projet de paix perpétuelle. Como se sabe, la relación entre ambos se había deteriorado tras la publicación, por parte del filósofo ginebrino, de La Lettre à D' Alembert sur les spectacles (1758) y se había quebrado definitivamente en 1760, tras una carta de este a Voltaire, en la que le decía que ya no sentía aprecio por él y lo acusaba de haberle causado terribles males. El objetivo de este trabajo no es reconstruir los diferentes episodios de la disputa entre ambos. Se trata, en cambio, de examinar el alcance y los límites de las estrategias utilizadas por Voltaire en el Rescrit para atacar a Rousseau. En un plano más general, la comunicación intenta arrojar algunas luces acerca del interés de Voltaire y de Rousseau por la cuestión de las relaciones entre las naciones, un tema que ha cobrado una particular importancia en la actualidad.

A contribuição de Edward Said para o debate da História das Ideias

Ahmed Hussein Zoghbi

Doutorando pelo PPGF (UFS)

elzoghbi@terra.com.br

Edward Said, mais conhecido pela autoria do livro seminal *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*, publicado em 1978, pode ser enquadrado na condição do intelectual que dialoga com seu tempo. Pensador, crítico literário, professor de Literatura Comparada, figura central dos estudos pós-coloniais, humanista em seu procedimento acadêmico e político, pesquisador que trouxe o termo “orientalismo” para o centro do debate sobre as formas de dominação cultural e territorial, bem como a inevitável construção da resistência dos povos nativos (*Cultura e Imperialismo*, de 1993) e, sobretudo, ativista e defensor da Causa Palestina, Said dedicou a vida à defesa de um projeto intelectual que localizava o sofrimento humano e a injustiça como a razão de suas escolhas. Nesse sentido, é possível identificar seus interlocutores, sobretudo os pós-estruturalistas, no debate sobre representação, colonialismo, poder e o papel das artes no processo de expansão colonial. Interessa aqui refletir sobre sua defesa do intelectual público não como entidade que justifique a dominação do Império sobre os territórios coloniais, mas como aquele que denuncia as mazelas do poder imperial. Para tanto, vale-se de um método que se ancora no humanismo filológico-historicista, cuja matriz está na obra do filósofo Giambattista Vico (1669-1744), e que se revela importante ferramenta para escapar das armadilhas que acabam por culminar num essencialismo escamoteado. Um inventário de seu trabalho como escritor, ensaísta e crítico faz ver que os assuntos por ele tratados, apesar de guardarem um grau de autonomia entre si, são, antes, complementares, sem anunciar uma ordem hierárquica de importância. Os diversos assuntos que se entrecruzam na reflexão de Said, enquanto pensador da cultura, mais do que guardarem independência estrutural, são, antes, temas que se interrelacionam e se complementam, formando um arcabouço teórico capaz de construir uma cosmogonia de seu pensamento.

A historiografia e sua temporalidade segundo David Hume

Alana Boa Morte Café

Doutoranda pela UFMG

alanabmcafe@gmail.com

Frequentemente tomamos a história como um gênero que, por sua proposta reconstitutiva, volta-se prioritariamente ao passado. Não é difícil perceber, porém, que perspectivas de futuro são também essenciais para definir seus esforços (no apelo à posteridade, por exemplo). Na comunicação, gostaria de começar a pensar de que maneira o presente de um texto histórico informa sua escrita, o que tento fazer a partir de considerações que David Hume apresenta em sua História da Inglaterra. Por um lado, a História se posiciona nas controvérsias partidárias que animam sua época, o que indica que, ao menos em parte, sua narrativa deve ser compreendida como uma resposta às demandas de seu tempo, qualificada, nesse aspecto, pela moderação e pela imparcialidade. A intensidade desses conflitos torna a história um plano de disputas tão acirradas que a reflexão histórica do século XVIII chegou a julgar improvável que a Inglaterra produzisse uma peça de historiografia isenta das distorções sustentadas por cada grupo político. Distanciar-se das paixões partidárias que inflamam o presente, com efeito, parece ser necessário para compor uma peça que instrua com objetividade. Por outro lado, a sensibilidade para atribuir sentido aos acontecimentos sobre os quais se escreve parece estar sempre determinada pelo presente de um texto histórico. Uma narrativa não se organiza sem distinguir entre informações a serem incluídas ou suprimidas, e acredito que Hume é levado a considerar a questão sobretudo quando trata do silêncio de historiadores que ele utiliza como fontes. A ausência de comentários sobre certo evento é empregada por Hume então para evidenciar como a demarcação do que é ou não significativo nos textos de história varia segundo um estado de normalidade do qual os textos também participam. Interessa-me na comunicação generalizar essas afirmações da História para esboçar algo sobre a relação que toda composição histórica estabelece com sua atualidade.

Ética e a sociedade de risco

Aline Karen Cristina Canella

Mestranda em Filosofia pelo PPGFIL/UCS

akccanella@ucs.br

O trabalho realizado tem a proposta apresentar os problemas da sociedade de risco a partir de uma análise interdisciplinar que mescla ciências biológicas, filosofia e psicologia. A partir disso, pretende-se dissertar sobre os conceitos de ansiedade, empatia e sociedade de risco. Para tanto, parte-se de uma análise empirista que pretende relacionar fatores do mundo concreto àqueles que permeiam o âmbito da moralidade e da psicologia. O objetivo almejado foi o de realizar uma apresentação de casos reais e palpáveis no mundo concreto e a partir disto tecer argumentos que tentam responder a pergunta: a cooperação em larga escala, com base na empatia, pode combater problemas e riscos globais? A justificativa do trabalho se encontra na resolução de que o entendimento sobre as motivações da psique humana é necessário e importante em caráter universal, vez que é vital para entender como as relações sociais acontecem no contexto da sociedade de riscos, inclusive, abrangendo a motivação das ações humanas que tem reflexos morais, sociais e políticos. A metodologia utilizada foi a da pesquisa analítica. Concluiu-se previamente, após breve discussão sobre casos concretos e sobre o estado da arte, que a empatia tem potencial de desencadear a cooperação social. Ao mesmo tempo percebe-se que, em excesso, as habilidades empáticas podem gerar ansiedade patológica e adoecer mentalmente a sociedade.

“Por acaso você é nazista?” : Reflexões sobre a validade do argumento prático ao absurdo

Álvaro Luis Ribeiro Reis

Mestrando em Direito pela UFMG

alvaroluis1917@hotmail.com

Na argumentação contra o relativismo moral absoluto é usual a reivindicação de que sua defesa implica necessariamente na aceitação da validade de atrocidades normativas experimentadas no decorrer da história, como é o caso dos regimes totalitários. O argumento poder ser entendido, em analogia com a lógica, como um silogismo ad absurdum: aceite-se a premissa maior – os povos têm autonomia para definir seus padrões morais – e a menor – regimes totalitários são resultado da decisão dos povos –, obrigatoriamente tem-se que aceitar que tais ordenamentos são legítimos. Contudo, a aceitação da validade de um regime totalitário é tão inconcebível, em razão da intensa violação as nossas intuições morais, que somos obrigados a negar uma das premissas. Ainda que seja uma via de reflexão interessante, a argumentação está consolidada não na estrutura da reflexão “dedutiva”, mas sim em um prendimento intuitivo. Não há pressão reflexiva para a inaceitabilidade da evidência da relatividade, mas sim um sentimento da razão prática pressionando no sentido da inaceitabilidade da conclusão. Entretanto, é importante questionar se é legítima recorrer-se a tal sensação de horror na fundamentação de uma asserção teórico-prática sobre a moral. Desde a perspectiva teórica, sem a demonstração da validade objetiva da posição, sua reivindicação apenas pode ser efetiva perante aqueles que compartilham da mesma sensação de constrição moral, mas não diante dos céticos profundos. Contudo, desde a perspectiva prática, apesar do argumento ad absurdum não exercer efeitos no raciocínio dedutivo, tal sensação pode ser melhor compreendida se a entendemos como um imperativo que serve de inspiração para nossa atuação prática. Em vez de atuar com fins de convencimento, tal sentimento deve ser entendido como um impulso para a ação política, no sentido de orientar a atuação daquelas sensíveis ao seu efeito à construção de ferramentas político-institucionais que evitem a ocorrência de ditas experiências atroz.

Voltaire, crítico da cultura do cancelamento

Ana Luiza Reis Bedê

Pesquisadora colaboradora - USP

lulibede@uol.com.br

Nos últimos anos, acompanhamos o banimento de escritores, proscrição de obras clássicas e a xenofobia em diferentes versões. Em uma de suas obras mais eloquentes, Voltaire afirma: “Os tigres só se dilaceram por comida, e nós nos exterminamos por parágrafos”. Nessa passagem, o filósofo ressalta o absurdo que representa a intolerância. Ao refletir sobre as diferenças insignificantes que levam os cidadãos a se digladiarem e ao trazer à tona “os ódios irreconciliáveis deflagrados pelas diferentes opiniões [...]” Voltaire revela-se um crítico avante da *lettre* da cultura do cancelamento. Nesta comunicação, pretendo analisar como o filósofo defendia a polêmica e o debate em detrimento do dogmatismo. Em inúmeros panfletos, em sua correspondência e no Tratado sobre a tolerância (1763), o filósofo desvenda a incongruência daqueles que impõem fórmulas unívocas e prontas de pensamento.

A Nupcialidade no Reinado de D. José I (1750-1777) - O caso da Vila de Serpins

Ana Margarida Fernandes Barata

Mestre em História pela Universidade de Coimbra

guidabarata89@hotmail.com

A demografia portuguesa e europeia da época moderna encontra-se desenvolvida ao ponto de podermos estabelecer padrões e encontrar semelhanças e particularidades em várias regiões. Este trabalho tem como objetivo perceber se a paróquia de Serpins, que à época pertencia ao arcediagado de Penela e à diocese de Coimbra, se insere nesses padrões, nomeadamente os ritmos de nupcialidade, durante o reinado de D. José I (1750-1777). Por ritmos de nupcialidade, entenda-se, referimo-nos aos anos, meses e dias semanais com mais e menos casamentos e que eram escolhidos, consciente ou inconscientemente, pelos noivos tendo em conta fatores naturais, religiosos e sociais. As fontes documentais usadas para a realização do trabalho aqui proposto consistem nos registos paroquiais de casamento da vila de Serpins, bem como nos registos de óbitos para percebermos se, e como, a mortalidade influenciava a nupcialidade. Este trabalho foi publicado como artigo na revista CADERNO ESPAÇO FEMININO, volume de janeiro-junho de 2021, integrando o dossier temático: Mulheres em Portugal e no Império Português na segunda metade do século XVIII e surge no seguimento da dissertação desenvolvida no âmbito do mestrado em História da Idade Moderna: Práticas Matrimoniais na Freguesia de Serpins (1630- 1729), apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra a 19 de outubro de 2016.

Ações experimentais rumo à emancipação – Diderot, Marivaux, Denon

André Luiz Barros da Silva

Professor da EFLCH/UNIFESP

alb2.barros@gmail.com

Investigaremos a questão da narrativa de ações na literatura do século XVIII francês como desdobramento de uma nova teoria do sujeito moderno em Diderot, Marivaux e Vivant Denon. A partir de um híbrido entre materialismo e espinozismo, em alguns de seus textos Diderot concebe a moral como aquilo que decorre da própria ação, o que põe por terra qualquer pretensão metafísica e engaja o sujeito numa nova atenção (prudencia, diria Espinoza) àquilo que mais potencializa suas ações no mundo. O romance Jacques le fataliste (1765-1784) inclui, a nosso ver, uma reflexão (figurada literariamente, é claro) sobre tal tema, incorporado à própria metanarrativa da ação – já que o narrador se dirige inúmeras vezes ao leitor e se refere, alternadamente, a um suposto livre-arbítrio que, afinal, revela-se como determinismo em seu narrar. Mas tal determinismo não exclui a possibilidade de transformação dos homens. Isso remete a um núcleo revolucionário do pensamento de Diderot (M.G. de Souza; A. Portich) ligado ao agir no mundo, e não em abstrato. A protagonista do romance La vie de Marianne (1732-37), de Marivaux, age independentemente de uma moral pré-estabelecida, sendo ignorante sobre sua origem (se nobre ou não) ou sobre sua sexualidade (é abandonada ainda criança e terá que sobreviver por sua conta numa sociedade marcada por patriarcalismo e violência). No conto “Por uma noite” [Point de lendemain] (1777), Vivant Denon cria uma protagonista que age segundo uma lógica erótico-fantásica, sugerindo, a nosso ver, uma nova concepção do desejo a partir do experimental – indiferente à nova mitificação do sujeito amoroso romântico – que só desabrochará na modernidade tardia. Pretendemos demonstrar que as três narrativas apontam para uma nova emancipação possível do sujeito na modernidade, em meio a suas contradições e perigos dilacerantes.

Jose Miguel Aires e a formação da elite colonial na Amazônia setecentista

André José Santos Pompeu

Doutor em História e Professor Substituto da UFPA

andre.pompeu@yahoo.com

Durante o século XVIII na Amazônia portuguesa, as camadas mais abastadas da sociedade estavam assentadas em figuras que dividiam o seu tempo entre as obrigações militares, os cargos administrativos e o comércio. O presente trabalho se alinha com a noção proposta por Rodrigo Ricupero de que o pertencimento nos cargos-chaves da administração colonial, ou na hierarquia militar, proporcionou que, através das guerras de conquista, uma elite colonial se formasse baseada na posse das terras conquistadas e dos indígenas sujeitados no processo. Tomando como exemplo a trajetória de José Miguel Aires, o presente trabalho pretende demonstrar como a inserção em postos-chaves da colônia proporcionaram o enriquecimento dos principais homens de negócio da Amazônia portuguesa, que se beneficiavam das redes de relações exercidas no Estado. No caso de Aires, a sua inserção na hierarquia militar proporcionou o seu desenvolvimento dentro da hierarquia administrativa e abriu as portas para solidificar a sua posição de homem de negócios. A administração colonial, por manter o controle desse processo, acabaria por selecionar quais os indivíduos conseguiriam prosperar no Estado. E esses, por sua vez, diferente de uma lógica de busca por modelos "arcaicos" após amalharem fortunas, se mantinham no ambiente comercial e diversificando seus capitais.

Aspectos da educação estética em Schiller e Voltaire

Anna Clara Carvalho Nascimento

Graduanda do Curso de Artes Visuais pela UFS
claracarvalho1311@gmail.com

O problema que irei apresentar aqui é acerca da educação estética, mais precisamente, a educação estética na perspectiva de dois importantes filósofos do século XVIII, a saber, Voltaire e Schiller. Por educação estética aqui se entende a ferramenta que, por meio da arte, “conserta” o descompasso que há entre razão e sensibilidade. Esse descompasso aprisiona os seres humanos, levando-os a agir de forma “selvagem”, “bárbara” ou “infame”, portanto, imoral. Acreditando que os males morais da modernidade se fundam num problema estético, a intenção de ambos é, por meio desta educação, libertar a humanidade e fazê-la agir moralmente. O filósofo alemão concorda com o francês que a arte é o único caminho à liberdade, no entanto, eles divergem a respeito de como a subjetividade humana deve se formar. Voltaire pensa que filosofia e literatura se misturam, todavia, a razão deve ser o leme a guiar as paixões, sendo assim, cabe ao philosophe “descer à arena” da modernidade para combater a “infâmia”. Para Schiller, filosofia e arte são duas coisas completamente distintas, a primeira tange ao pensamento e a segunda, ao sentimento, porém, para este filósofo, a arte tocava as duas faculdades humanas, a de sentir e a de pensar, simultaneamente. Em sendo assim, segundo o pensamento schilleriano, cabe ao artista “descer à arena” para derrotar a “selvageria” e a “barbárie”, mas não para guiar as paixões, e sim para “jogar” com elas, harmonizá-las, sem arbitrariedade de uma contra a outra, proporcionando, desta forma, a liberdade entre as duas faculdades naturais do indivíduo, logo, proporcionando sua própria liberdade. O que aqui se pretende é indicar a divergência entre Schiller e Voltaire diante de como a subjetividade humana deve se configurar para que o ser humano seja livre.

As antiluzes francesas: em busca do conceito

Antônio Carlos dos Santos

Professor Titular do Departamento de Filosofia da UFS/
CNPq

acsantos12@uol.com.br

Uma das imagens mais conhecidas do Século XVIII francês é a da luminosidade. Ela não se contenta em ter uma luz, mas várias. Este detalhe não é desprezível. A luz no singular remeteria à luz natural ou à luz divina, mas quando está no plural, como registra o Dicionário de Furetière, de 1727, “significa os belos conhecimentos do espírito”. Isto pode ser traduzido em autonomia da razão ou capacidade por pensar por si mesmo, em oposição às sombras, que remetem a preconceitos, fanatismo e superstição. Não é à toa que o Século passou a ser conhecido, já na sua época, como esclarecido e se tornou objeto de interrogação e categoria crítica. Mas isso não significa dizer que nele não houve escuridão ou que haveria um consenso generalizado em torno da luminosidade. As Luzes tiveram que conviver também com as trevas ou, dizendo de um outro jeito, elas tinham que espalhar a luz para poder diminuir a força da escuridão. As novas ideias trazidas pelas Luzes se constituíram para parcela da população francesa no final do Século XVIII como verdadeiro perigo, imaginário ou real, para o espírito de seus opositores. O clima de incerteza e interrogação causavam na mente desse grupo consequências nefastas. Criou-se, aos poucos, um clima de hostilidade às ideias iluministas que culminou, efetivamente, num movimento intitulado anti-iluminismo (“les anti-Lumières”). Em linhas gerais, trata-se de um grupo de intelectuais que se afeiçoou à desrazão e que gerou estratégias destinadas a seduzir o meio aristocrático francês contra o primado da racionalidade, operando, muitas vezes, de forma orquestrada com estratégias e dinâmicas próprias, por meio de laços de estreitamento, ora por separação ou reagrupamentos, para escapar à tutela religiosa, política e moral trazidas pelas Luzes. Ele inspirou oportunistas e críticos dos Philosophes. Isto significa dizer que esse movimento foi a face mais visível da reação às Luzes. É sobre esta questão que a presente comunicação visa a abordar.

Progresso e humanismo: uma crítica ao livro Humanidade – uma história otimista do homem (2020) de Rutger Bregman

Antonio José Pereira Filho

Professor do Departamento de Filosofia da UFS
proantonio_pereira@yahoo.com

Já faz algum tempo que o campo dos estudos culturais se empenha em combater filosofias da história que, de forma hipostasiada, desejem abarcar a totalidade da história humana vista como uma marcha única rumo a um futuro melhor. Diante das ruínas que nos cercam e das ameaças ao meio ambiente, é compreensível que se desconfie da marcha implacável do progresso. Afinal, pode-se perguntar: “ordem e progresso” para quem, cara pálida? Daí a desconfiança das promessas não cumpridas do ideal de emancipação iluminista, que tanta barbárie e imoralidade produziu ao pretender justificar, em nome do progresso, a necessidade da escravidão, enquanto a Europa saqueava riquezas em terras tidas como de ninguém. Ora, frente a essa perspectiva, em seu best seller, *Humanidade uma história otimista do homem (2020)*, o historiador Rutger Bregman, revista alguns pensadores das luzes e enfrenta o desafio de provar que, apesar das sombras que nos cercam, a humanidade vale a pena. Bregman afirma por exemplo: “Aqui estamos há alguns séculos na era da razão. Em termos gerais, precisamos concluir que o Iluminismo foi um triunfo para a humanidade, que nos deu o capitalismo, a democracia e o Estado de direito. As estatísticas são claras. Nossa vida está exponencialmente melhor, e o mundo ficou mais rico, mais seguro e mais saudável que antes” . Em nossa comunicação, pretendemos mostrar, porém, que o otimismo de Bregman ignora uma visão mais complexa do próprio iluminismo, sendo atravessado por uma perspectiva eurocêntrica e antropocêntrica, que podemos rotular de “humanismo liberal” , o qual fecha os olhos para à barbárie colonizadora de ontem e de hoje. Frente a essa perspectiva gostaríamos de contrapor a noção de “humanismo crítico” pensada em chave dialética.

Uso público da razão x Fake news: uma leitura a partir de Kant

Ariane Santos Ribeiro Melonio e Danielton Campos Melonio

ESMA/FUNAC; UFMA

arianesanrib@gmail.com

danielton.melonio@ufma.br

No século XVIII o filósofo prussiano Immanuel Kant participou, juntamente com muitos de seus contemporâneos, de uma esfera pública que permitiu uma discussão coletiva por intermédio da imprensa da época. Nesse sentido, Kant publicou em 1784 o ensaio "Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung?" na *Berlinische Monatsschrift*. Neste escrito sugere que aquele debate deve ser orientado pelo uso público da razão. Com efeito, por meio desta forma de uso da razão o participante desse processo disponibiliza aos demais leitores suas reflexões e argumentos bem fundamentados acerca de um determinado tema, contribuindo, assim, para o esclarecimento mútuo e a formação de sujeitos autônomos. Por outro lado, a esfera pública produzida pelas condições materiais de nossa época é, em certos aspectos, diversa da experimentada por Kant no início da década de 80. O advento e a popularização da internet e o acesso cada vez maior aos computadores e smartphones permitiram a criação e disseminação das redes sociais virtuais. Em certo sentido, as redes sociais se tornaram a esfera pública predominante em nossa época, permitindo que usuários ao redor do mundo interajam entre si. Mas ao mesmo tempo em que estas redes interacionais possibilitaram uma maior propagação de informações, seja na forma escrita ou imagética, também revelaram problemas, dentre eles a criação, divulgação e compartilhamento de fake news. Na medida em que as fake news se mostram um fenômeno cultural, midiático e comunicacional que estão presentes cada vez mais em nosso cotidiano, elas merecem ser compreendidas por intermédio de pesquisas que explicitem sua estrutura, bem como as condições de possibilidade subjetivas que permitem sua criação e difusão. Portanto, objetiva-se neste trabalho, recorrendo a uma abordagem filosófica, sugerir uma distinção conceitual entre o uso público da razão e as fake news, a partir de uma leitura do referido ensaio publicado por Kant em 1784.

Rousseau e a filosofia do Iluminismo: rica, difusa, multifacetada?

Arlei de Espíndola

UEL/PR

earlei@sercomtel.com.br

A exposição, visando render homenagem a Rousseau ao tempo que deseja valorizar a presente oportunidade, objetiva ser fiel, o mais possível, a seu verdadeiro espírito, dispensando o esforço, portanto, de idolatrá-lo, indicando que a luta não se encerra, pois as contradições não são de todo negativas, não costumando terminar em definitivo. Seu projeto é estabelecido, como o é o do próprio século, apoiando-se em alguns pilares conceituais como, por exemplo, as noções de um modo próprio de conceber a racionalidade, universalidade e autonomia, sem que haja este espírito facilmente definido e informando, entretanto, o século XVIII, francês, tornando-se corrente que este seja assim identificado, que este painel tenha essa pintura cristalina, sem qualquer borra. Todavia, este é, na verdade, dispare, múltiplice, e tortuoso, como é a ideia que se tem dele. Em meio a todos estes esforços, vê-se este empenho em torno da popularização do pensamento, paralelamente ao esforço do projeto enciclopédico. Mas o segredo está em admitir-se que temos, igualmente, divergências teóricas, desencontros intelectuais. Esse quadro uno mas dissonante é ilustrado com o contraponto em seus principais representantes, emblemáticos e modelares neste sentido, alimentando nosso fascínio.

O Esclarecimento kantiano: uma resposta para os tempos sombrios

Bianca Malena do Nascimento Cordeiro

Graduanda em Filosofia/UFMA e vinculada ao GEPI KANT/UFMA/CNPq

biah.malena10@gmail.com

Durante toda a história tivemos tempos sombrios, em tempos como esses os homens são tutelados pelos pensamentos, crenças e preconceitos provindos de uma tradição dominante. Estes homens não usam a própria razão e preferem ficar à mercê de déspotas e tutores a ter que criar coragem para serem emancipados e assim poderem ser racionalmente autônomos, o resultado dessa escolha é uma vida tutelada, manipulada, acomodada e covarde. Em outras palavras, os momentos sombrios da sociedade são frutos de indivíduos que se colocam como espectadores e não como agentes ativos na sociedade em que vivem. A contrapartida deste momento de obscurantismo é o esclarecimento, este que surge como uma forma de superar momentos como os descritos. Nesse sentido, um dos expoentes em relação ao esclarecimento é o filósofo prussiano Immanuel Kant, ele apresenta suas considerações em seu artigo denominado Resposta à pergunta: Que é “Esclarecimento” ? (Aufklärung), neste texto o autor define o esclarecimento como o momento em que os homens superam a sua “menoridade” , ou seja, passam a usar a própria razão, se libertam dos tutores, da comodidade de ser menor e se tornem capazes de pensar e servir-se de si mesmos. Para tal, o autor argumenta que é preciso coragem para buscar o esclarecimento, é preciso ousar saber, assim, *sapere aude!* é o lema do esclarecimento. Grosso modo, o processo de esclarecimento ocorre de forma paulatina e pressupõe a autonomia, a educação e o uso correto da razão, dessa maneira é possível considerar um desenvolvimento individual e coletivo. Em síntese, uma sociedade emancipada e autônoma pode ser capaz de superar os déspotas, as crenças e os preconceitos de sua época. Desta forma, o objetivo deste trabalho consiste em apresentar o esclarecimento proposto por Kant e a partir disso considerar tal proposta como uma resposta para a superação de tempos sombrios.

Rousseau e o afastamento dos fatos: das verdades teológicas ao materialismo enciclopedista

Breno Zen

Mestrando em Filosofia pela UCS

bbdzen@ucs.br

No *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, Rousseau estabelece que somente um método conjectural seria capaz de torná-lo capaz de avaliar o verdadeiro estado natural do homem. Segundo o autor, todos os filósofos que escreveram sobre este tema tomaram características do homem civil para apontar seu estado de natureza, ou seja, cometeram grandes equívocos. Mediante esta compreensão, o autor passa a galgar um "desnudamento" de toda e qualquer compreensão tradicional acerca da história da humanidade. E para chegar a estas presumidas raízes, Rousseau se compromete a "afastar todos os fatos" : o autor entende que somente por meio de conjecturas poderá formular razões que possam explicar a origem dos descaminhos humanos e por fim, formar uma compreensão de quem é o homem civilizado. Pretendemos responder à pergunta: a que fatos o autor se refere quando afirma esta necessidade de afastamento? Esta exposição se compromete a analisar duas perspectivas da afirmação: primeiramente, o afastamento da compreensão teológica, que referencia a origem do mal a partir dos textos sagrados, ou seja, do pecado original; parra Rousseau, o mal é de total responsabilidade do homem. Por outro lado, a afirmação acerca do afastamento dos fatos também parece tramar um afastamento em relação aos enciclopedistas, que partem de perspectivas essencialmente materialistas, e muito mais otimistas que as do autor genebrino, que vê no desenvolvimento técnico e científico das sociedades um processo de desnaturação, ou seja, da deformação de costumes que um dia refletiram virtudes, mas que na modernidade passaram a ser regidos pelos vícios.

Esclarecimento e Moral: Uma Perspectiva de Progresso em Kant

Bruno Bogéa Lima

Mestrando em Cultura e Sociedade pela UFMA

brunobogea674@gmail.com

Este trabalho objetiva pontuar o papel imprescindível que o esclarecimento kantiano exerce não só para o melhoramento intelectual, mas também humano, pois o homem caminha para estes fins á medida que se esclarece. Dessa forma, pretende-se criticar o estado de menoridade do qual o homem é culpado, denominado por Kant de comodismo e rebanho que são, por sinal, nocivos e desonrosos e, por conseguinte, acarretar-se-ia um des-progresso social, moral e político. Sendo assim, a porta de saída que configurar-se-ia em um progresso humano, se daria, segundo Kant, através do esclarecimento, isto é, fazendo uso do seu próprio entendimento sem a tutela de outro. Nessa perspectiva, o estado de comodidade é importante não apenas para alguns sujeitos, mas também para os dirigentes do estado. Para aqueles, pois, fazer uso desse gênero de sabedoria chamada razão, é sinônimo de desencanto, temor, inquietação, preocupações com o futuro, angustia, insegurança, em uma palavra, desprazer, visto que agir de acordo com as inclinações, portanto, animalidade, é o que os incita, neste sentido o estado de pastoreio é tão mais importante que fazer uso do seu próprio entendimento. Para este, por conseguinte, se arborizando em saber melhor do que os súditos, o que é o bem destes, condenam o povo a uma constante menoridade. Outrossim, pretende-se pontuar que o fim último do homem é a moral, assim sendo, para que se possa edificar uma tal doutrina dos costumes, se faz necessário afirmar a autonomia do homem, essa, por sua vez, se configura a partir da vontade, isto é, a razão prática, capacidade que este tem de legislar sobre si mesmo, por consequência, dá a sua própria lei. Assim, o esclarecimento é uma ponte para que se possa atingir um fim moral.

História humana e História Natural em Kant

Bruno Oberlander Erbella

Mestrando em Filosofia pela USP

brunoerbella@hotmail.com

Gérard Lebrun afirma que podemos encontrar na Crítica da Faculdade de Julgar um modelo pelo qual “a beleza, a vida e a história não são domínios de explicação, mas de interpretação”. Nosso trabalho vai analisar como estes dois últimos termos acabaram por habitar o mesmo cômodo na arquitetônica da razão kantiana. Para isso, devemos observar como são assimilados os conceitos em debate na História Natural do século XVIII, os quais vão exigir um modelo de investigação análogo ao que será aplicado à história da humanidade. Ambas as histórias estão, no entanto, confinadas na dimensão reflexiva do juízo teleológico e, por isso, não será possível estabelecer uma relação constitutiva na qual um termo seja explicado por outro. O que deve ficar claro em nosso trabalho é como Kant descobre, a partir das relações analógicas apontadas, os poderes e limites da razão ao pensar filosoficamente uma história da humanidade ao mesmo tempo moral: direcionada aos fins da razão prática; e natural: cuja origem está na própria natureza e, por isso, vê-se nela um campo adequado para a consecução dos fins morais.

Kant educador: uma educação para além da civilidade, rumo ao esclarecimento

Carllyanne Helena Costa Tavares

Graduanda em Filosofia pela UFMA

carllyhelena@gmail.com

Este artigo objetiva analisar a importância da educação no pensamento do filósofo Immanuel Kant com vistas ao desenvolvimento moral humano, investigando para tanto, a possibilidade da coexistência de liberdades e a efetivação do pensar autônomo, através da construção de uma educação comprometida com o desenvolvimento da moralidade e consequentemente do progresso humano. No pensamento do filósofo alemão do séc. XVIII, a educação e, de um modo geral, o desenvolvimento da humanidade, estavam alicerçados em uma preocupação com o processo pelo qual o homem deve passar desde a sua infância; processo esse que culminaria na superação do homem de sua animalidade, conduzindo-o para além de uma liberdade bárbara e preparando-o para a vida civilizada, mais que isso; proporcionando condições necessárias para a efetivação do pensar autônomo, o livre pensar. Para o filósofo o pensar autônomo seria expressão por excelência da liberdade, pois através deste nos lançariamos para além da subserviência à sociedade, rumo à nossa emancipação. Trata-se de uma investigação fundamentalmente teórica, pautada na análise crítico-reflexiva de sua obra Sobre a pedagogia e do seu opúsculo Resposta à pergunta: que é o esclarecimento? Mesmo tratando das ideias de um filósofo contextualizado na modernidade, é possível trazê-lo para a discussão atual referente à importância da educação como formadora e à emancipação humana, e se estamos progredindo lentamente como acredita Kant, ainda precisamos conversar sobre a promoção de um modo de pensar que pode transformar, com o tempo, as disposições naturais humanas para o discernimento moral em princípios práticos determinados pois, apesar de todas as mudanças e conquistas intelectuais, sociais e políticas ocorridas desde o século XVIII até aqui – evocadas pelos ideais iluministas – as chances para o homem esclarecer-se parece que tornam-se cada vez menores e, apropriadamente na situação caótica em que estamos inseridos atualmente, se faz contraditoriamente cada vez mais difícil porém, necessário o uso público de nossa razão; ora, como o próprio Kant avisou-nos, apesar dos obstáculos, o esclarecimento é um ideal a ser perseguido.

A atualidade das Luzes em nossa contemporaneidade: penumbra e obscurantismo

Carlota Boto

Professora da FEDUSP/CNPq
reisboto@usp.br

O Iluminismo é um movimento intelectual ocorrido na Europa do século XVIII, que teve como característica a crítica: crítica às instituições, crítica à política, crítica à religião, crítica dos costumes e crítica à ideia de tradição. Para os teóricos iluministas a ideia da razão era um pressuposto que deveria balizar todas as esferas da vida social. O objetivo do presente estudo é a busca de compreensão da atualidade das Luzes. Nesse sentido, a primeira constatação é a de que vivemos uma época em que o movimento da história parece ter andado para trás. O autoritarismo político e ideológico crescente em várias partes do mundo e, fundamentalmente, no Brasil acena para um tempo de obscurantismo e de recrudescimento de preconceitos, de rejeição ao conhecimento científico e de crescimento, a um só tempo, da miséria e da ascensão de governos autoritários. Kant caracterizará o Iluminismo como a saída do homem de sua menoridade, definindo menoridade como a incapacidade de se servir do entendimento por conta própria. A iniciativa da Enciclopédia consistia, por sua vez, em um projeto que pode ser considerado pedagógico, posto que teve o intuito de divulgar as novas conquistas do conhecimento em todos os campos para um número cada vez maior de pessoas. A crença dos iluministas era a de que o progresso da ciência e da técnica não se dá apenas pelo avanço no conjunto do saber acumulado. As conquistas da ciência procederiam também - para além das novas descobertas nos variados campos do saber - mediante a irradiação do conhecimento. A ampliação do acesso de um número cada vez maior de pessoas às conquistas da ciência era um dos principais objetivos dos teóricos do Iluminismo. Por ser assim, a Ilustração é uma dada organização do mundo intelectual, onde a atividade do pensamento se torna praticamente uma militância em prol da liberdade de raciocínio e da liberdade de crença. A ideia era a de que, todos tendo livre acesso aos instrumentos da racionalidade e da liberdade de julgamento, haveria a possibilidade de haver uma sociedade mais justa, mais igualitária e pautada por distinções antes pautadas pelo mérito do que pelas desigualdades de fortuna. Desenvolver a razão supõe, sob o prisma das Luzes, levar a cabo os instrumentos para que ela se expresse. Isso implicava a formação da opinião pública, o que, era, por si, uma tarefa pedagógica. Recordar o Iluminismo constitui, nesse sentido, um exercício de liberdade e de resistência nos sombrios tempos que correm.

O homeschooling como antítese do projeto filosófico da modernidade para a escola

Christian Lindberg L. do Nascimento

Professor do Departamento de Filosofia da UFS

christian.nascimento@hotmail.com

A escola, como é concebida atualmente, é uma invenção da modernidade. Autores como Lutero, Comenius e, principalmente, Condorcet, compreenderam que era fundamental as crianças, independentemente da classe social, raça, gênero, etc. deveriam ter o direito à educação, requerendo, portanto, uma instituição. No livro Cinco memórias sobre a instrução pública, Condorcet destaca a importância e os objetivos de efetivar esse direito, tendo como pilares a constituição de uma escola pública, laica, com professores/as pagos pelo Estado e que os conhecimentos científicos sistematizados ao longo dos séculos pudessem ser ensinados a todos/as. No entanto, o projeto moderno de escola parece ter entrado em crise. Filósofos/as da Educação, das mais variadas perspectivas ideológicas, têm se debruçando sobre essa questão. Uma das críticas feitas merece atenção; a proposta de homeschooling (educação doméstica) elaborada pelo americano John Holt. Para ele, o direito à escola para todos/as, gratuita e com qualidade é impossível de ser efetivada. Além disso, afirma que a instituição educacional limita o desenvolvimento da criatividade e o exercício da liberdade da criança. Por fim, argumenta que os pais têm o direito natural de educar seus filhos de acordo com os valores morais que julgam mais pertinentes. Em suma, a impressão que se tem é de que a proposta de Holt representa a antítese do projeto moderno de escola. Nesse sentido, o objetivo da presente comunicação é analisar a crítica que desenvolve, além de avaliar os fundamentos filosóficos da proposta holtiana. Por ser uma pesquisa qualitativa, o estruturalismo foi adotado como concepção metodológica, subsidiado pela análise de conteúdo das fontes selecionadas.

Pensar o universo sem o humano? Sobre a crítica de um libertino sadiano ao antropocentrismo

Clara Castro

Professora da PUC-Rio

clara.castro@alumni.usp.br

De todas as extravagâncias às quais o orgulho do homem poderia conduzir, a mais absurda, sem dúvida, foi o julgamento precioso que ele ousou fazer de si mesmo: cercado de criaturas que valiam tanto ou mais do que ele, autorizou-se a atacar impunemente os seres que imaginava subjugar". Assim começa o discurso de Braschi, o papa Pio VI do romance *História de Juliette* (1801) de Sade. Em sua fala, o libertino parece anunciar o caos atual em que vivemos: a superestima do homem em detrimento dos outros (humanos e não humanos), a institucionalização do crime, a inventividade nas estratégias de crueldade e de destruição de seres animados e inanimados. Por certo, todo libertino sadiano, por viver sob o princípio do prazer não importa às custas de quem, oferece ao leitor uma imagem bastante pessimista do homem. Mas, entre todos os discursos, o do papa parece ser aquele que nos pinta como os mais medonhos dos animais. O intuito desta comunicação é expor a crítica do personagem Braschi ao ser humano. Ela nos alerta que o homem, se deixado a seu bel prazer, não apenas está longe da utopia do filósofo ilustrado, como pode facilmente superar a distopia do cristão satanista.

“Contra toda uma geração” : dissidência e resistência em Rousseau

Claudio A. Reis

Professor da Universidade de Brasília (UnB)
reis@unb.br

Os diálogos de Rousseau juiz de Jean-Jacques desenvolvem uma longa e tortuosa hipótese, segundo a qual, durante várias décadas, Rousseau teria sido vítima de um complô arquitetado inicialmente por Grimm e Diderot e depois estendido, com a cumplicidade de poderosos e do próprio governo francês, de modo a alcançar toda a sociedade francesa – e mesmo, nos termos do Genebrino, envolver “toda uma geração” . Muito do impulso para o desenvolvimento dessa hipótese vem do esgotamento mental e moral de que Rousseau se ressentia em 1771, depois de quase uma década de fugas pela Europa, após a condenação do Emílio e do Contrato Social na França e em sua Genebra natal. No entanto, para além desse fato e das marcas desse esgotamento em seu texto, há, nas reflexões de Rousseau em torno desse pretenso complô, percepções interessantes e importantes sobre a dinâmica da opinião pública na sua construção de discursos e narrativas, que remetem para questões ainda hoje, na era das mídias digitais e das redes sociais, relevantes e urgentes. Considerando que na segunda metade do século XVIII já eram reconhecíveis os contornos de uma esfera pública moderna dominada pela opinião pública – instância que, daí em diante, terá um papel central nos momentos políticos mais significativos –, vale a pena dar atenção às reflexões de Rousseau que podem ser destiladas de sua descrição do pretenso complô de que teria sido vítima, seja qual for nossa opinião sobre sua realidade e sobre o estado de espírito do Genebrino ao evocá-lo. Nesta comunicação, portanto, pretendemos analisar alguns dos aspectos centrais da reflexão rousseauiana sobre a opinião pública, tal como pode ser identificada sob a hipótese do complô. Além de destacar alguns de seus pontos mais salientes, tentaremos relacioná-la com as questões da dissidência e da resistência. Afinal, o que significa assumir uma posição “contra toda uma geração” ?

Iluminismo e Ciência em Portugal **Custódia Alexandra Almeida Martins**

Professora do Instituto de Educação da Universidade do Minho – Portugal
custodiam@ie.uminho.pt

Os séculos XVII e XVIII foram ricos na proliferação de diversas instituições de cariz científico, usualmente designadas por Academias, com a intenção de promover e difundir novos conhecimentos científicos. Nelas, e através das apresentações de trabalhos publicados em forma de memórias, actas e jornais científicos, podíamos aferir do progresso das ciências. Seguindo o espírito da época, também em Portugal surgiram várias Academias, justamente com o desígnio de incitar a investigação. Identifiquemos algumas: a Academia dos Generosos, entre 1647 e 1667; a Academia Portuguesa fundada em 1717; a Academia Real da História Portuguesa, fundada em 1720. A Academia das Ciências de Lisboa foi criada a 24 de Dezembro de 1779 com a aprovação régia dos seus primeiros estatutos, tendo sido o Duque de Lafões o seu primeiro presidente. Em 4 de Julho de 1780 é proferida, por Teodoro de Almeida, a oração de abertura da Academia das Ciências de Lisboa. E sobre esta prédica, controversa, que nos iremos debruçar na reflexão a ser apresentada.

Uma Leitura de Jacques, o Fatalista, e seu Amo, mediante o Conceito de Estado Ativo da Matéria d' O Sonho de D' Alembert

Danielly Lima dos Santos

Mestranda em Filosofia pela UNESP/Marília

danielly.santos@unesp.br

Conjectura-se que Diderot tenha em sua obra um sistema materialista estabelecido. É necessário, então, ter em vista na análise das partes deste sistema a ideia ou hipótese que o percorre, sendo esta a ontologia materialista desenvolvida n' O Sonho de d' Alembert (1769), mais especificamente, a sensibilidade universal da matéria. Diderot, assumindo que a matéria mais rudimentar é sensível, apresentara três níveis de sensibilidade: 1) o inerte, em que a sensibilidade é caracterizada pela atividade; 2) o ativo, onde a sensibilidade é designada pela passividade; 3) o ativo pensante, em que tanto a atividade quanto a passividade são expressivas. Há dois centros no homem, o ativo, presente no estado inerte da matéria, expresso no corpo humano pelo cérebro, o passivo, que é o aspecto mais marcante do estado ativo da matéria, sediado no diafragma. Pretende-se neste trabalho esclarecer a ideia de estado ativo da matéria mediante o romance Jacques, o Fatalista, e seu Amo (1771-1782). Aplicam-se tais noções ao personagem Jacques e verifica-se que há nele uma predominância do diafragma sobre o cérebro, trata-se de um personagem que não alcançou a completude do estado ativo pensante da matéria, mas que oferece corpo à concepção do estado ativo da matéria. Diderot realiza a sensibilização da ideia do estado ativo pelo estado ativo pensante.

O dilema do filósofo: seu ideal e seu negativo, o charlatão Danilo Bilate

Professor do Departamento de Filosofia da UFRRJ
danilobilate@gmail.com

Quero fornecer elementos históricos para a compreensão do que seja o "charlatão" como antípoda do ideal de filósofo. Essa figura negativa era denominada como "sofista" na antiguidade e foi chamada posteriormente também de "impostor" e "pedante" até que, pouco antes do século das Luzes, passasse a ser gradualmente nomeada como "charlatão", classificação que se torna plenamente usual no século XVIII. Em resumo, o charlatão é o ambulante falador que, na ânsia de chamar a atenção para si próprio, prejudica a qualidade daquilo que pretende vender. Esse contramodelo foi acusado desde sempre como tal, mas, contemporaneamente, se esvaneceu por entre as penumbras do relativismo desenfreado. É um dilema para a prática filosófica de nosso tempo decidir-se por valorizar a oferta incondicional da filosofia às massas ou, ainda que atenta à importância da democratização do saber, por entender que tal oferta não deve se coadunar com a hipersuperficialidade mascarada.

Foucault e a Aufklärung: elementos de 'ontem' e de 'hoje' para a filosofia

David Inácio Nascimento

Professor da UFPel

datanisgrego@yahoo.com.br

Em 1978, ano seguinte ao pedido de um “ano sabático” feito ao Collège de France, Michel Foucault (Poitiers, outubro de 1926 – Paris, junho de 1984) retornou àquela instituição de ensino prometendo importantes mudanças no itinerário de suas pesquisas e cursos. Em janeiro daquele mesmo ano, ele havia escrito a “Introdução” para a edição americana/inglesa do livro de Georges Canguilhem (1904-1955), *O normal e o patológico* (1943), e nela (“Introdução por Michel Foucault”) aproximou o trabalho de Canguilhem às questões concernentes à Aufklärung. Considerando que aquelas discussões elaboradas por Immanuel Kant (1724-1804) e Moses Mendelssohn (1729-1786) ao final do século XVIII tiveram “um destino tão diferente na Alemanha, na França e nos países anglo-saxões” , Foucault tratou de demonstrar como se poderia ver, “sob diferentes facetas” , certo elemento que fazia ligar a obra de Canguilhem e a Aufklärung, fazendo dessa relação uma questão “essencial para a filosofia contemporânea” . Sob esse aspecto, Foucault pôde ele mesmo se colocar como um herdeiro do Esclarecimento conforme definido por Kant. Embora este tema já se encontre discutido em diferentes trabalhos, em especial na tese “Uma Prática Filosófica em Michel Foucault: a resposta ao chamado da Aufklärung” (NASCIMENTO, 2020), caberia ainda diferentes e complementares indagações sobre a relação entre Foucault e a Aufklärung, sobretudo quando considerados seus escritos anteriores à década de 1970. Em livros como *História da Loucura* (1961) e *O Nascimento da Clínica* (1963), Foucault fez algumas considerações sobre outra ligação, tratava então da relação entre a medicina positivista que, excedendo ao saber médico, teria ajustado “a velha noção jurídica de ‘sujeito de direito’ com a experiência contemporânea do homem social” . Isto sendo dito, o presente artigo tem como objetivo analisar as referências feitas por Foucault à Aufklärung bem como, a partir disso, tratar das condições a partir das quais se torna possível discutir o sujeito ante a Aufklärung e a medicina positivista.

***Le crime d'encyclopédisme*: filosofia e periculosidade no Brasil do Século XVIII**

Edmilson Menezes

Professor do Departamento de Filosofia da UFS/CNPq
ed.menezes@uol.com.br

No decurso da contenção à Conjuração Mineira, diferentes intelectuais, professores de filosofia e literatos foram denunciados e punidos por conspirar contra a coroa portuguesa. Homem de poucos recursos materiais, como comprova a lista de seus bens arrestados pelas autoridades constituídas, o cônego Luiz Vieira da Silva possuía, no entanto, uma biblioteca muito bem equipada, notável para a época e o lugar. A lista de livros apreendidos e confiscados pelos comandos do inquérito mostra que o proprietário era culto, bem formado e, em particular, destacava-se como leitor da Ilustração francesa; para alguns, a pessoa mais instruída de sua época. A reverberação e a propaganda derivadas das ideias francesas encontram os conjurados de Minas e isso é suficiente para caracterizar o que João Cruz Costa apontou como sendo *le crime d'encyclopédisme*. O objetivo do trabalho é avaliar como a leitura da Ilustração se tornou, no Brasil do Século XVIII, um fator de incriminação de intelectuais. Ler, cultivar ou possuir certas obras acarretava um alto grau de perigo, devido à influência revolucionária e crítica que se acreditava ali estar contida.

A propósito da degeneração do gênero humano e a dissolução dos costumes nos espetáculos teatrais do século XVIII: objeções à comédia classicista de Molière, por Jean-Jacques Rousseau

Elber Alves Ferreira
Graduando pela UFMA
elber.alves@discente.ufma.br

Eruditos e ilustrados pensadores, no ínterim do século XVIII, assistem o Teatro de classe francês como lugar oportuno para tratar questões de sociabilidade. As peças teatrais, desse modo, configuram as pretensas tentativas em transformar a forma de pensamento e ação dos homens em sociedade. As funções paradigmáticas da natureza, juntamente às suas custosas e tardias instruções, logo são iluminadas e alteradas pelas intenções prematuras dos homens instruídos; agora, as regras e ordens das paixões, não sendo apenas próprias da ação da natureza, encontram na imaginação, na linguagem depurada e nas aulas de decências, as determinações de suas inclinações. É dessa forma que a má gestão da imaginação entrelaçada à sensibilidade prematura dos homens transforma em vícios as paixões. A possibilidade de se pôr em questão a ideia, à toa e mentirosa, referente a utilidade pública dos espetáculos teatrais, partem de objeções rousseauianas ao dramaturgo francês Molière. As considerações à peça O Misanthropo, cintilando parte da censura feita pelo genébrino ao século das luzes, expõem quanto o teatro seria prejudicial, uma vez autorizado, visto que caricata o “honesto” em virtude dos escândalos e maus costumes. Para Rousseau o apego aos vícios, a simpatia pelos maus costumes e a devoção a uma aparente virtude, conotam as oferendas deixadas pelas peças cômicas ao culto prestado ao progresso da Luzes do XVIII. Os perigos relativos à natureza da profissão do comediante afiguram, portanto, a desonra em si mesma por fazer o homem revestir-se de um caráter que não é o seu. Tais perigos relacionam-se às formas como as peças cômicas provocam no público um estado devasso de vida entregue à desordem e aos maus costumes. Dessa forma, considera-se que, ainda em um século da dita sabedoria e do bom senso, a virtude, mesmo que em cena, não se homenageava. Tal século toma em seu arcabouço um tipo de moral que encoraja e atribui aos maus papéis o mérito ao apreço público enquanto que aos bons homens um status do ridículo.

A querela entre Condillac e Buffon sobre os animais: influências, diálogos e perspectivas

Evaldo Becker e Ronei Clécio Mocellin

Professor do Departamento de Filosofia da UFS

Professor do Departamento de Filosofia da UFPR

evaldobecker@gmail.com

Os animais nunca foram alheios ao pensamento filosófico. No entanto, na segunda metade do século XVII, os animais eram de particular interesse para os filósofos, especialmente após a tese de Descartes sobre o animal-máquina, o debate sobre se tinham ou não a sua própria alma e sua capacidade de conhecer. Um caso exemplar dessas controvérsias é a crítica filosófica feita por Condillac, que já era considerado um dos grandes metafísicos do século, a Buffon, um eminente naturalista e escritor. Este interesse pelos animais não é, contudo, o resultado de um amor por eles, mas serve acima de tudo a um debate sobre as especificidades humanas, pelo que é essencialmente antropocêntrico. Condillac abriu o seu Tratado sobre Animais, publicado em 1755, argumentando que “seria de pouco interesse saber o que são os animais, se não fosse um meio de saber melhor o que somos” . Nesse tratado, Condillac responde àqueles que o acusaram de plagiar algumas das ideias de Buffon, mas acima de tudo apresenta uma análise filosófica detalhada das observações do naturalista e sublinha o quanto elas estão longe das suas próprias ideias. Mas esse trabalho também serviu a Condillac para esclarecer a sua “metafísica experimental” e para demonstrar que a origem de todo o conhecimento, dos animais e dos homens, vem da faculdade de sentir. A fim de melhor compreender este contexto, examinaremos o estado do debate estabelecido em meados do século XVIII sobre as fronteiras que nos separam e nos aproximam de outros animais. Neste sentido, examinaremos o diálogo estabelecido entre Condillac e Buffon, mas também com alguns dos seus contemporâneos, como Rousseau e Diderot, relativamente à epistemologia, ontologia e moralidade dos animais e dos homens.

Reflexões sobre os fundamentos pedagógicos do pensamento de Immanuel Kant

Evilásio Barbosa da Silva

Mestrando em Cultura e Sociedade pelo PGCult/UFMA
evilasio.silva@discente.ufma.br

Quando pensamos em educação na perspectiva kantiana é muito provável que venha em nossa mente palavras ou termos chaves como: liberdade, exercício público da razão, esclarecimento e estado de maioridade; o que certamente representam muito bem o que podemos chamar de fundamentos pedagógicos do pensamento de Immanuel Kant. Junto com estes termos e palavras, geralmente nos vem à ideia, a figura da pessoa adulta que, de acordo com a filosofia kantiana, por covardia ou preguiça abriu mão de pensar autonomamente para deixar-se ser conduzidos por terceiros. Essa reflexão tende a fazer com que, na maioria das vezes, esqueçamos-nos do processo educacional das crianças que, muito embora necessitem do cuidado e do direcionamento dos adultos, não estão de nenhuma maneira excluídas de uma ação educacional mais qualificada que possa trabalhar já desde o início da formação infantil a prática de pequenas regras para que cresçam na perspectiva de tornarem-se adultos livres e autônomos, impelidos a praticarem a lei moral. Percebemos que para além da preocupação com a perspectiva educacional dos adultos no que tange ao esclarecimento, ao livre pensar e ao agir moral, Kant também apresenta algumas importantes inquietações referentes à educação das crianças, visto que estas como representantes da gênese de uma nova geração de acordo com cada momento histórico, certamente precisam ser muito bem preparadas para seguir dando continuidade ao progresso moral. Portanto, o objetivo deste trabalho é estabelecer algumas reflexões sobre as bases do pensamento pedagógico kantiano discutindo para além daquelas palavras e expressões que indicam os fundamentos pedagógicos de Kant, mencionados acima, apresentarmos outras bases educacionais que irão subsidiar desde o percurso humano mais tenro até a maioridade educacional, ou seja, o esclarecimento, como: a educação física e a educação prática. Antes destacaremos algumas contribuições fundamentais do filósofo genebrino, Jean-Jacques Rousseau ao pensamento pedagógico de Immanuel Kant.

A vida de Jesus” de Hegel: O início de um itinerário

Fabiano Veliq

Professor da PUCMG

veliqs@gmail.com

Nesta obra, escrita como um evangelho bíblico, Hegel faz uma releitura do texto bíblico protagonizado por Jesus, acompanhando os principais marcos de sua trajetória de vida. O diferencial de sua escrita, no entanto, se encontra na ênfase no caráter humano de Jesus. O autor reescreve sua história a partir de uma nova perspectiva, na qual o caráter divino é desconsiderado e dá lugar à explicitação de sua ética, moral, e, principalmente, de sua racionalidade. Hegel, assim, faz uma crítica à filosofia de sua época, que buscava elencar modelos de vida para a sociedade, criando um Jesus que combate esse mesmo comportamento ao demonstrar a importância da autonomia entre os homens. No lugar de criar um modelo único de conduta a ser repetido impensadamente, portanto, o Jesus de Hegel mostra ao longo do texto a necessidade dos homens de reconhecerem em si mesmos os princípios para a própria condução no mundo.

Diderot: ceticismo, materialismo e sátira

Felipe Cordova

Doutorando em filosofia pela UFPR

felipeacordova@gmail.com

Depois de se seu apogeu na Roma antiga, quando chegou a ser referido por Quintiliano como *tota nostra*, e de se tornar mero objeto de estudos clássicos durante a Idade Média, o gênero satírico é recuperado na modernidade ainda sob a forma da sátira em verso com Rénier e Boileau, no século XVII. Passando ao século XVIII, contudo, o gênero cai em desuso ao passo que se proliferam as formas escritas que reivindicam o satírico como um qualificativo aplicável aos mais diversos gêneros e temas. É nesse contexto que Diderot, n' *O passeio do cético*, reivindica para sua escrita a filiação ao tom satírico de Montaigne, Montesquieu, Voltaire, Swift e outros. Este trabalho procura compreender o significado dessa filiação, quando já não se refere às regras que fixavam o gênero literário. Veremos que Diderot bebe aí da tradição satírica que então se estruturava na Inglaterra, assim como das reflexões de Shaftesbury sobre o papel social da sátira e sobre a atitude adequada ao trabalho intelectual e à escrita. A sátira em Diderot, então, mostra-se como uma escrita irônica, capaz de revelar uma camada de sentido subjacente à do discurso explicitado em primeiro plano. Desvela-se, assim, sob os vários discursos filosóficos, o que os pensadores setecentistas chamavam de entusiasmo – podendo descambar para o fanatismo –, e que hoje talvez chamássemos de vontade de poder. Mirando num primeiro momento o entusiasmo religioso, a sátira de Diderot não tarda a se voltar ao próprio filósofo, entusiasta da razão, e suas tentativas de sistematização e totalização do mundo.

Rousseau e a desigualdade econômica

Felipe Matos Lima Melo

Mestrando na Universidade de Brasília (UnB)

felipemelounb@gmail.com

De acordo com o Índice de Gini, instrumento estatístico usado para medir a concentração de renda em um determinado país, o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo. Esse fenômeno se agravou recentemente devido à pandemia de covid-19. Isso é um motivo de preocupação? De acordo com Jean-Jacques Rousseau, sim. Com efeito, para ele, a desigualdade econômica seria responsável por instituir uma situação de dominação de umas pessoas sobre outras. Se se admitir que a liberdade é um valor que deve ser preservado na sociedade política, então uma mobilização para se combater a desigualdade se faz necessária. Visando obter um maior esclarecimento sobre a problemática que envolve a questão da desigualdade econômica e da dominação, meu objetivo no presente texto é discutir as principais contribuições de Rousseau ao tema. Nesse sentido, procurarei (1) apresentar o que Rousseau entende por desigualdade econômica; (2) determinar como ela se traduz em um instrumento de dominação; (3) analisar quais sentidos de liberdade estão em jogo nessa questão, para Rousseau. O fio condutor dessa discussão será o conceito de propriedade privada. De acordo com Rousseau, a propriedade privada possui uma função ambígua na sociedade política. De fato, por um lado, sua legitimação é responsável pela legalização da dominação que os ricos exercem sobre os pobres. Por outro lado, a legitimação da propriedade privada é a garantia da liberdade dos súditos. Na conclusão, procuro indicar de que maneira Rousseau tenta superar o problema que envolve a legitimação da propriedade privada.

A crítica de David Hume ao contrato original: fanatismo introduzido no campo político por princípios especulativos

Flávio Augusto de Oliveira Santos

Mestrando pela UFPR
flavio2501@hotmail.com

A crítica de David Hume ao contrato original, uma formulação denominada pelo filósofo escocês de sistema de princípios especulativo, é marcada pela comparação entre partidários de seu tempo e o comportamento de fanáticos religiosos na história. Este movimento está presente no ensaio "Do contrato original", mas também pode ser observado em passagens da "História da Inglaterra" e, com maior ênfase, no ensaio intitulado "Dos partidos em geral". Hume parece identificar que estes sistemas tendem a fazer com que seus partidários se engajem em comportamentos políticos que negam um consenso, a exemplo do que ocorre com facções religiosas e seus seguidores. No campo político, a introdução de comportamentos facciosos dessa natureza pode resultar no questionamento, ou na deterioração, de instituições funcionais em nome da suposta construção de instituições ideais. O diálogo contínuo de Hume com os escritos de John Locke serve para ilustrar aqui as práticas que derivam de princípios especulativos e as questões levantadas por Hume. Diversos dos princípios teorizados por Locke nos dois tratados sobre o governo civil tiveram significativo impacto na formação da parcela principiológica especulativa do partido Whig. Especificamente no parágrafo 90 do segundo tratado, Locke adota posição bastante radical a respeito de uma monarquia absolutista ser incompatível com a sociedade civil e, conseqüentemente, com a superação de um estado de natureza. Hume, ao contrário de Locke, pauta seu pensamento político por um realismo mais e alerta que a totalidade dos governos se encontra perpetuamente em um conflito entre autoridade e liberdade. O realismo político de Hume pode nos auxiliar na compreensão de teorias contemporâneas da justiça e os problemas derivados de sua natureza especulativa e demasiado deontológica. Além disso, uma análise dessa natureza também pode ajudar a feitura do comportamento faccioso no campo político do século XXI.

Os limites da tolerância: uma comparação entre Locke e Voltaire

Flavio Fontenelle Loque

Professor do Departamento de Ciências Humanas da UFLA
flavioloque@yahoo.com

Um tópico central da discussão moderna (e contemporânea) sobre a tolerância consiste em estabelecer seus limites. De maneira geral, a discussão sobre os limites da tolerância nada mais é do que o esforço para determinar o intolerável. Todavia, é possível conceber os limites da tolerância de uma segunda perspectiva, a saber: de uma perspectiva na qual se busca não mais determinar o intolerável, mas identificar os direitos que as religiões ou igrejas dissidentes deveriam possuir. Basicamente, o problema que então se encontra em jogo não é mais o que é intolerável?, mas quão amplos são os direitos dos dissidentes religiosos?. Partindo da distinção entre essas duas perspectivas para pensar os limites da tolerância, a presente comunicação tem como objetivo realizar uma comparação entre a Carta sobre a Tolerância (1689), de John Locke, e o Tratado sobre a Tolerância (1763), de Voltaire. De maneira mais específica, pretende-se (i) apresentar o que, para cada autor, seria intolerável e, em especial, (ii) analisar a amplitude dos direitos a que os dissidentes fariam jus, sempre segundo cada um dos autores. No que se refere à segunda perspectiva acerca dos limites da tolerância, a presente comunicação, mesmo que de forma introdutória, almeja sustentar a seguinte tese: a proposta tolerantista da Carta sobre a Tolerância é mais ampla do que a do Tratado sobre a Tolerância. O argumento para sustentar essa tese consiste na constatação de que a proposta tolerantista de Voltaire admite duas ordens de direitos, o que resulta numa inferiorização legal dos dissidentes religiosos.

Diálogos da política e do conhecimento no humanismo italiano e na ilustração francesa do século XVIII

Gabriel Afonso Campos

Raul Salvador Blasi Veyl

Doutorandos em Direito pela UFMG

gabriel.afns1@gmail.com

O presente trabalho objetiva propor uma reflexão sobre a política e o conhecimento na Modernidade, a partir de duas matrizes de análise: o período do Renascimento italiano (séculos XIV-XVI) e o da Ilustração francesa (século XVIII). O argumento do trabalho é o de que o saber, nestes dois períodos, deslocou-se dos centros de produção do conhecimento, especialmente por uma necessidade de influir na realidade social e política de ambos os períodos. No Renascimento, o trabalho de tradução e de produção de documentos políticos fora de espaços consolidados da Igreja e dos Mosteiros, alinhados à assunção de que a ética renascentista se desenvolve na política das virtudes, possibilita um movimento que valoriza a alternância dos locais de produção dos saberes. O conhecimento passa a ser vivenciado por autores diretamente associados aos problemas de época, muitas vezes ignorados pelos chamados “filósofos profissionais”. Na Ilustração francesa do século XVIII, vive-se uma sensação de progresso intelectual. A expansão das ciências equivale uma nova forma de se encarar a razão, não mais entendida como um conjunto de princípios metafísicos a partir dos quais poder-se-ia deduzir as demais proposições, mas como a faculdade de construir, a partir de dados empíricos, um sistema de leis capaz de explicar e transformar a realidade. Formulando uma nova noção de razão, a Ilustração adquire uma atitude pedagógica e de preocupação com a livre disseminação do conhecimento, o que motiva, por exemplo, a ocupação dos espaços dos palácios e dos salões reais para a discussão de ideias políticas e disseminação do saber que se desenvolvia à época. Renascimento italiano e Ilustração francesa apostam, pois, mesmo que em contextos diversos, na ocupação de novos locais de produção do conhecimento para influir pragmaticamente na realidade social e, ainda, colocar em xeque não só o conteúdo, mas a própria forma da edificação do conhecimento.

Sobre a crítica à civilização: uma análise acerca da sociedade civil e seu mal-estar

Genildo Ferreira da Silva

Professor Titular do Departamento de filosofia e PPGF/UFBA

genildof@hotmail.com

A presente proposta tem como objeto a crítica à civilização, tema instigante, que suscita muitos debates em vários campos do saber, e é de grande importância no âmbito da filosofia política e social. Para o tratamento de tal tema, recorrer-se-á a determinados referenciais teóricos encontrados no pensamento de J.-J. Rousseau e Sigmund Freud. Notadamente duas obras específicas dos autores delimitarão esta investigação, a saber, o Discurso sobre a origem e fundamento da desigualdade entre os homens, de Rousseau; e O mal-estar na cultura, de Freud. Tais obras expressam o essencial da crítica feita por esses dois autores à história que resultou na civilização com seus faustos, adversidades e infortúnios. Rousseau, em suas investigações, sempre pareceu tratar do coletivo e indagar seu funcionamento como organismo político, enquanto Freud passou a parte inicial de sua carreira tratando do indivíduo, voltando-se para o coletivo nos estágios finais de sua vida. Apesar dos pontos de partida diferentes de suas obras, ambos parecem compartilhar da mesma visão de que a sociedade afastou o homem de seu momento mais natural e, portanto, seria aquela que instiga os males que assolam o gênero humano. Assim, será levantado em que sentido Jean Jacques Rousseau e Sigmund Freud apontam que a vida em sociedade descaracteriza o homem e gera mal-estar e infelicidade em sua existência, e como se sustenta tal ideia dentro do pensamento desses autores.

Ateísmo e Revolução: uma proposta de leitura do Franceses, mais um esforço se quiserdes serem republicanos do Marquês de Sade

Guilherme Grané Diniz

Doutorando em cotutela em Filosofia pela FFLCH-USP e Sorbonne Université. Bolsista CNPq.

guilhermegranediniz@gmail.com

O ateísmo é um dos temas mais proeminentes no pensamento do Marquês de Sade. Quase todos seus personagens libertinos são ateus e fazem da defesa do ateísmo um ponto central na sustentação de suas teses. Isso vale também para as reflexões políticas. No panfleto ficcional Franceses, mais um esforço se quiserdes serem republicanos, inserido em sua Filosofia na Alcova, Sade faz repousar uma heterodoxa reflexão política sobre a percepção da necessidade de uma refundação da moralidade religiosa. Especificamente, Sade condiciona o sucesso do movimento revolucionário à refundação da moral religiosa sobre a qual repousa a vida política. É importante notar que Sade não faz uma associação simples e direta entre moral e política. Pelo contrário, uma observação detalhada dessa passagem argumentativa nos leva ao cerne do pensamento sadeano: articula política e moral através de uma metafísica materialista e uma antropologia filosófica. Não seria possível esgotarmos a questão nesta breve fala. Gostaríamos aqui, primeiramente, de evidenciar essa relação: mostrar como a compreensão do pensamento político de Sade está ligada aos aspectos morais e mesmo metafísicos de seu pensamento materialista, delineando, assim, um certo percurso para uma investigação posterior mais detalhada. Para finalizar, gostaríamos de apontar brevemente como essa reflexão de Sade pode ser compreendida no horizonte do pensamento republicano de sua época. Sade certamente não será o único, nem sequer o primeiro, a propor uma reflexão sobre as virtudes políticas ou sobre a moralidade ligada ao republicanismo. Justamente por isso, compreendê-la será uma maneira de melhor entender sua posição específica no contexto dessa importante questão político-filosófica de seu tempo. Indicada no horizonte dessa análise está a ideia de que a via aberta por Sade para a articulação entre ateísmo, moral e política será bastante importante para o pensamento político-filosófico do séc. XX, em autores como Blanchot, Bataille, Foucault ou Barthes.

Vozes da América: o perfil iluminista de Thomaz Jefferson Guilherme Marchiori de Assis

Doutor em História Social das Relações Políticas pela
Universidade de Coimbra e Universidade Federal do Espírito
Santo (UFES)

guilherme1marchiori@gmail.com

Estudar o Iluminismo como parte do quadro doutrinário na evolução do pensamento histórico europeu é bastante curial. Nomes como Denis Diderot, Jean le Rond d' Alembert e o Marquês de Condorcet são bem conhecidos ao pesquisar o assunto em livros e nos anais da Academia. No entanto, existem outros pensadores de igual relevância que não estão necessariamente ligados ao movimento das luzes, mas que tiveram uma importância inegável nas mudanças a nível global no que diz respeito às retificações na forma de pensar e agir, típicas do século XVIII . Os literatos da Europa influenciaram notavelmente as revoluções liberais em curso entre os anos de 1776 e 1789, mas não menos outras figuras importantes surgiram na América do período. Um desses nomes é, sem dúvida, Thomas Jefferson. Entre os diversos documentos deixados pelo personagem, é notório seu destaque como terceiro presidente dos Estados Unidos e principal autor da Declaração de Independência do país. Como defensor da democracia, da igualdade e da liberdade, é visto por muitos como um indivíduo de grande relevância para fins de estudos relacionados ao movimento das luzes. Por outro lado, também era proprietário de escravos, o que gera certa discrepância na análise de sua real aptidão na busca desses ideais. No entanto, ele foi um dos pais fundadores de seu país e sua influência na Revolução da Independência é indiscutível. A leitura dos documentos por ele deixados, sobretudo as diversas cartas que lhe são atribuídas, permitem uma observação panorâmica da sua contribuição para a construção do conhecimento intelectual setecentista. Um estudo aprofundado desses documentos possibilitaria a divulgação de atributos indelévels ao movimento iluminista, dado o conteúdo dessas comunicações documentais. Essa abordagem também aproveitaria um dos atributos do movimento das luzes que foi de alguma forma essencial para sua disseminação: a universalidade.

O conservacionismo rousseauista nas Ilhas Maurício

Gustavo Cunha Bezerra

Professor de Filosofia na Universidade Estadual da Paraíba
gcbezerra@hotmail.com

Pensar os dilemas de nossa época com o auxílio do pensamento setecentista pode trazer um olhar capaz de perceber melhor a amplitude dos problemas que estão diante de nós, assim como nos esclarecer sobre as formas pelas quais podemos encontrar possíveis respostas e resistências. Na longa lista de problemas e desafios que pesam sobre nosso século, podemos destacar a crise ambiental, bastante debatida nas últimas décadas e que parece ganhar maior dramaticidade a cada ano, uma vez que os efeitos ambientais da ação humana se tornam cada vez maiores e evidentes. Dentre os pensadores das Luzes, Jean-Jacques Rousseau ocupa um lugar central na temática que envolve a relação do homem com a natureza. São bem conhecidas a admiração contemplativa e a proximidade buscada pelo genebrino no seu convívio com o ambiente natural, assim como o caráter essencial do conceito de natureza em suas obras. A força da retórica rousseauista deixou fortes marcas, já no século XVIII, entre aqueles que compartilhavam essa inclinação para as paisagens silvestres. Nesse sentido, Bernardin de Saint-Pierre é um dos importantes intelectuais do século XVIII que encontraram no pensamento de Rousseau um aliado às suas inquietações referentes aos cuidados com ambiente natural. Antes de tornar-se conhecido pela obra *Paul et Virginie*, Bernardin de Saint-Pierre foi um dos responsáveis, junto a Pierre Poivre e Philibert Commerson, pela implantação de diversas práticas conservacionistas nas Ilhas Maurício, antiga colônia francesa (1715-1810). Tais intervenções ambientais foram motivadas pela percepção do efeito devastador do sistema de plantations. Uma percepção que foi, de certo modo, apurada pelos escritos de Rousseau, principalmente no caso de Bernardin de Saint-Pierre. Essa relação entre as ideias e ações ambientalistas pode nos conduzir à reflexão sobre o alcance da literatura rousseauista no século XXI.

A Moral Religiosa do Século XVIII

Gustavo de Amorim Fernandez

Graduando em filosofia pela UNIFESP

gustavo.amorim241518@outlook.com

O projeto em questão tem como objetivo acompanhar as análises do filósofo Denis Diderot, no que diz respeito à religiosidade no século XVIII. Diderot, como grande parte dos iluministas, via a religião como um empecilho ao avanço das luzes, ou seja, a religião fazia com que os homens abandonassem o seu lado racional, fazendo com que estes se tornassem alienados das verdades que provém da razão e não da graça. Os principais textos que irei utilizar como bibliografia de fonte serão: Suplemento à Viagem de Bougainville, A Religiosa e o Colóquio com a Marechala. Essas obras, de autoria de Diderot, possuem temáticas em comum, que seriam as problemáticas que circunscrevem a religião, e a discussão sobre como ela impede que o homem faça uso de suas potencialidades naturais, o sufocando e o condenando à infelicidade. O Suplemento à Viagem de Bougainville será a obra principal, pois abarca de forma mais profunda o problema e demonstra como o homem se condenou acorrentando-se a uma moral religiosa irracional. As obras A Religiosa e Colóquio com a Marechala complementam com primazia esse pensamento diderotiano, pois o filósofo tem como objetivo desenvolver uma moral laica; ele quer apontar a possibilidade de se viver moralmente fora da religião. A Religiosa mostra o claustro das mulheres de vida monástica, e os seus desdobramentos do ponto de vista moral e psico-emocional, enquanto o Colóquio com a Marechala demonstra justamente a questão da moral laica, levantando a questão de que se Deus não existisse tudo seria permitido.

As novas Luzes e o ator no seu perene ofício paradoxal Helder Mariani

Professor Titular do Centro Universitário FAAP, São Paulo-SP
heldermariani@terra.com.br

Nessa apresentação - extraída de meu texto de doutorado - a partir das transformações históricas por que passou o ofício do ator desde o Iluminismo francês, cabe perguntar: como o ator iluminista, proposto por Diderot e Rousseau, dialoga com o ator contemporâneo, que atua no palco e em outras mídias artísticas tão diferentes das convencionadas como espaço teatral? Mesmo o palco do teatro atual está muito longe daquele iluminado pelo fogo, do século das Luzes; são inimagináveis os recursos tecnológicos que hoje estão a serviço da representação teatral. É preciso que nossos olhares não se percam nem nos palcos iluminados pelo fogo do século XVIII, ou na atuação do ator sob as luzes atuais de LED. Todas essas mudanças que passam a dar corpo ao pensamento estético do ator contemporâneo e que, óbvio, colocam o ator num lugar diferente daquele do Iluminismo francês. Mas algo perene se mantém neste ofício artístico, um jogo que vem da infância, o jogo lúdico de criar um outro mundo para entender os mundos reais. Fingir que se é outro, mentir; porque é na mentira que o ator vai encontrar a verdade cênica, aquela que convence a plateia e a transporta para o mundo recriado na representação teatral. É preciso considerar que toda luz é sempre fogo – das paixões, dos sonhos, do brilho da presença do ator em cena - pelo menos simbolicamente. Existe um fogo perene que acompanha a atuação do ator, e isso acontece desde o teatro grego; desde antes, nos cultos dionisíacos, até as referidas mídias tecnológicas mais avançadas.

Dilemas da igualdade: tropeços no caminho da natureza à civilidade

Helena Esser dos Reis

Professora Titular do Departamento de Filosofia da UFG/CNPq
helenaeser@ufg.br

O tema da igualdade foi tratado ao longo dos séculos das luzes em par com o tema da liberdade, contudo nesta parceria a igualdade era considerada condição para, e não algo a ser buscado por si mesmo, ao contrário da liberdade. Esse tratamento, que quase tornou a igualdade um mal necessário, exigiu uma série de justificativas e restrições que (re) introduziram uma série de desigualdades entre as pessoas. Os dilemas, sobre os quais quero discutir nesta comunicação, dizem respeito diferença entre a igualdade natural e espontânea dos seres humanos e a igualdade civil construída social e politicamente. Sendo parte de uma pesquisa mais ampla, restrinjo-me aos tropeços da igualdade no caminho entre o Segundo Discurso e o Contrato Social de Rousseau. Naquele Discurso, cada pessoa tinha por natureza as mesmas condições para viver independente do socorro do outro, mas desde que passaram a reunir-se e a singularidade de cada pessoa apareceu aos demais tiveram início as comparações e as preferências que as distinguiram umas das outras. Das distinções à desigualdade o caminho é curto, pois a estima pública supõe um juízo de valor acerca das habilidades que merecem ser honradas por todos. A socialização parece criar a desigualdade. O propósito desta palestra será, inicialmente, investigar se esta afirmação é válida no âmbito do Contrato Social, para, então, discutir a concepção rousseauísta de igualdade e liberdade no âmbito civil.

Parreiras Horta: o ideário da medicina iluminista em terras de Sergipe d'El Rei

Henrique Batista e Silva

Professor aposentado do Curso de Medicina da UFS

henriqba@portalmedico.org.br

O objetivo deste texto é contribuir sobre a implantação da modernidade no campo da medicina em solo sergipano, destacando Parreiras Horta como pioneiro da medicina "científica" em Sergipe. O Brasil no início do século XX, de par com os primeiros anos da implantação do regime republicano iniciava um processo de modernização, sustentado pelas ideias de construção de um novo homem, fruto do Iluminismo. Este ideário implicava na introdução de métodos científicos e técnicas correspondentes às necessidades sociais. Na Europa crescia o número de textos e documentos científicos referentes à medicina cujos avanços vinculados à pesquisa passaram a ser cada vez mais incorporados na prática médica brasileira. A partir das últimas décadas do século XIX, Sergipe começava um processo de modernização das suas instituições sociais, notadamente econômicas, educacionais e médicas, culminando no governo de Graccho Cardoso. É neste contexto que o presidente da província sergipana, ao assumir o comando, convidou Parreiras Horta, em julho de 1923, para criar um centro laboratorial de saúde. Vacionado para a coisa pública, aceitou se transferir, com sua família, do Rio de Janeiro para Aracaju, finalizando sua missão exitosa em dezembro de 1925.

Nietzsche e as luzes do século XVIII: contribuições da filosofia histórica

Igor Alves de Melo

Doutorando em Filosofia pela UFRJ

igormelorrj@gmail.com

O propósito da comunicação é verificar sob que condições o Nietzsche de Humano, demasiado humano propõe retomar o projeto do Iluminismo. Nesse sentido, cumpre verificar igualmente que contribuições a “filosofia histórica” de Nietzsche teria a oferecer aos dilemas de nosso tempo. A tarefa do primeiro movimento é apresentar a relação entre Voltaire e os “espíritos livres”, a quem Nietzsche dedica Humano. Trata-se de discorrer sobre o projeto de libertação da tradição moral e metafísica que havia influenciado os valores iluministas desde Rousseau até Schopenhauer e Wagner. A tarefa do segundo movimento é caracterizar a retomada do projeto iluminista como libertação da necessidade metafísica do ser humano, considerando-se que a agenda da filosofia histórica proposta por Nietzsche tem como núcleo o combate à metafísica segundo suas duas motivações básicas: a motivação teórica e a motivação prática, e suas duas principais vertentes históricas: a doutrina das categorias e a doutrina dos dois mundos. O terceiro movimento busca demonstrar por que meios o projeto de libertação da metafísica deve ser levado adiante. Expõe-se que esses meios pertencem ao novo método filosófico proposto por Nietzsche, justamente inspirado nos mais rigorosos métodos científicos do século XIX, o que nos conduz à conclusão de que a especulação filosófica não pode mais se ver dissociada da investigação empírica das ciências naturais. O quarto movimento consiste em apresentar em que sentido as luzes do século XVIII, especialmente a iluminação de Voltaire, nos levam ao conhecimento de que as verdades absolutas da tradição metafísica, como a coisa em si kantiana, atualmente carecem de credibilidade epistêmica e, desse modo, qualquer tentativa de fundamentação metafísica, por ter a fé como exigência, encontra-se agora em débito com os ditames da consciência intelectual sobre a qual essa tradição havia erguido suas bases normativas. Nesse sentido, argumenta-se, portanto, que o novo Iluminismo defendido por Nietzsche tem por princípio disciplinar a busca da verdade por meio de uma associação da filosofia com a ciência natural e a história, sobretudo com os métodos mais rigorosos do conhecimento com vistas a um projeto de humanidade orientado pela libertação progressiva dos preconceitos morais.


Digressões sobre o herói negativo: Franz Kafka na contramão da liberdade

Isabelle Vieira Barros

Graduanda em Direito pela UFJF

isabellebarros01@hotmail.com

Em sua obra “Kafka: Pró e Contra - Os Autos do Processo”, Günther Anders propõe um modelo crítico literário capaz de expor os métodos de escrita kafkiano, desafiando o leitor a compreender a escrita de Franz Kafka a partir de uma fisionomia “deslucada” da realidade, segundo a qual o autor deslocaria situações a fim de tornar visível a loucura cotidiana, transpondo imagens potenciadas da realidade para possibilitar uma nova atitude frente ao real. Em meio aos desdobramentos referentes à representação da tensão entre o ser e o mundo, o herói kafkiano referenciaria não só a vulnerabilidade do ser frente às instituições por ele mesmo criadas, mas também a de um ser dividido entre o seu próprio reconhecimento e a vinculação com o mundo. É, nesse contexto, que, partindo do referencial teórico de Günther Anders, relativamente ao método de escrita de Kafka, e adequando-se metodologicamente à pesquisa qualitativa bibliográfica, o presente trabalho propõe a retomada do herói kafkiano, um herói sem mundo, confrontado pela sua dupla condição de pária, a fim de refletir acerca das condições atuais de liberdade frente a um aparato normativo estruturado pela Modernidade racional-burocrática, que Kafka contrapôs ao que Kant (1724-1804) entendia sobre a ‘Modernidade’ iniciar-se e consolidar-se dentro de um sistema. Para isso, parte-se da hipótese de que a “determinidade” normativa consolidaria um sistema burocrático autônomo, em que o absurdo da acusação já estaria posto nas regras positivamente determinadas, que supostamente impessoais, já determinariam a culpa do acusado antes da própria sentença. Portanto, pretende-se demonstrar, a partir do que Michael Lowy (2020) dispôs como “os vencidos da história”, que a obra kafkiana, justamente por ser vencida, torna-se cada vez mais atual e cada vez mais carregada de sentido, apartando uma constante busca de redenção do ser com o mundo.



O dilema das redes sociais

Israel Alexandria Costa
Professor da UFAL
isralexandria@gmail.com

No XVIII francês, um dos pontos fundamentais da abordagem apresentada no *Discours sur les sciences et les arts* (1752) é o dilema da crítica às ciências e as artes, pois se, de um lado, é preciso recusar os aspectos funestos dos produtos da civilização tecnológica, de outro, é preciso estar enfronhados com eles para conhecê-los a fundo. A consciência desse dilema por parte do autor do *Discours* foi evidenciada por ocasião da argumentação do Rei Stanilas, que assinalou ser contraditório ornar com tanta ciência e arte uma peça de retórica voltada contra as próprias ciências e artes, ao que Rousseau replica indagando: “se alguém viesse para matar-me e eu tivesse a felicidade de tomar-lhe a arma, ser-me-ia proibido, antes de jogá-la fora, aproveitá-la para expulsá-lo de minha casa?”. Pode-se dizer que nosso tempo abriga um dilema semelhante no que diz respeito ao tema das redes sociais: de um lado, sabe-se ser quase impossível exercer a nossa liberdade de expressão abdicando por completo desses recursos que proporcionam pesquisas, registros e asseguram a correspondência entre comunidades humanas fisicamente distanciadas. Todavia, por outro lado, não se pode perder de vista que, ao fazer uso desses recursos, a própria liberdade corre o risco de ser aprisionada pois, como atesta Jaron Lanier, em seu livro *Ten Arguments for Deleting Your Social Media Accounts Right Now*, as chamadas redes sociais não passam de “impérios de modificação de comportamento” que concorrem para o aumento da desigualdade social ao concentrarem o poder na mão de uns poucos que enriquecem às custas da exploração de vulnerabilidades da psique humana. Eis-nos imediatamente em meio ao presente dilema de escrever um texto digital para remessa através de redes sociais voltadas à realização de um espaço virtual de crítica filosófica à atual civilização tecnológica.

O tema da desigualdade social previsto no romance *Júlia ou A Nova Heloísa* de Jean-Jacques Rousseau

JaceniLde Sousa Diniz

Mestranda pelo PgCult/UFMA

jaceniLde.sousa@discente.ufma.br

De cunho teórico, a presente pesquisa pretende analisar o romance *Júlia ou A Nova Heloísa*, do filósofo Jean-Jacques Rousseau, ao que se refere o tema da desigualdade social, a fim de verificar se o preconceito social notadamente verificado, quando da impossibilidade de concretização do amor entre *Júlia* e *Saint-Preux*, ainda encontra ressonância em nossos tempos, visto que, podemos perceber, mesmo que de maneira morosa, pequenos avanços sociais – fazemos referência a nível de Brasil – em torno de padrões estabelecidos e mantidos em vista da exaltação daquilo que seja aparente. No ano de 1756 Jean-Jacques Rousseau chegara ao Ermitage a convite de Madame d' Epinay. Trata-se de um período que o genebrino considera ter estado mais próximo de si mesmo. Na solidão, o filósofo se entrega a escrever, dentre seus escritos está o romance *Júlia ou A Nova Heloísa*, em que o genebrino retoma seus conceitos filosóficos, dentre esses conceitos, aquele sempre evidenciado por Rousseau: o tema da desigualdade social. Ao que parece, muito mais que abordar a questão do amor impossível entre os protagonistas do romance, devido a condição social desigual do grande amor de *Júlia*, o filósofo traz à tona uma discussão que requer um olhar mais demorado sob o problema: como uma sociedade que apregoa um discurso de lançar luzes sobre as questões do ideário iluminista de liberdade, igualdade e fraternidade, permanece ao mesmo tempo estabelecendo padrões sociais tendo em vista a manutenção de uma sociedade baseada na aparência? A inquietação de Jean-Jacques parece ultrapassar seu século, e ganha forte notoriedade para que possa ser pensada em nosso tempo, de maneira evidenciada nesses tempos em que a desigualdade, se tratando especificamente a nível de Brasil, fora fortemente revelada, quando o véu da aparência caiu frente os efeitos da pandemia, e nos fez perceber a urgente atenção que o tema proposto, deve demandar.

Sujeição e narcisismo: dilemas de um tempo sombrio

Jacira de Freitas

Professora da UNIFESP

jacira.freitas@unifesp.br

O texto a ser apresentado propõe uma reflexão sobre os desafios das sociedades democráticas atuais frente ao avanço do controle social perpetrado por diferentes instâncias e seus instrumentos de sujeição da coletividade, tais como a promoção do medo e do ódio coletivos, além de diferentes práticas autoritárias. A discussão parte da ideia de degeneração do gênero humano, tal como proposta por Rousseau, no segundo Discurso, com suas noções de vaidade e medo, presentes também em outros autores do século XVIII. O que pretendo é explicitar, a partir dessa discussão, de que maneira se dá a sujeição moral e política nas sociedades históricas para compreender como se configuram e se aglutinam, em nossa época, forças socioeconômicas que atuam à margem das instituições sociais para garantir a adesão popular a projetos de poder fundados no autoritarismo. Essas forças se corporificam em diferentes instâncias, tais como a grande mídia, as novas tecnologias digitais e a invasão cultural imposta pelos interesses econômicos e geopolíticos internacionais, com novos modelos que vão sendo assimilados gradualmente em todas as áreas, das artes aos comportamentos. É nesse contexto que se pode compreender que a promoção de um estado de coisas fundado na desigualdade e divisão social exacerbada – nós e eles - e no medo coletivo visa mais do que subjugar as consciências: suscitar sua adesão “voluntária”, isto é, seu consentimento a um projeto de poder autoritário. O debate mais importante está na determinação do potencial dessas forças, seu poder de imposição real de uma nova ordem social e política.

A influência da cultura europeia do século XVIII nas reformas liberalizantes do Czar Pedro I, o Grande

Jaime José Krul e Tiago Anderson Brutti

Mestrando pelo PPG UNICRUZ – RS

Professor do PPG UNICRUZ

jaime_krul@hotmail.com

Após recuperar o controle sobre seu trono, Pedro I, monarca da Rússia, passou a viajar para o exterior, declarando a finalidade de compensar as lacunas da sua educação. Essa iniciativa desperta o interesse porque, até então, poucos monarcas russos haviam viajado ao exterior em tempos de paz e um número igualmente reduzido havia viajado ao exterior em tempos de guerra. Devido a seu interesse na expansão naval, o Czar escolheu a Inglaterra, a Holanda e Veneza como destinos. Em um selo, gravado antes de sua partida, a inscrição afirmava: “Eu sou um aluno e preciso ser ensinado” . Este artigo tem como objetivo investigar a influência da cultura europeia do século XVIII nas reformas liberalizantes de Pedro, o Grande, o que se dará na forma de uma revisão de literatura sobre o tema. Pedro elaborou um plano para criação da Academia de São Petersburgo, o que implicou em viagens à Europa Ocidental a fim de se familiarizar com os conhecimentos, invenções e novos desenvolvimentos do Iluminismo europeu, e para entrar em contato com homens da ciência e da filosofia. Um dos propósitos do Czar foi elaborar um modelo para modernização da Rússia. Esse fato fez com que se tornasse conhecido pelas reformas políticas, militares e culturais que promoveu na Rússia, fazendo com que Pedro adquirisse a reputação de “Rei Filósofo” ou “monarca iluminado” , pelas características de estar profundamente interessado nas obras de arte e no desenvolvimento de diferentes ofícios, muitos dos quais manuais.

A Relação de Linguagem e Alteridade em Jacques Derrida

Jéssica da Silva Ferreira

Mestre pela UFU

jessicasferreira@yahoo.com.br

Jacques Derrida, filósofo franco-magrebino, tem a sua importância no pensamento filosófico por conta de suas considerações, principalmente, sobre o pensamento da desconstrução, da *différance*, e da alteridade. Derrida, nasceu na Argélia e se mudou para a França onde desenvolveu a sua carreira acadêmica, sendo judeu e estrangeiro manteve seu olhar para a questão do outro, para a questão da alteridade absoluta e para o pensamento da desconstrução. Nesse sentido, esta comunicação tem por objetivo mostrar a relação da desconstrução com a linguagem, tomando esta como uma das formas pelas quais a alteridade pode acontecer. Considerando que o pensamento derridiano, muitas vezes, pode ser entendido com um labirinto conceitual que o filósofo tentou nos propor, todo conceito que se queria definir na trama conceitual derridiana requer que se fale dos outros conceitos e que se siga rastros do pensamento filosófico. A obra de Derrida se constitui em uma teia conceitual na qual não há um só centro, mas vários se entrelaçando. Dito de outro modo, todos os conceitos que Derrida buscou definir não só se rastreiam como se articulam entre si formando o labirinto conceitual do que chamam o pensamento da desconstrução. Nesse sentido, para falar de Desconstrução requer que se fale também de alteridade e da relação EU-TU, essa palavra- princípio proferida pelo ser, em sua totalidade é que fundamenta a sua existência. Assim, é objetivo dessa comunicação destacar como a linguagem pode ser uma das possibilidades para que alteridade aconteça, não deixando de lado o pensamento da desconstrução, tão caro ao filósofo franco-magrebino, e que traz para o centro da discussão filosófica conceitos importantes que acabaram marginalizados na história da filosofia. A desconstrução derridiana trata todos os conceitos com o mesmo peso e como centros do pensamento filosófico, deste modo, não há um centro, mas vários que se definem.

Sobre “antecipar o ofício do diabo” : a (não) distinção entre intolerância teológica e civil no pensamento de Rousseau

Joézer Carvalho de Castro

Doutorando em Filosofia pela USP

joezerdecastro@gmail.com

O objetivo deste trabalho é analisar a forma como Jean-Jacques Rousseau encara a relação entre intolerância teológica e intolerância civil, ou entre a intolerância que se manifesta dentro do contexto das religiões e que faz uso de linguagem teológica, e as consequências civis e políticas destes conflitos no corpo político. Como veremos, a visão do genebrino se mostra muito original quando comparada com os demais autores dos séculos XVII e XVIII que lidaram com o tema da tolerância, como John Locke e Denis Diderot. Enquanto para estes autores, a distinção entre intolerância teológica e civil é fundamental, Rousseau considera esta uma distinção superficial que apenas esconde as verdadeiras raízes da intolerância. Apesar de não ser o objetivo principal deste trabalho, acreditamos que a visão original de Rousseau pode contribuir para qualificar o debate contemporâneo acerca da tolerância, e da relação entre Religião e Política.

A Escravidão Negra na região sul de Goiás (1836-1888)

José Luiz de Castro

Professor da PUC/GO e Pós-doutorando pela UNICAMP

castrojlui@yaho.com.br

O objetivo da comunicação é analisar o pecado da solicitação ocorrido no Arrail de Santa Cruz de Goiás no início da segunda metade do século XVIII. Duas devassas comandadas pelo visitador padre Felipe da Silveira e Souza procuram, por meio das testemunhas, “desterrar os vícios e os abusos” cometidos pelo pároco desta pequena aldeia. O padre José Vieira de Paiva se aproveitava do confessorário para seduzir o rebanho feminino.

A incredulidade do pensamento na sociedade contemporânea e uma possível forma de superação

Juliana Fontes de Lima e Luan Ferreira da Silva Paz

Discentes da UEPB

julianafontesdelima@gmail.com

luanpaz181@gmail.com

O presente estudo científico versará acerca da crise do pensamento na sociedade contemporânea, atualmente a sociedade está passando por mudanças ágeis e profundas. Para diversos autores que ministram acerca do tema, um dos aspectos distintos do período contemporâneo é que teorias, conceitos e modelos que eram considerados suficientes na resolução de problemas agora são alvos de críticas e questionamentos. Esta crise epistemológica traz a necessidade de mudanças no processo de ensino e aprendizagem na pós-modernidade, a metodologia de ensino interdisciplinar é uma solução viável para essa crise de pensamento pois a mesma tem sua base na criação de significados, o conhecimento passa a ser uma construção que está inteiramente ligado ao indivíduo que o adquire. A contínua estruturação da teoria do pensamento sobre o mundo, e a própria configuração da sociedade contemporânea, traz a necessidade de reagrupar os conhecimentos especializados e reconstruí-los em um processo interdisciplinar que proporcione a reconciliação conquistadora dos conhecimentos disciplinares. Cujo o objetivo central deste estudo gira em torno das possibilidades advindas da inserção de um ensino interdisciplinar como forma de superação da crise do pensamento deste período. O procedimento teórico-metodológico para elaboração do estudo consiste em autores que discorrem acerca da temática tais como Lyotarde (1993), Habermas (2005) e Morin (2005). E ao final, os resultados demonstram que a inserção do ensino interdisciplinar é uma solução possível para esta crise epistemológica.

A literatura como instrumento de reflexão: a contribuição de Zadig para os desafios contemporâneos

Karine Salgado

Professora da Faculdade de Direito da UFMG

karine.salgado@gmail.com

O presente texto tem como objetivo evidenciar, a partir de uma análise bibliográfica, a forma como Voltaire se vale da literatura para combater os preconceitos de época e promover o esclarecimento da sociedade. Neste sentido, foi eleito como objeto de explanação especificamente o conto Zadig. O trabalho lançará mão de elementos que concorram para a construção do contexto histórico e da personalidade de Voltaire, uma vez que estes elementos são ferramentas fundamentais para a correta análise do conto eleito, auxiliando-nos na busca de uma resposta à questão central que norteia o presente texto, qual seja, a forma como Voltaire se vale da literatura – aqui particularmente do conto Zadig – para se posicionar e atuar em conformidade com suas convicções. Portanto, Zadig, assim como todo o restante da obra voltairiana, demanda uma inquirição sobre o tempo histórico, as experiências de seu autor e, sobretudo, sobre suas convicções, sob pena de não revelar a sua riqueza. Zadig é, como outros contos de Voltaire, uma história que reúne ironia e sarcasmo ao compromisso interno de Voltaire com seus ideais e convicções. Por ele, conhecemos os desafios de uma época, as ideias que pretendem transformar a realidade e a força de uma alma convicta de seu papel no mundo. A literatura, aqui, assume a função de esclarecer uma sociedade ainda marcada pela intolerância, pelos preconceitos, pela inabilidade de realização adequada da justiça e pela tirania. Desafios que, longe de estarem totalmente superados, ainda hoje demandam debate e reflexão, fazendo de Zadig uma leitura necessária para o tempo presente.

A origem agrária do Estado: a teoria da história de Rousseau

Kauana Brito Niz

Graduanda e Bolsista PIBIC/CNPq/UFAC

kauaniniz@gmail.com

A argumentação rousseuniana contida no Discurso sobre a desigualdade parte de um artifício da razão, o estado de natureza, para examinar a desigualdade que se apresenta. Com isso, descreve os diversos infortúnios que causará o afastamento do estado de natureza, bem como o aparecimento do Estado. Este trabalho tem como objetivo investigar a hipótese agrária sobre a origem do Estado apresentada no segundo Discurso. Tendo como fio condutor a ideia de que sua instauração não é compreensível e esperável, mas resultado de um "mau encontro" ou de um "funesto acaso". A aparição da agricultura exerce um papel central na gênese hipotética da desigualdade e da sujeição política, já que ela marca a produção em larga escala e a exigência de um trabalho penoso, uma e outra recusadas por indivíduos no estado de natureza. Não obstante, a agricultura aparece, na primeira parte do Discurso, acompanhada de uma aura de mistério quanto a sua instituição. Pois, segundo a cronologia apresentada ainda nesta parte, ela era desnecessária. Os indivíduos tinham condições materiais suficientes para sua subsistência e não necessitavam de uma extensa produção. Apenas se pode compreender sua instituição se se conjugar a ela os desenvolvimentos de uma série de acontecimentos, aquisições e transformações, tais como a metalurgia e a moralidade. Desta forma, houve uma mudança no modo de produção que coadunou com a instituição do poder político.

Igualdade, liberdade e vontade geral: o homem e a vivência do duplo em J.-J. Rousseau

Kellen A. Nascimento Ribeiro

Doutoranda em Filosofia pela UNIFESP

kellen.nascimento@gmail.com

A discussão proposta se inicia através dos textos políticos de Rousseau, no que se refere ao desafio da formação e conservação do Estado Civil. Com o objetivo de investigar tal questão, partiremos da condição de homem natural, onde a preocupação principal eram seus próprios interesses e necessidades imediatas. Utilizando assim, este pano de fundo, retomaremos nosso mote principal: os elementos constituintes no Estado Civil rousseauiano. Contexto este em que o homem transfigura-se do todo perfeito e solitário em um duplo, tornando-se soberano e súdito de si mesmo. O homem civil é responsável, em conjunto com os outros partícipes da comunidade política, pelas deliberações realizadas em assembleia, porquanto, pela elaboração da vontade geral, bem como pela obediência às leis do Estado. Ante o exposto, elucidamos que o objetivo central é indagar acerca do duplo do homem, empenhando-nos nas elucidações relativas ao exercício necessário para estar ora em uma posição, ora em outra. Sem permitir, no entanto, que estas se misturem, assim como, que suas obrigações se confundam. Haja vista que o elemento norteador de nosso texto é o aspecto rousseauiano de comunidade política que pressupõe, necessariamente, a existência do duplo do homem para que a vontade geral se concretize exitosamente. Considerando ainda, que a cidadania em Rousseau demanda que os indivíduos tenham certa virtude cívica, intentando que cada qual tenha condições de encontrar em si mesmo o equilíbrio entre sua vontade pessoal e a vontade que manifesta a partir de si, mas, em vista do bem comum. Tornando-se, assim, um bom cidadão, por outra forma, um homem que compreenda a si mesmo como parte integrante da comunidade política, e que esteja disposto a dedicar sua vida à conservação da república.

Entre Laclau e Rousseau: brevíssimos apontamentos sobre o conceito de povo

Laura Danielle Lima Santos

Doutoranda em Filosofia pela UFS

neguinhadafe@gmail.com

O objetivo do trabalho é traçar, de modo introdutório, uma análise comparativa entre Laclau e Rousseau a partir do conceito de povo. Assim, pretendemos realizar alguns apontamentos sobre o povo laclauliano, que nos apresenta um sujeito político a partir de uma perspectiva antiessencialista. Na obra do argentino, não há que se falar em hipotético estado de natureza, pacto social e muito menos, em um legislador soberano, noções presentes na obra do genebrino. Para Laclau, a construção do povo se dá através de articulações discursivas, afetivas e hegemônicas. No entanto, os dois autores se preocupam com a efetivação da vontade popular e o surgimento de um governo democrático. Destarte, pretendemos realizar o diálogo entre os dois autores, dando especial relevância às seguintes obras: *A Razão Populista* (2005) e *O Contrato Social* (1762). Como sabemos, muitas das questões contemporâneas foram pensadas pelos modernos. Muitas das indagações rousseauianas foram respondidas por Laclau. Nesse sentido, acreditamos que o conceito deste autor se torna uma ferramenta inovadora, que possibilita a compreensão da realidade política de modo mais abrangente.

“A Concepção de Rousseau da Essência da Natureza Humana: Afinidades e Distinções em Relação ao Pensamento Contratualista Inglês”

Ligia Pavan Baptista

Professora do Departamento de Filosofia da UnB
ligia.pavanbaptista@gmail.com

Ao tema clássico da filosofia política moderna a partir do autor contratualista inglês Thomas Hobbes, a saber, qual seria a origem legítima do poder político, Rousseau, em sua obra *Do Contrato Social*, ainda que fazendo uso dos mesmos conceitos de Hobbes e Locke, e da mesma premissa da igualdade e liberdade natural e ao mesmo tempo se distanciando dos mesmos, apresenta uma resposta original, fundada em um paradoxo que pretende entender ou seja: por que razão, alguém nascido livre, se escravizaria por livre vontade ao constituir de forma voluntária, base da legitimidade de qualquer poder, um poder comum. A resposta original que o distingue de seus antecessores está fundada em sua recusa expressa do conceito hobbesiano de representação política, é a ideia de um contrato social, fundado no conceito de vontade geral, definida como a vontade de todos tendo em vista o bem comum, fundando não somente o poder político, mas, tão importante quanto este, a própria ideia de humanidade. É somente no plano político que o indivíduo, ao alcançar a igualdade e liberdade civil, alcança a própria condição de ser humano. Em mais uma original tese apresentada pelo autor, ao mesmo tempo em que, contrariando Hobbes, distingue súditos e cidadãos a partir dos conceitos complementares de direito e dever, originalmente propõe que todos seriam parte da soberania, entendida como o direito essencial de legislar. Residiria aí a solução para o paradoxo inicial que Rousseau se propõe solucionar no início da sua obra. Examinaremos aspectos do pensamento de Rousseau e as possíveis afinidades e distinções do pensamento apresentado pelos contratualistas ingleses que marcam a originalidade do autor genebrino/francês, sobretudo na concepção de que cada um, ao se associar aos demais, seria ao mesmo tempo, detentor de parcela de soberania e, igualmente, comprometido, por sua livre vontade, à obediência civil. Sobretudo o Contrato Social se apresenta como o verdadeiro e único caminho para que o indivíduo alcance sua condição de ser humano.

O discurso iconográfico como signo das Luzes: o frontispício da *Encyclopédie* e a obra de Mestre Ataíde Lilian Cristina Monteiro França

Professora Titular aposentada da UFS e membro da Associação Brasileira de Crítica de Arte – ABCA
liliancmfranca@yahoo.com

Pautado no trinômio Natureza, Razão e Verdade, o Iluminismo francês (*Les Lumières*) (1680-1780) apresenta-se como ponto de inflexão no debate acerca de conceitos centrais para o pensamento ocidental, a exemplo do princípio de pertencimento a um determinado contexto cultural (FOUCAULT, 1984). No amplo cenário em que se desenrolou o Iluminismo, a publicação da *Encyclopédie*, em seus 28 volumes, 71 818 artigos, e 2 885 ilustrações, promoveu uma cruzada intelectual, marcada por embates de ideias e fluxos comerciais que marcavam o mercado editorial do século XVIII, como pontua Darnton (1996), destacando a convivência de estratégias de *booty capitalism*, na acepção original de Max Weber, com um conjunto de textos que extrapolam o teor jurídico do gênero contratual. A *Encyclopédie* condensa, dessa forma, um processo de materialização: “Que forma adquiriu o pensamento dos filósofos ao materializar-se nos livros, e o que esse processo revela acerca da transmissão das ideias?”, indaga Darnton (1996, p. 35). Em seu Frontispício, a primeira impressão mostra a imagem gravada por Benoît-Louis Prévost, cujo desenho original é de Charles-Nicolas Cochin (Le Jeune), datado de 1765. A estrutura da imagem do Frontispício, escolhida por Diderot (1992), permite instaurar uma análise comparativa do discurso iconográfico construído por Mestre Ataíde (1762-1830), artista mineiro, natural de Mariana, criador de uma rede de significados que se aproxima do ideário Iluminista: desde a reação ao absolutismo até a superação de práticas tradicionais de pintura por meio do desenvolvimento de novos tipos de perspectivas para a representação imagética de clássicos da liturgia cristã (OLIVEIRA, 2021; CARETA, 2014). As imagens de Cochin e Mestre Ataíde, não diretamente ligadas ao movimento Iluminista, alinham-se, ainda que sutilmente, ao contexto cultural em que estavam imersos ambos os artistas, na forma de signos de existência de uma causa.



Gramática Geral e Computação

Lourenço Fernandes Neto e Silva
Doutora em filosofia pela USP
lolofns@gmail.com

A importância do sensualismo nas origens das teorias computacionais é um aspecto pouco contemplado na historiografia. Nossa comunicação pretende delinear alguns conceitos novos e remanejamentos realizados pelos gramáticos do século XVIII, em especial Bernard Lamy, Du Marsais e Condillac, que conduzem a uma compreensão filosófica inovadora do raciocínio e das matemáticas. No cerne desta mudança está uma compreensão artística do intelecto, que põe o dever do código-linguagem em primeiro plano e aponta para a centralidade da prática e da performance no cálculo, além de enquadrá-lo claramente nas circunstâncias particulares de um problema concreto dado. A assimilação das matemáticas a uma teoria gramatical por Condillac está claramente relacionada à introdução de uma série de conceitos que teriam muita fortuna em nossos tempos atuais, como sistema, sintaxe, carácter, coerência, informação e dados. Embora a matemática em questão à época fosse eminentemente algébrica, apontamos enfim para a importância histórica desse passo para a eventual elaboração de uma “lógica matemática” por Boole no século seguinte. Pretendemos explorar alguns aspectos dessa compreensão sobretudo nas obras tardias de Condillac, a fim de estabelecer a correlação algo surpreendente entre uma filosofia da sensação e do pathos e uma concepção computacional das matemáticas.

Uma Paraíba Oitocentista: Epidemia e Seu Retrato Através dos Jornais

Luan Ferreira da Silva Paz e Bruno Emanuel Herculano da Silva

Graduandos em história pela UEPB

luanpaz181@gmail.com

O presente estudo científico versará sobre um período no qual o estado da Paraíba esteve imerso em uma epidemia do Cólica-morbo durante oitocentos, período este que marca o estado dado o alto nível de mortandade e que acabou mobilizando diversos órgãos sejam eles de saúde ou não. O objetivo central do estudo é evidenciar as manifestações jornalísticas acerca do período a qual este estudo está delimitado, ainda que atrelado a isto esteja o intuito em demonstrar as orientações e os princípios que regiam cada periódico, neste caso em específico, será utilizado os textos veiculados pelo periódico A Regeneração. O arcabouço teórico-metodológico contempla autores que discorrem acerca da temática, tais como Aguiar (1999), Castro (1945) e Pinto (1977). E ao final, fica em evidência a importância dos meios jornalísticos para a compreensão de eventos passados e o modo como as organizações lidavam para com estes, ainda que a importância deste se alargue nos propiciando a compreensão sobre a estruturação social das sociedades em períodos distintos, bem como o estigma sobre diversos grupos.

Nação sem nacionalismo: Para que falar de nação na Espanha do século XVIII?

Lucas Soares Chnaiderman

Doutorando em História Social pela USP

lucas.chnaiderman@usp.br

Da mesma forma que os estudos para Portugal, também na Espanha a historiografia tem abordado com cada vez mais afinco a Ilustração, superando os antigos mitos de uma Península Ibérica completamente desconectada desse movimento intelectual. Esta ilustração significou tanto novas políticas, muito determinadas por questões econômicas, daí o surgimento da economia política, quanto outras investigações sobre o Direito e a História, para ficar em dois exemplos bastante conhecidos. Especificamente para as questões históricas, a nação passou a ocupar maior preeminência, sem, no entanto, aproximar-se do nacionalismo que marcou o final do século XIX e as grandes guerras. O objetivo desta apresentação é repensar o conceito de Nação em um momento no qual o Nacionalismo volta a aparecer como uma força política destrutiva e belicosa no século XXI. Para isso, serão enfatizadas algumas obras produzidas durante o século XVIII por parte de espanhóis - alguns deles exilados da Península Ibérica - que buscavam participar do grande debate historiográfico europeu, dos quais alguns dos exemplares mais famosos são Robertson, Hume e Raynal. Esta discussão era tanto uma resposta à “leyenda negra” quanto, por vezes, uma busca de repensar o futuro espanhol a partir da reelaboração de seu passado nacional. Um dos objetivos desta apresentação será demonstrar como o caráter chauvinista e excludente do nacionalismo oitocentista não estava obrigatoriamente presente no conceito de Nação da Ilustração, uma época marcada pelo cosmopolitismo, mesmo na Espanha.

Estar persuadido, estar convencido y la importancia del debate según Kant

Luciana Martínez

Universidad de Buenos Aires

luciana.mtnz@gmail.com

En esta contribución se explica la diferencia entre dos maneras de considerar que algo es verdadero: la mera persuasión y la convicción. La diferencia entre ambas es sutil, pero crucial para Kant y se determina en el ámbito intersubjetivo de la discusión posible. Esta diferencia no se vincula con la cuestión objetiva de si un juicio es verdadero, sino con la cuestión subjetiva relativa a las condiciones en las cuales lo consideramos como tal. El tema se encuentra desarrollado en los textos publicados del filósofo y en los apuntes de lógica actualmente disponibles.

A poética tribuniária de Rousseau e o caráter insurgente de suas obras no Iluminismo

Luciano da Silva Façanha

Professor do Departamento de Filosofia da UFMA

lucianosfacanha@hotmail.com

O prazer estético puro, dos discursos de Rousseau, provindos dos seus sentimentos de indignidade e insatisfação da sociedade do letramento, são atitudes poéticas que só vem por acréscimos. É isso que “predispõem as paixões do leitor, sem que este se dê conta” ; essa predisposição pode acontecer tanto para o entendimento quanto para a completa repulsa pelo entendimento de muitas das questões que Rousseau nega com tanta veemência; como a ocorrência do progresso da linguagem, a harmonia da música, o teatro em Genebra, a representação política, a polidez das artes, a educação positiva, a intolerância religiosa, o aperfeiçoamento das ciências e da técnica e muitas outras, se forem pensadas em si mesmas. Com a sua própria escrita, ocorre o mesmo, se o leitor passar a considerá-la “em si mesma” , por ela mesma, tudo isso perderá completamente o sentido e restará apenas um contraste, que se reverterá na mais plena contradição e na mera excentricidade de um filósofo, que simplesmente pensa no “excessivo engajamento de seus contemporâneos philosophes” , que, a partir de um otimismo exagerado do progresso da razão isso contribuiria mais ainda na corrupção do gosto, na degeneração das paixões e na própria decadência do progresso; e de forma mais excêntrica, também seria encarado que, “o engajamento prejudica a arte de escrever” , como premeditação do próprio assassinato da literatura na modernidade. Porém, todas essas coisas podem ser ditas de diversas formas, por inúmeras expressões artísticas, o conteúdo pode até sugerir o estilo, mas não o comanda. A atitude literária da poética tribuniária de Jean-Jacques, é a sua mensagem para a contemporaneidade, “expressão involuntária” dos sentimentos de uma bela alma, indignada com uma sociedade movida por um excessivo progresso racional que, ao negar valores extremamente positivos e universalistas, acaba esquecendo-se do homem. É o que o filósofo nos convida a pensar por meio de suas mensagens.

Notas sobre o Suicídio Romântico no Século das Luzes Lúcio Vaz

Professor do Departamento de Filosofia da UFES

lucio.oliveira@ufes.br

O foco desta comunicação é interpretar Os Sofrimentos do Jovem Werther, de Goethe, como instanciação de um ideal sobre a realização amorosa ou como fusão ou como identificação simbiótica entre amantes. Pretendo evidenciar a fragilidade desse ideal romântico, que começou a se tornar modismo literário em fins do século XVIII, precisamente em vista dos descaminhos no trato com a mulher (Lotte) e consigo mesmo (suicídio de Werther). Dando um passo a mais, contraponho a esse ideal a concepção alternativa de amor, alcunhada por Martha Nussbaum como “responsividade íntima”, o que envolveria a compreensão e a manutenção da separatividade dos(as) amantes. Minhas considerações finais pretendem apontar para o caráter moderno, nuclearmente iluminista da concepção de Nussbaum, ainda que tal concepção não tivesse sido tão claramente proposta no século XVIII. Minha hipótese explicativa e abrangente para essa lacuna é que a grande maioria das construções filosóficas do iluminismo manteve o amor e a sexualidade numa esfera inferior ou impenetrável ao exercício e à aplicação dos próprios ideais iluministas (racionalidade, independência individual, reconhecimento da individualidade e assim por diante).

Crítica à ideia moderna de progresso na teoria das penas Luiz Carlos Gomes Junior

Mestre em Filosofia pela UFS

lcgomes.jr@uol.com.br

O objetivo deste artigo é apresentar uma crítica à ideia moderna de progresso na teoria das penas a partir da análise da obra *Punição e Estrutura social* (1938) de Georg Rusche e Otto Kirchheimer. Nosso objetivo geral está dividido em dois específicos. O primeiro visa demonstrar que Georg Rusche e Otto Kirchheimer rompem com a ideia moderna de progresso usando o método histórico na pesquisa das práticas punitivas. O segundo é apresentar a crítica dos autores à teoria das penas através do conceito econômico da inter-relação entre punição e mercado de trabalho. Desse modo, defende-se que o conceito de progresso deixa de ser o vetor analítico nas teorias das penas e passa a ser objeto de uma teoria crítica do direito penal. O estudo das penas sai também do campo das relações abstratas para o campo de investigação empírica da história, das ciências sociais, da política e da economia, numa perspectiva de crítica ao progresso humanitário das práticas punitivas.

A recepção das Luzes no Brasil de Pombal

Luiz Eduardo Oliveira

Professor Titular do Departamento de Letras da UFS/
Camões, I.P.
luizeduardo.dle@gmail.com

O discurso da legislação pombalina referente ao ensino se configura como um mito de origem, inscrevendo-se numa longa tradição da cultura ocidental que abrange desde as epopeias e crônicas medievais até a historiografia e o romance moderno e contemporâneo. Assim, ao articular-se com um arsenal léxico-discursivo composto de algumas palavras-chave grafadas com maiúsculas que dão sustentação à noção de “moderno”, ou modernidade – Razão; Luzes; Progresso; Civilização; Felicidade; Estado; Ciências; Letras e Educação –, assume um caráter redencionista que busca identificar as causas de uma suposta decadência moral, social e religiosa do seu tempo nos jesuítas, instituindo assim uma nova ordem, ou, em termos mais precisos, a utopia de uma nova era, que se apresenta como a reconquista de uma Idade de Ouro perdida. É o que ocorre com a célebre “Querela entre os Antigos e os Modernos”, debate que, iniciado em 1689, dominou a vida intelectual francesa da segunda metade do século XVIII, impondo para o resto da Europa o ideal de valorização da própria cultura. No contexto das reformas de Pombal, a Europa associa-se ao “moderno”, um modelo de civilização e progresso sempre almejado, enquanto os jesuítas representam um passado a ser repudiado, ao ponto de não pertencerem à suposta linha evolutiva da cultura e do pensamento português. Desse modo, além de serem destituídos da herança cultural greco-romana – a qual é devidamente (re)apropriada pela legislação pombalina –, os discípulos de Inácio de Loyola constituíram uma interrupção do fluxo natural da história de Portugal. Não por acaso, A maioria dos preâmbulos das peças legislativas pombalinas assume um caráter de recuperação econômica, política ou literária de um tempo perdido, situado no século XVI, período eleito pela historiografia ocidental para demarcar e fundamentar o conceito de modernidade. Este texto busca mostrar o modo como a recepção das Luzes no Brasil relaciona-se com as reformas pombalinas do ensino.

Barbeyrac e os limites da autoridade civil Luiz Felipe Netto de Andrade e Silva Sahd

Professor Titular do Departamento de Filosofia da UFC
felipesahd@yahoo.com.br

A sujeição individual à autoridade civil e às leis civis baseia-se na ideia de soberania legítima. Todos os indivíduos no estado civil têm o dever de submeter-se à vontade de um soberano legítimo, seja expresso na forma da lei civil ou de comandos particulares, em virtude do contrato civil original. Em outras palavras, os indivíduos não possuem o direito de resistir ao exercício legítimo do poder soberano. Como as duas seções finais deste capítulo esclarecem, Jean Barbeyrac segue Hugo Grotius e Samuel Pufendorf ao argumentar que a resistência à pessoa ou pessoas investidas de poder soberano só pode ser justificada quando o poder soberano deixar de ser exercido legitimamente, mas desenvolve esse argumento a sua maneira. A ideia básica aqui, compartilhada pelos três pensadores, é que a pessoa ou pessoas anteriormente investidas no poder soberano devem ter renunciado tácita ou expressamente qualquer reivindicação legítima sobre o cargo de soberania. Em resposta a qualquer ato de tirania manifesta cometida por tal governante, os indivíduos podem legitimamente retomar seu direito natural de violenta autodefesa derivada do dever de autopreservação. Desta maneira, em resposta ao argumento de Pufendorf de um poder soberano unificado e absoluto e de um direito de resistência fortemente circunscrito, Barbeyrac argumenta que a soberania deve ser limitada. Ele se baseia principalmente em teóricos políticos ingleses da soberania limitada, sobretudo John Locke e Algernon Sidney. Barbeyrac conecta explicitamente o direito de resistir ao exercício injusto e ilegítimo do poder soberano à defesa que faz da liberdade individual de consciência na esfera civil. É à luz dessa preocupação em proteger a liberdade de consciência individual que vemos mais claramente como Barbeyrac refaz o argumento da lei natural para a resistência justificada em resposta a suas próprias preocupações específicas como refugiado huguenote comprometido em fornecer uma defesa robusta dos princípios tolerantes.

O poder paterno em John Locke

Luiz Henrique Nunes Santos

Graduando em filosofia pela UFS
luizspse43@gmail.com

Em sua obra publicada no ano de 1693, sob o título *Alguns pensamentos sobre a educação*, Locke apresenta argumentos sobre a educação da criança através de um panorama histórico da família no séc. XVIII. Falar sobre educação requer analisarmos o homem por completo, bem como a sua formação diante da sociedade. É importante salientar, que nessa obra Locke visa a educação Pai-filho, na qual os fundamentos da educação não eram destinados a coletividade, mas sim no âmbito privado. Para ele, a educação requer, a priori, uma participação imediata da família, em que as finalidades sociais e políticas se dão através do domínio individual. Um dos principais questionamentos de Locke é em relação ao propósito da educação. Esse método requer entendermos o papel dos seus pais com os filhos, pois, os pais não tem direitos sobre os seus filhos, mas são responsáveis pela sua educação. A preocupação nesse contexto se dá pelo alcance do filho na idade da razão, onde o mesmo obtém sua liberdade plena, mas leva consigo os direitos e deveres aprendidos ao decorrer da sua educação. No entanto, o propósito da educação é tornar o filho liberto para a razão, em que poderá ser um indivíduo livre. Através disso, Locke faz uma crítica à educação patriarcal, na qual é por meio dela que criamos indivíduos dóceis para a tirania, pois uma sociedade livre caminha junto a uma família estruturada e com uma determinada educação. A proposta apresentada por Locke em seguir de acordo com a razão, geralmente é confundida com uma servidão (poder civil), mas a educação lockeana é de acordo com a educação para a liberdade, em que a criança está de acordo com a educação meditada, que serve para incluí-la em uma engenharia social.

O racismo de Hume à luz de sua filosofia política

Maria Isabel Limongi

Professora da UFPR/CNPq

belimongi@yahoo.com.br

A partir de uma discussão preliminar acerca da nota racista de Hume presente no ensaio *Dos caracteres nacionais*, pretende-se explorar os instrumentos oferecidos pela filosofia política do autor para combater o racismo em que incorre.

Leituras da Ideia de Liberdade no Século XVIII

Maria Valderez de Colletes Negreiros

Professora da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP

maria.valderez-c-negreiros@unesp.br

No século XVIII diversas ideias de liberdade se cristalizaram nas formas discursivas e nas expressividades crítica. Revelando-se emblemáticas essas ideias, os filósofos ilustrados transformaram suas penas em um arдил constante pelo desejo de rupturas, de confrontos em relação aos acontecimentos de sua época. As leituras desses escritos nos possibilitam provavelmente a decifrar os paradigmas, as metáforas implícitas, os argumentos ambíguos que expressam a liberdade. Os impasses no entendimento das ideias de liberdade consistem na pluralidade dada pela própria reflexão ou é dissimulação ou é ficção. A verossimilhança entre imaginar e acreditar-se livre se traduz por caminhos imprecisos, inconstantes porque não se pode precisar nenhuma compreensão da liberdade, ou seja, são ideias evasivas. Nosso estudo pretende analisar as ambiguidades interpretativas das ideias de liberdade. Dois opúsculos escritos por Montesquieu, *Voyage à Paphos* e o *Dialogue de Sylla et d' Eucrates* permitem averiguar a ficção e a dissimulação com relação a liberdade. No opúsculo *Voyage à Paphos* o véu da liberdade caracteriza-se pelo imaginário e a ficção. Essa obra literária exemplifica as ambiguidades: o império de Vênus na ilha de Paphos e as diversas ilhas de soberania diferentes que desfrutam de liberdade aparente. O poder universal de Vênus impõe-se a diversidade dos costumes, das leis, da política. No *Dialogue de Sylla et d' Eucrates* a liberdade dissimula-se em tirania. Sila é o tirano que quer para dar a Roma republicana à liberdade, mas Eucrates nos apresenta reflexões desconcertantes, dentre elas: "para que um homem esteja acima da humanidade, ele custa muito caro a todos os outros" . A similitude das épocas, a contemporânea e do Século das Luzes, em se tratando da liberdade pode nos impulsionar a buscar uma prática que nos esclareça os equívocos que a dissimulam ou a fantasiam.

Rousseau: leitor de Locke e Condillac

Manoel Jarbas Vasconcelos Carvalho

Professor Auxiliar da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN)

jarbasvc@gmail.com

Locke negava a existência de ideias inatas em nossa mente, mas acreditava numa predisposição inerente da razão em produzir juízos. Para o autor do Ensaio sobre o entendimento humano, a produção do conhecimento passa necessariamente pela interferência da razão sobre aquilo que nos informam os sentidos. Segundo Schøsler em *La position sensualiste de Jean-Jacques Rousseau*, o genebrino seria um adepto incontestado do empirismo moderado de Locke. Condillac, sucessor de Locke, radicalizou as teses do filósofo inglês. O autor do *Tratado das sensações* combate o residualismo inatista da filosofia de Locke, destacando a importância dos sentidos no desenvolvimento progressivo do conhecimento humano. Para Condillac, a razão se forma da transformação das sensações que o homem experimenta ao longo de sua existência. Nessa cadeia progressiva das experiências que o homem adquire, Condillac atribuía ao princípio do prazer e da dor os motores para a aquisição de novos conhecimentos. Em seu estudo intitulado *Les sources du deuxième discours*, Morel atribui o método, ao mesmo tempo, genético e psicológico de Condillac àquele empregado por Rousseau no Segundo discurso, que é semelhante ao que encontramos nos Livros I e II do *Emílio*. Com esta discussão, objetivamos mostrar como Rousseau se apropriou das teorias de Locke e de Condillac para afirmar duas teses distintas, mas igualmente coerentes, sobre a origem e os fundamentos do conhecimento humano. Começaremos por expor brevemente as teorias de Locke; logo em seguida, exploraremos as ligações teóricas entre o pensamento de Locke e de Rousseau; a posteriori, investigaremos as ligações teóricas entre Rousseau e Condillac, sem nos descuidarmos de antes falarmos um pouco do pensamento do filósofo francês; por fim, com a ajuda de Schøsler e de Morel, chegaremos às nossas conclusões acerca da associação entre Rousseau e as teorias do empirismo e do sensualismo.

A crítica de Rousseau ao Iluminismo na Dialética do esclarecimento de Adorno e Horkheimer

Manoel Dionizio Neto

Professor da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)
manoel.dionizio@professor.ufcg.edu.br

Jean-Jacques Rousseau coloca-se criticamente para o Iluminismo quando pensa as ciências e artes que, para os iluministas, eram expressão de grandeza do ser humano demonstrada como superioridade em relação à natureza e às demais espécies animais. Esta crítica toma uma dimensão maior quando ele se volta para o advento da civilização feita pela dominação refletida na corrupção com que se degradara a espécie humana a partir do estabelecimento da propriedade civil, condição para o surgimento da pobreza, da miséria, do despotismo e, com este, a escravidão, sendo isto base para a grande maioria estar esmagada por uma minoria configurada em diferentes formas de poder. A educação dos colégios na forma em que estava posta se fazia a serviço dessa dominação que se escondia no progresso da ciência e das artes através de espetáculos promovidos por companhias de artes que visavam, antes de tudo, a difusão de fantasias para o estímulo à produção e ao consumo de bens, matérias ou não, que alimentassem o progresso a degradação humana. Tudo isso fazendo-se em nome do combate ao misticismo com que se alimentavam os mitos, as religiões e os preconceitos. Tratava-se assim do que Adorno e Horkheimer tomaram como razão instrumental de que vem se alimentando o esclarecimento quando coloca a ciência como poder acima dos homens para a dominação da natureza e, nesta, a dominação com a conseqüente exploração e repressão da maioria por uma minoria que tem o controle da ciência e da tecnologia e que, por isso, fazem da arte, assim como da educação e de toda cultura, objeto exposto no mercado para a venda e o consumo, sempre como algo descartável como meio de acumulação de capital e de fortalecimento da dominação. Neste sentido, a reflexão de Adorno e Horkheimer sobre o conceito de esclarecimento e indústria cultural reflete o que estava posto por Rousseau.

Rousseau, arquiteto da ordem anárquica: um olhar sobre o genebrino, a partir das reflexões de Patrizia Piozzi

Mara Fernanda Chiari Pires

Doutora em Ciências Sociais pela UNICAMP

mara.pires@gmail.com

A força do pensamento de Jean Jacques Rousseau e suas contundentes e sistemáticas críticas às sociedades competitivas constituem a base dos estudos desenvolvidos sobre a genealogia das lutas libertárias por Patrizia Piozzi. Para esta autora, “a denúncia da desigualdade entre os homens, central nas utopias reformistas e comunitárias do século XVIII [...] está também na raiz das teorias e insurreições anticapitalistas do século XIX, início do XX...” e, podemos dizer, do século XXI. Piozzi, responsável por expressivo número de estudos sobre o filósofo genebrino, dentre os quais “Os arquitetos da ordem anárquica”, texto de 2003, não se limita a apontar Rousseau como um dos pensadores que, no século XVIII, inspiraram fortemente a busca de uma sociedade autogerida, livre e cooperativa. Ao analisar a comunidade de “livres e iguais”, ruptura central da doutrina rousseauiana com o pensamento burguês do século XVIII, sugere, por um lado, a associação autônoma de homens livres que, superando seus interesses individuais, se submetem voluntariamente à lei, assumindo assim a ordenação da vida pública. Nesse sentido, no esforço de conciliar sua vontade autônoma aos valores coletivos, o homem tomaria por base a ordem do mundo da Natureza e reconstruiria a ordem social pelo contrato social. Por outro lado, Piozzi analisa em que medida essas “formas espontâneas de vida e cultura” não exigiriam a intervenção de uma “vanguarda iluminada”, da intervenção de um “indivíduo excepcional” (2003, pág.42), de sujeitos que pensando e fazendo a política falem “diretamente ao coração dos homens, capturando sua vontade íntima, tornando-os uma pessoa moral” (idem, pág.42). Ou, nas palavras de Patrizia, homens e mulheres que, seguindo pelas veredas da utopia abertas no passado e mantendo viva a tradição libertária lutem em defesa dos direitos de um mundo igualitário e livre.

Censura literária, filosófica e moral: algumas considerações sobre o L' affaire Sade de Jean-Jacques Pauvert

Marcelo de Sant'Anna Alves Primo

Professor do Colégio de Aplicação da UFS

marceloprime_sp@hotmail.com

Aconselhado por André Breton, Jean-Jacques Pauvert descobriu e teve vontade de publicar a obra de Sade, pois a leitura dos escritos do marquês era de difícil acesso e as únicas edições disponíveis eram clandestinas. Entendendo que Sade possui lugar único na literatura, Pauvert toma à frente da edição de suas obras completas a fim de torna-las acessíveis com o nome do autor estampado, tirando-o da clandestinidade. Contudo, é intimado a comparecer e depor na Justiça Francesa para responder a um processo de atentado contra a moral é, em sua defesa, testemunhos como os de Breton, Bataille, Paulhan e do próprio Breton mostraram a relevância da obra de Sade para um conhecimento mais apurado do corpo e da condição humana. Nesse sentido, tentaremos mostrar que o L' Affaire Sade aponta para um dilema ainda bem atual: a censura e cancelamento de obras que sequer foram lidas, porém, condenadas sumariamente por julgamentos moralistas a priori.

Rasgos de Memória e Imagem de Canudos ao Holocausto

Márcio Ronaldo Rodrigues Vieira

Doutorando pelo Pós Crítica Cultural/UNEB

marciovieira.iev@gmail.com

Este artigo tem como objetivo apresentar a importância da memória e imagem e nos registros de semiologia que envolve a Guerra de Canudos e o Holocausto, uma tentativa de construir uma leitura despreziosa dos conflitos entre os homens e sua animalidade percebido na literatura de registro da barbárie e cultura da violência. Tem como objetivo dialogar com estes autores: AGABEM (2008) BATAILLE (1993) CALASANS (2000), CUNHA (2003).

História e progresso em David Hume

Marcos Balieiro

Professor do Departamento de Filosofia da UFS

marcos.balieiro@gmail.com

Não são raras as vezes em que David Hume, ao comparar as maneiras e as instituições de seu próprio tempo com aquelas observadas em tempos mais antigos, mostra-se bastante otimista com relação às melhorias que observa. O ensaio "Of The Populousness of Ancient Nations", por exemplo, tem, como uma de suas finalidades, mostrar que, segundo critérios aceitos no século XVIII, povos modernos seriam mais prósperos que os da Antiguidade. A História da Inglaterra deixa claro que as maneiras dos antigos saxões, um povo que Hume não hesita em considerar bárbaro, não poderiam sequer dar origem a um Estado. Ainda assim, não se pode falar em Hume como um defensor da ideia de progresso, tão comum entre pensadores dezoitistas da história. Ao comparar a retórica antiga e a moderna, por exemplo, o filósofo escocês expressa preferência inequívoca pela primeira. Além disso, ainda que sua História da Inglaterra indique frequentemente os aspectos em que os modernos seriam superiores, parece haver nela alguns temas que complicariam qualquer tentativa de ver um progresso efetivo. Ao longo de nossa exposição, trataremos de explorar essa aparente tensão, mostrando que, no âmbito do pensamento de Hume, ela não constitui um problema. Para isso, exploraremos os motivos epistemológicos pelos quais o autor não se compromete com a noção de finalidade, mostrando, em seguida, os impactos que isso tem sobre as possibilidades de Hume ao pensar a história. Por fim, faremos algum esforço para mostrar de que modo a concepção humiana da história, ao se apoiar na ideia de que instituições e maneiras se ajustam constantemente às necessidades que se apresentam, sem que se divise algo como um fim da história ou um propósito último para o conjunto dos acontecimentos, permite entrever contribuições significativas para a filosofia política contemporânea.

O conceito objetivo de beleza e a formação estética em Friedrich Schiller

Maria Clara Alves Cabral

Mestranda pela UFFA

mclaraacabral@gmail.com

O presente trabalho tem o propósito de expor e analisar a questão presente nas primeiras cartas de A educação Estética do homem de Friedrich Schiller. Encontramos nesses escritos a questão da formação do homem sob o aspecto de sua passagem de um Estado Ético para um Estado Natural, de modo que a seguinte pergunta pode ser feita: como, no homem, a razão, da qual depende aquele Estado no qual as leis são obedecidas pelo dever, pode substituir a natureza, enquanto esta é fonte de suas inclinações, mas também de sua humanidade? É preciso, como afirma Schiller, encontrar um suporte que torne o homem independente do Estado natural. Tal apoio não está em seu caráter natural, e tampouco em seu caráter ético, o qual deverá “ser primeiro formado”. Para Schiller, a educação estética antecipa a educação política. Pretendemos expor que tal precedência é possível a partir do conceito de beleza, o qual é formulado primeiramente na obra Kallias: ou sobre a beleza. No conjunto de cartas que compõe tal escrito, Schiller pretende encontrar um princípio objetivo para a beleza a partir de uma teoria que pretende explicar tal conceito de modo “objetivo-sensível”. A beleza, afirma Schiller em uma das suas primeiras formulações, é a “forma de uma forma.” Tal forma é dada pela mesma capacidade que torna o homem livre para agir, isto é, a razão prática. Pretendemos explicar, portanto, de que modo Schiller propõe uma ligação da razão prática ao mundo dos fenômenos, intentando um conhecimento estético, sensível, mas ao mesmo tempo objetivo da beleza. Tal esclarecimento é o que tem o dom de nos mostrar o que pode conceder à “eticidade invisível” o penhor da sensibilidade.

A influência da cultura polida britânica no tratamento da mulher

Mariana Dias Pinheiro Santos

Mestranda em Filosofia pela UFS

marianadps4ntos@gmail.com

O século XVIII britânico foi palco de preocupações com polidez, civilidade e identidade nacional, como pode ser parcialmente visto na profusão de filosofias morais práticas e teóricas. Dentro desse cenário se destacam a importância que honra e cavalheirismo tiveram para sustentar os aspectos supracitados, na medida em que a primeira poderia evidenciar a civilidade e a polidez, e o segundo representava certos comportamentos essenciais aos homens. Mas, além disso, é interessante observar como isso influenciou o tratamento das mulheres na medida em que estas passaram a ser, como afirma Hume, as melhores juízas dos escritos polidos e, como Addison propõe, ótimas companhias para a educação masculina, em contraposição à “cultura da barbárie”, que não teria pudor em destratar e agredir uma mulher. Em outras palavras, a honra e o cavalheirismo colocaram o homem em uma posição que o fez, de certo modo, ceder espaço e respeito à mulher. Nesse sentido, é possível propor que a cultura da polidez contribuiu, de certa forma, para a emancipação feminina, na medida em que ela poderia fazer uso da polidez para reprimir o comportamento de homens que não fossem cavalheiros ainda que, ao mesmo tempo, tivesse que lidar com restrições propostas pelos manuais de boas maneiras como o do Dr. Gregory. Os comentários de Elizabeth Foyster indicam que, proporcionalmente, a taxa documentada de homicídios de mulheres, na Grã-Bretanha, pode ter se mantido a mesma desde o século XVIII em função da cultura polida, e Jenny Davidson aponta para como a polidez pode ter servido à justificativa, ainda culturalmente presente, da inferioridade feminina. Exposto isso, o objetivo da presente comunicação consiste em apresentar como a polidez dezoitista promoveu o tratamento feminino, primeiro, no âmbito físico e, segundo, no âmbito social, para delinear quais influências dessa cultura são identificáveis contemporaneamente.

Atualidade e pertinência das críticas de J.-J. Rousseau Marisa Vento

Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
ventomarisa@gmail.com

O texto que justifica a escolha da temática deste evento motivou a escrita e apresentação desta breve reflexão, que se move mais em direção a uma tentativa de respiro de naufrago do que propriamente de reflexão filosófica. Sim, estamos sufocados por sombras e fantasmas que nos rondam, mundialmente ameaçados por um obscurantismo que beira aos porões medievais. Recrudescem os preconceitos; acirra-se o ódio ao diferente, os mecanismos de poder político e econômico elaboram novas formas de opressão, e a desigualdade, que se amplia para as múltiplas esferas da vida humana, chega a patamares jamais sonhados para o século XXI. Por essas e outras razões, este texto tem o propósito de atualizar o pensamento e ressaltar a pertinência das críticas daquele que foi um outsider no seu tempo. Jean-Jacques Rousseau, por meio de sua escrita crítica e reformista continua nos oferecendo, mesmo após mais de 300 anos, elementos precisos para uma análise da sociedade tal como se encontra hoje. Serão elencados alguns desses elementos presentes, sobretudo, no Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens (1755), que aponta não só o diagnóstico de uma sociedade corrompida, mas apresenta intuições certas para as causas dos males, que infelizmente ainda não caducaram. Assim, pretende-se atualizar o pensamento de Rousseau, evidenciando a manifestação das mesmas mazelas sociais em nossa sociedade – a exemplo da desigualdade social que grassa globalmente, problema diante do qual Rousseau deixa reverberar seu manifesto de indignação sobre o fato de “um punhado de pessoas regurgitar superfluidades enquanto à multidão faminta falta o necessário” (O.C. III, p. 194). Ou ainda, quando se fazendo arauto da autenticidade busca a causa que consubstancia as várias faces da corrupção da sociedade, apontando para as pressões sociais e suas exigências de moralidade inautêntica, que nos impelem a sufocar os verdadeiros impulsos e fingir virtudes que não possuímos, denotando a tão nefasta cisão do ser e parecer. Um debate tão intenso quanto atual que desencadeia outras tantas questões que terminam por desaguar numa quase generalizada insensibilidade frente aos dramas humanos, políticos e sociais que enfrentamos.

Por que os povos sem Estados se recusam constantemente a se policiar?

Mauro Dela Bandera

Professor do Departamento de Filosofia da UFAC

maurodelabandera@yahoo.com

Embora Rousseau afirme no Discurso sobre a desigualdade que não é mais possível “encontrar um único recanto no universo onde se pudesse escapar ao jugo e livrar a cabeça do gládio” , a realidade do Estado não é incontornável e irresistível, não sendo até bem pouco tempo atrás a dominante. Os exemplos por ele oferecidos a partir de dados etnológicos incipientes de povos que escapam da zona de influência do poder estatal, recusando ser capturados, mostram claramente que ele não ignora essa existência e realidade. Dito isso, o presente trabalho pretenderá investigar as razões que levam povos inteiros a recusar o estado civil. Seria isso tão somente sua inscrição na natureza ou, antes, revelaria um elemento da vontade humana?

Ambición y goce en el *Discours sur le bonheur* de Émilie Du Châtelet: ¿asunto de mujeres?

Natalia Zorrilla

Investigadora asistente CONICET - INEO

nat.zorrilla@gmail.com

Émilie Du Châtelet (1706-1749) desarrolla en el *Discours sur le bonheur* (Discurso sobre la felicidad) una filosofía práctica que postula como fin de la existencia del ser humano la maximización de la intensidad y durabilidad del goce. Al mismo tiempo, Du Châtelet resalta la importancia de saber moderar los propios deseos, poniéndose en guardia ante las posibles consecuencias insensatas de la ambición. Al permanente estado de inquietud que alimenta la constante búsqueda de goces cada vez más variados e intensos se le opone este contrapeso moral que promueve la quietud implicada en el contentarse con el propio estado actual. En el caso de la defensa de los derechos de las mujeres, esta tensión adquiere una mayor complejidad, habida cuenta de la argumentación que Du Châtelet realiza a favor del derecho al goce y a la realización personal de estas, particularmente a través de la pasión por el estudio. Si las mujeres, por su estado, como dice la pensadora, padecen el flagelo social del prejuicio de su inferioridad con respecto a los varones y se las excluye no solamente del acceso a la educación sino también del acceso a oficios varios, ¿cómo deberían combatir esta injusticia? Pensar la respuesta a esta pregunta en relación con el principio de la moderación de los deseos y de la ambición que sostiene la filósofa es uno de los objetivos de esta comunicación. En suma, la radicalidad del hedonismo sofisticado que reivindica Du Châtelet amerita una elucidación. En nuestra presentación, nos proponemos no solamente reconstruir la intervención histórica de la filósofa en la querelle des femmes en el siglo XVIII francés sino también (ante todo) reflexionar acerca de la batalla cultural, que recrudece cada vez más en nuestro tiempo, sobre las conquistas intelectuales y socio-políticas del feminismo, como el derecho de las mujeres al goce y a la realización personal.

O estético como superação do problema da liberdade política do homem na visão de Friedrich Schiller

Nertan Dias Silva Maia

Professor da UFMA

nertan.dias@ufma.br

Em sua mais importante obra filosófica Sobre a educação estética do homem numa série de cartas (*Über die ästhetische Erziehung des Menschen in einer Reihe von Briefen*), publicada em 1795, Friedrich Schiller (1759-1805) defende a tese segundo a qual “é pela beleza que se vai à liberdade”, justificando, com isso, a prerrogativa do estético ante o problema político do homem. Para validar esta tese, ele faz duras críticas ao Estado moderno – que se estendem também à humanidade em geral – afirmando que este jamais seria capaz de levar o homem à verdadeira liberdade política, uma vez que fora engendrado por uma revolução violenta e meramente política e por preceitos racionais unilaterais encetados pelo Esclarecimento (*Aufklärung*). A partir dessa crítica, Schiller justifica um projeto de formação (*Bildung*) que objetiva reconstruir a civilização por meio da força libertadora de uma cultura estética, que ele julga ser capaz de reconciliar no homem sensibilidade e razão e, assim, conduzi-lo à verdade. Desse modo, Schiller propõe a fundação de um novo Estado moral, pautado por uma nova lógica de gratificação sensível-racional mediada pela beleza, que se coloca contra a coerção tanto das leis violentas do Estado moderno, quanto da moral racional unilateral. Nesse novo Estado, a verdade não pertence apenas ao domínio racional, mas se encontra, sobremaneira, na arte e na beleza autônomas como símbolo da verdadeira liberdade política do homem, atingida somente pela harmonia da sensibilidade com a razão. Isto posto, o presente trabalho tem como objetivos: a) apresentar a crítica que Schiller faz à modernidade e ao Esclarecimento; b) mostrar como, a partir dessa crítica, ele justifica a tese central de sua teoria estética; c) discutir em que medida essa crítica, bem como os argumentos que justificam sua teoria estética, podem servir de base para refletir sobre o problema político do homem na atualidade.

Revolução e Golpe de Estado: o caso de Marat

Newton Bignotto

Professor Titular da UFMG

nbignotto@uol.com.br

Em sua edição do final do século XVII (1694), O Dicionário da Academia Francesa se referiu aos golpes de Estado da seguinte maneira: “Golpe de Estado, quer dizer, o que é útil para o Estado” . De maneira simples e direta, o sentido do termo, forjado ao longo do século por meio das lutas para a preservação do poder monárquico, se fixou em torno da ideia de que se tratava de uma ação de conservação do poder, próxima da razão de Estado, que havia feito um longo percurso desde seu aparecimento mais de cem anos antes. Desde então, o termo permaneceu adormecido em seu significado, vinculado às práticas da monarquia, como se não precisasse ser alterado ou estudado, por se referir a uma realidade que se mantinha quase inalterada com o passar do tempo. Aos poucos, ao longo da segunda metade do século XVIII, termos como Revolução, Constituição e República foram dominando o vocabulário político eclipsando o vocabulário dos termos do século anterior. Para estudar esse fenômeno ao mesmo tempo de ocultação e evolução do significado da noção de Golpe de Estado, vamos recorrer a alguns escritos de Marat, que são paradigmáticos do caminho seguido pelo conceito que nos interessa.

Resignação, escapismos e solidão: um retrato dos últimos momentos de Rousseau

Otacílio Gomes da Silva Neto

Professor da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

otacilio.uepb@hotmail.com

Era o Outono de 1776 quando Rousseau, provavelmente aos 64 anos, decidiu empreender aquele que seria o último projeto de sua vida: encontrar-se consigo mesmo e, assim, terminar serenamente os seus “desafortunados” dias aqui na terra. Para tanto, ele escreveu: “Os devaneios do caminhante solitário”, escrito inacabado, no qual, conforme o genebrino, está em continuidade com outras obras autobiográficas, como: “Confissões” e “Rousseau juge de Jean-Jacques”. O objetivo deste trabalho é seguir os passos finais que envolvem traços específicos que norteiam a dramaticidade da vida de Rousseau. Em seu derradeiro “retiro”, Rousseau investiga as condições atuais de sua existência e se depara com a solidão, considerando-se vítima de uma espécie de um “acordo unânime” meticulosamente planejado contra ele. De acordo com seus raciocínios, Jean-Jacques entende que não adianta mais escrever obras para justificar uma autodefesa, ou ainda defender seus escritos morais e políticos. Para o genebrino, atitudes como estas oferecem mais munição para os seus perseguidores sabotarem sua vida e seus escritos. Parece que não há mais motivos para se elaborar outras autodefesas quando o objetivo é convencer os detratores da honestidade do autor, assim como, das verdades contidas na obra. Parece que não há mais o que fazer, então, que o destino siga o seu curso. Por isso, o autor “Do Contrato social” sente que é hora de abraçar a sua sina e resignar-se a ela. Em meio a escapismos, Rousseau quer encontrar esperança e paz na solidão de seu estado presente. Estar em paz consigo mesmo é parte de uma preparação para a chegada da “hora extrema”. Daí a necessidade de Rousseau alcançar “um intervalo de plena quietude” por meio de “um repouso absoluto”, no qual o guiará para uma boa morte. Na continuidade da busca por si mesmo, desta vez prevendo seus últimos suspiros, Jean-Jacques se confrontará mais uma vez com seu passado, na busca de entender o presente e projetar o futuro, cuja morte se anuncia.

La muerte del héroe. El amor oscuro según Rousseau Pablo Pavesi

Professor da Universidad de Buenos Aires (UBA)
zppavesi@yahoo.com.ar

Nuestro trabajo se centra en la novela Julia, o la Nueva Eloísa de J. J. Rousseau (1761), específicamente, en el amante de Julia, Saint Preux (SP), cuyo apellido significa: el santo caballero. El problema es: Saint Preux no tiene nada ni de santo ni de caballero; cabe entonces preguntar por la razón de este bautismo. Proponemos que 1. a) el nombre de SP es una ironía que aniquila las figuras tradicionales de la literatura épica (el caballero) y de la hagiografía (el santo). b) Esta aniquilación es coherente con la aniquilación de Dios que se lleva a cabo en el prefacio de las Confesiones, título del cual Rousseau se apodera para suprimir a Dios y reemplazarlo por el público o la “humanidad” en general. c) SP no es nada, o mejor, no es nada más que el que el amante de Julia: carece de nombre propio, no tiene familia, ni pasado, ni ocupación y su única identidad resulta de la memoria de Julia – fuera de su amor, SP, en sus propias palabras, desaparece. Esta ínfima realidad es explícita en las cartas de los personajes de la novela que se burlan o lo desprecian: SP no cumple con su palabra (Claire), se entrega a la molicie (Édouard) y es pueril e influenciabile (Wolmar).2. De lo anterior se siguen las dos condiciones de su amor: la primera, privilegiada por la exégesis, es angélica y tiende a la adoración; la segunda es oscura: el amor es alienación, pérdida de sí, desesperanza hasta el riesgo del suicidio y del asesinato. Finalmente, preguntamos sobre la vigencia de SP y su victoria (definitiva?) sobre el legislador del Contrato Social, en una sociedad confesional (Foucault) que no necesita de la política para ejercer su (pobre) libertad (Arendt), en una renuncia que nos hace libres de amar e incapaces de actuar.

A virtude política no pensamento de Montesquieu

Patrícia Carvalho Reis

Doutorado em Filosofia pela UFMG

patricia.carvalhoreis@hotmail.com

Na sua obra *Do Espírito das Leis*, Montesquieu afirma que não é raro existir príncipes virtuosos, mas, numa monarquia, é muito difícil que o povo seja. Após mencionar isso, apresenta, em nota-de-rodapé, a explicação de que refere-se à virtude política, que é a virtude moral, no sentido de que ela se orienta para o bem geral. Acrescenta que fala muito pouco das virtudes morais particulares e nada dessa virtude que se relaciona com as verdades reveladas. Montesquieu reconhece que, na sua época, somente se ouviu falar nesse tipo de virtude, mas não se percebe na prática. Como ele afirma, os políticos gregos reconheciam que a única força capaz de mantê-los era a virtude, ou seja, amor pela pátria, desejo da verdadeira glória, renúncia a si mesmo, sacrifício aos interesses mais caros e de virtudes heróicas... Por outro lado, os políticos do seu tempo somente lhes falam de manufaturas, de comércio, de finanças, de riquezas e até de luxo. Neste nosso trabalho, gostaríamos de refletir o que seria essa virtude política no pensamento de Montesquieu e, também, refletir a concepção de virtude mais apropriada para o nosso tempo.

Piedade, opinião pública e vontade geral em Rousseau: notas sobre a leitura de Hannah Arendt

Pedro Augusto Pereira Guimarães

Doutorando em Filosofia pela UFMG

pedrobaependi@hotmail.com

A crítica de Hannah Arendt ao Jean-Jacques Rousseau está circunscrita no texto *Que é liberdade?* E no segundo capítulo do livro *Sobre a Revolução*. Arendt recorreu ao Rousseau na medida em que o pensador genebrino foi mobilizado como modelo interpretativo pelos atores políticos envolvidos na revolução francesa para compreender e justificar o movimento revolucionário. Apesar da crítica de Arendt estar circunscrita principalmente nesses dois textos, ela tem uma visão panorâmica dos textos políticos de Rousseau, o que justifica seu enfrentamento, na medida em que a sua crítica levanta os seguintes pontos (i) manifestação do absoluto na história se dá de forma violenta, contemplando o segundo Discurso; (ii) a teoria da vontade geral como fundamento do nacionalismo moderno e a necessidade do silêncio como forma de tirania, contemplando o Contrato Social; (iii) a remoção das máscaras como destituição de direitos, contemplando o primeiro Discurso. Os nossos objetivos nessa comunicação são: (i) visitar alguns desses temas a fim de compreender o lugar que a crítica ao Rousseau ocupa na teoria política da Arendt; (ii) confrontar essas críticas com o próprio texto de Rousseau a fim de avaliar sua pertinência. A nossa hipótese é a de que o maior problema de Arendt é com a recepção dos textos de Rousseau, fenômeno que podemos chamar de rousseauísmo. E, que mesmo a despeito dos exageros que a Arendt cometeu, sua crítica é coerente com os seus pressupostos teóricos.

O conceito de monarquia moderna no pensamento de David Hume e Montesquieu

Pedro V. C. Faria

Pesquisador Residente de Pós-Doutorado, Cedeplar (UFMG)
pedrovianna.cf@gmail.com

Neste artigo, investigo as “monarquias modernas”, elemento central e inovador da tipologia política de Montesquieu e de David Hume. Para ambos os autores, a revolução comercial do período moderno criou uma nova forma política, as monarquias modernas (“monarquias civilizadas” na terminologia de Hume e “moderadas” na de Montesquieu) que modificaram a tipologia política tradicional do pensamento político europeu até o Renascimento. Argumento que a literatura especializada atribui um peso desproporcional ao tratamento que os dois autores dão à “monarquia mista” inglesa. Ainda que esta fosse um sistema político claramente superior para ambos, se tratava de um caso excepcional e não-replicável, marcado pela debilidade da nobreza enquanto “poder intermediário”. Ademais, ao dar papel constitucional para a classe mercantil, a revolução inglesa havia “internalizado” a mudança econômica, transformando-a em fenômeno político. Já a monarquia francesa apresentava um desafio teórico imposto pela modernidade comercial: uma monarquia absoluta onde os súditos não gozavam de liberdade política, mas que ainda assim era capaz de oferecer prosperidade comercial, liberdade pessoal e estabilidade de propriedade. Por fim, mostro que o interesse de Hume e Montesquieu na monarquia francesa estava vinculado à forma como uma monarquia feudal entrara na fase comercial moderna mantendo sua estrutura política, particularmente o papel da nobreza como “poder intermediário” capaz de limitar o poder real sem limitar a expansão comercial. Concluo argumentando que, para Hume e Montesquieu, a monarquia francesa era a resposta à impossibilidade de retorno aos ideais republicanos clássicos que inspiraram pensadores como James Harrington. Não obstante a superioridade teórica daqueles ideais, eles se mostravam inadequados à realidade moderna. Ao fim, tento estabelecer um paralelo entre essa perspectiva sobre a monarquia francesa, que Annelien de Dijn denomina “liberalismo aristocrático”, e a aceitação cada vez mais ampla por parte do liberalismo contemporâneo da subtração da liberdade política em nome de pretensa liberdade pessoal.

Kant e o Contra Esclarecimento: Despotismo e dogmatismo após a Revolução Francesa (1793-1795)

Pedro Gallina Ferreira

Doutorando em Filosofia pela Unicamp

pgferreira94@gmail.com

Esta apresentação busca comparar as críticas de Immanuel Kant ao despotismo, presentes em *Sobre o Dito Comum: Isto pode ser correto na teoria, mas não vale para a prática* (1793) e *À Paz Perpétua* (1795). Escritos no ambiente histórico-político da reação prussiana à Revolução Francesa e aos resultados sociais do Esclarecimento Alemão, ambos os textos articulam a ideia de representação política como antidogmática através do direito constitucional, da liberdade de pensamento e da felicidade pública. Ao definir a política como “doutrina do direito posta em prática”, Kant afirma a constituição enquanto o fundamento universal da legitimação da justa ação do Estado, em contraposição à justificação do abuso do poder por “razões de Estado”. Partindo da relação entre direito e política, mostro como Kant critica, ao mesmo tempo, o prudencialismo paternalista (expresso na imagem do príncipe esclarecido visto como um “moralista político”) e o moralismo empirista (expresso na concepção de natureza humana puramente mecanicista). Minha tese consiste em mostrar que, segundo Kant, essas duas ideias providenciaram uma base comum (teórica e ética) para a defesa do absolutismo na Prússia. Para compreender essas críticas no contexto de tal cultura política, é preciso reconstruir as distinções filosóficas entre “teoria e prática”, “moral e política”, “racionalismo e empirismo” e “idealismo e realismo”, de modo a relacioná-las aos significados políticos no interior do Contra-Esclarecimento e, especialmente, na constituição da práxis dogmática. Do ponto de vista da publicidade (*Publizität*) requerida para que decisões políticas passem de articulações de interesses privados para o assunto social e coletivo por excelência, a tarefa crítica e publicista da filosofia deve ser entendida como a constituição de um tribunal da razão para revelar toda forma de dogmatismo.

Kant, Freud e as aporias da civilização

Pedro Paulo Corôa

Professor do Departamento de Filosofia da UFFA

pcoroa@ufpa.br

Quando se diz que, na história dos homens, “tempos sombrios” nunca foram novidade, que, nesse ponto específico, nossas dificuldades “não são raridades”, isso apenas confirma a tese defendida por Rousseau em seu primeiro discurso, em que, claramente, não coincidem os passos firmes da nossa cultura científica e aqueles dados, quando dados, em nossa cultura moral e política. Se, por um lado, parece inevitável à nossa inteligência técnica o aperfeiçoamento contínuo do chamado processo civilizatório, parece haver uma barreira irremovível aos esforços rumo a perfectibilidade no domínio ético e político. Por isso, no rastro das críticas de Rousseau à modernidade cientificista, Kant reconhece uma mudança de rumo em suas pesquisas filosóficas, moderando sua satisfação certa com a produção de novos conhecimentos e voltando-se para o que chama de “senda correta”, aprendendo a honrar os homens na medida em que refletia sobre o modo de “estabelecer os direitos da humanidade”. Kant passou a dedicar-se a questões de antropologia, moral e Direito. E o fio condutor de sua contribuição é a distinção entre as causas naturais e as motivações histórico-sociais de nossas ações, a que Kant faz corresponder a concorrência entre interesse individual e coletivo na determinação das nossas vontades. É o que ele chama, na Fundamentação da metafísica dos costumes, de dialética prática e corresponde, na primeira crítica, ao problema abordado na terceira antinomia da razão, que, enquanto tal não se resolve pela eliminação de um dos termos em conflito na definição de nossas escolhas. Por isso, as antinomias estão na base das aporias observadas na história do processo civilizatório, portanto, dos conflitos que eternizam nossos “tempos sombrios”. Nossa intenção é mostrar que essa tensão insuperável em qualquer época da cultura é retomada e confirmada em Freud, especialmente em O futuro de uma ilusão.

A fisiologia como metáfora

Pedro Paulo Pimenta

Professor do Departamento de Filosofia da USP

pedronamba@gmail.com

O título desta conferência alude a uma questão que, desde o Tratado sobre as paixões, de Descartes, está no centro da filosofia moderna, e se torna particularmente aguda quando os filósofos, a começar por Locke, decidem abandonar o porto-seguro do dualismo e passam a investigar a gênese da representação intelectual na sensação. Trata-se de determinar quais as relações entre fisiologia e filosofia e qual o lugar da ideia de corpo numa teoria da experiência. Embora menos estudado e menos discutido do que seus pares “empiristas” ou seus colegas iluministas, Condillac é, efetivamente, aquele que leva às últimas consequências a imbricação, sugerida por Locke, entre análise da experiência e teoria dos signos. Em *As palavras e as coisas* (1966), Foucault afirma que Condillac, em que pesem suas inovações, e sua vontade de diferenciação, teria permanecido preso aos preceitos do saber clássico, por aceitar que o domínio da experiência, deixado a si mesmo, não conhece limitação, nem admite um princípio de sistematização que dê conta de seus limites – daí a superioridade intrínseca da síntese kantiana. Gostaríamos de propor, ao contrário, que Condillac não se encaixa bem na contraposição entre o empírico e o transcendental, pois, em sua teoria, o limite é dado nas próprias condições que permitem a análise da experiência, ou seja, na própria teoria dos signos (que não é uma teoria da linguagem). Essa concepção radical de filosofia, exprimida com todas as letras pela primeira vez no *Tratado das sensações* (1754), tem consequências profundas para o seu sistema como um todo, que culmina na *Lógica*, publicada em 1780, e na *Língua dos cálculos*, surgida postumamente em 1798.

Do hedonismo feudal, ou sobre a libertinagem noturna de Sade: A leitura de Michel Onfray da obra do Marquês de Sade

Pedro Farias Mentor

Graduado em filosofia pela UnB
pedrofariasmentor@gmail.com

O objetivo da seguinte apresentação é introduzir a interpretação do filósofo francês Michel Onfray do seu conterrâneo Donatien Alphonse François, o Marquês de Sade, no contexto do seu projeto de Contra-história da Filosofia e do Iluminismo Francês. O percurso escolhido é fazer (I) uma apresentação da formação filosófica de Onfray, (II) um panorama dos seis primeiros volumes que compõem sua Contra-história da Filosofia focando no Iluminismo, (III) a leitura de Onfray da vida de Sade, (IV) as influências que Sade recebe dos demais iluministas e (V) uma breve introdução do que seria o mote de seu pensamento.

O iluminismo experimental da Grã-Bretanha

Penelope J. Corfield

Professora da London University

penelopecorfield@gmail.com

Meu tema, o iluminismo experimental da Grã-Bretanha, recorre a evidências de todos os cantos das Ilhas Britânicas no século XVIII. A efervescência de ideias era amplamente compartilhada. Londres e Birmingham eram centros óbvios de debate e experimentação. Glasgow e Edimburgo também e, em menor grau, mas ainda significativo, Dublin e Belfast (e alguns centros urbanos menores também). Lá, desenvolvia-se coletivamente uma cultura fértil e vívida, marcada pelo experimentalismo e pela ausência de dogmas. A discussão que se segue diz respeito a três aspectos centrais do Iluminismo Britânico, e avalia o que sua mensagem tem a dizer sobre dilemas modernos.

O conceito de infância em Michel de Montaigne no Contexto do Humanismo-Renascentista

Plínio Rogério da Silva

Mestre em Filosofia pela UFS

rogerioplínio1970@gmail.com

O objetivo desta comunicação é analisar o conceito de infância em Michel de Montaigne. Descrever o impacto do Humanismo-Renascentista no pensamento educacional deste filósofo e, assim, perceber o contexto e a ideia de infância nos seus Ensaios, em especial os capítulos XXV do livro I Do pedantismo, o XXVI do livro I Da Educação das crianças, o capítulo VIII do livro II Da afeição dos pais pelos filhos e o capítulo XIII do livro III Da experiência. Dito isto, problematizar a ideia de infância presente no Renascimento a partir deste pensador. Haveria um conceito de infância no Renascimento a partir do pensamento de Michel de Montaigne? Outras questões norteadoras ajudam a esclarecer a indagação, ou seja, qual a influência do Humanismo-Renascentista para a formulação da ideia de infância? Qual o papel da família e do preceptor na construção do conceito de infância? Qual a contribuição da educação para montar a imagem de infância neste período? O método hermenêutico servirá de base para a sistematização do tema, pois a análise da obra levará em conta o contexto no qual a obra foi escrita e que viveu o filósofo. Vale ressaltar a relevância desta comunicação, pois o foco de muitos trabalhos acadêmicos sobre a infância parte de Rousseau para conceituar essa etapa da vida na modernidade. Por fim, a ideia de infância no Renascimento tem profunda influência de Michel de Montaigne e colabora para se perceber os papéis culturais, de linguagem e tradições, por exemplo, para revelar uma nova concepção ideológica que contribua com as discussões para compreender a infância neste marco teórico e, conseqüentemente, na atualidade.

José Pinto de Azeredo: as diligências de um médico ilustrado no mundo colonial

Rafael Salamon

Doutorando em História Social pela USP

salamonrf@gmail.com

Em 1799, o médico luso-brasileiro José Pinto de Azeredo (1766 – 1810) publicou em Lisboa um livro intitulado “Ensaio sobre algumas enfermidades d’ Angola” . A obra era o resultado de anos de exercício prático da medicina na cidade de São Paulo de Assunção de Luanda, na qual Azeredo atuou como físico-mor e como professor da Escola de Medicina. Não era a primeira vez que ele utilizava a imprensa para se dirigir aos médicos e aos leitores ilustrados do seu tempo. Em 1790, já terminados os seus estudos nas universidades de Edimburgo e de Leiden, José Pinto de Azeredo publicou, no Jornal Enciclopédico, o artigo “Exame químico da atmosfera do Rio de Janeiro” . O objetivo deste trabalho é analisar algumas especificidades do Iluminismo português e luso-brasileiro à luz do exemplo constituído pelos dois textos de José Pinto de Azeredo acima mencionados. Dá-se particular atenção às interpretações historiográficas do Iluminismo que, a partir dos anos 1970, passaram a chamar atenção para as variações nacionais e locais das Luzes, enfatizando o papel desempenhado pelos contatos dos europeus com povos não ocidentais na gênese de algumas das principais ideias iluministas. As interpretações inovadoras da diversidade cultural presentes em obras fundamentais do Iluminismo – pense-se, em particular, no Espírito das leis de Montesquieu e no Ensaio sobre os costumes de Voltaire – seriam impensáveis sem a experiência dos missionários jesuítas na América e no Extremo Oriente (notadamente na China). Nos trabalhos científicos escritos por Azeredo, a medicina ilustrada de Edimburgo e de Leiden se encontrou com as enfermidades de Angola e com os ares do Rio de Janeiro. O resultado desse encontro é, ele próprio, uma manifestação dos fluxos (globais) de informação que constituíam o Iluminismo.

E quando o representante não representa? Sobre a corrupção do governo no pensamento político de J.-J. Rousseau

Rayane Batista de Araújo

Doutoranda em filosofia pela UFRJ

baraujourayne@gmail.com

Jean-Jacques Rousseau é reconhecidamente um grande crítico da representação política na esfera da soberania, isto é, no espaço de criação das leis (poder legislativo), porém ele nem sempre é lembrado por ser um defensor da representação na esfera do governo (poder executivo). Na teoria política de Rousseau, o Governo é um corpo intermediário entre os súditos e o corpo soberano e a sua função é servir o Soberano garantindo o cumprimento da lei. Mas se por um lado o governo é desejável, por outro lado a sua existência significa uma ameaça constante à soberania, porque a partir do momento em que um governo é instituído, ele passa a ter uma vontade própria que tende naturalmente à sua conservação. Temos então a convivência de ao menos duas vontades distintas dentro do corpo político, isto é, a vontade de corpo do governo que, em relação à vontade geral, é uma vontade particular, e a vontade geral. A questão é, portanto, como submeter esta vontade de corpo à vontade geral ou, em outras palavras, como salvaguardar a vontade geral contra as possíveis ameaças internas do governo. Porque sempre que o governo consegue se impor em relação ao Soberano, isso significa que uma vontade particular se impõe em relação à vontade geral. A proposta desta comunicação é analisar o fenômeno da representação política na esfera do governo no pensamento político de Rousseau. Nosso objetivo é primeiro investigar como Rousseau concilia a representação política na esfera do governo com a manutenção da soberania popular e, em seguida, investigar quando é que um governante não representa substantivamente e quais as consequências políticas disto.

A ilustração e o marco moderno de subjetividade

Renan Victor Boy Bacelar

Doutorando em Direito pela UFMG

renan.bacelar@outlook.com

O estudo da Ilustração depara-se com uma dificuldade intrínseca de definição conceitual do termo. Como ressalta Gonçal Mayos, em meio a tanta diversidade dificilmente se poderia imaginar um movimento ilustrado unitário ou facilmente definível. Os diferentes contextos sociais, culturais, econômicos e políticos impõem a necessidade de se reconhecer a existência de uma multiplicidade de ilustrações, que coincidem, em alguma medida, com os limites dos Estados nacionais. A despeito de não compartilharem uma mesma visão sobre passado, presente e futuro, porém, a postura dos ilustrados demonstra uma certa familiaridade em termos de atitudes, ideais, experiência de vida e visão sobre a condição humana. Não se deve, portanto, a pretexto de um rigor conceitual, simplesmente rejeitar a caracterização de um movimento que apresenta um certo espírito comum. Antes, uma análise macrohistórica e macrofilosófica do período, tal como levada a cabo pelo filósofo catalão, tem o mérito de demonstrar o surgimento de uma nova mentalidade. Um dos traços característicos desta nova mentalidade resta sintetizado na máxima kantiana: *sapere aude!* A razão moderna é, para o homem ilustrado, motor do projeto de emancipação humana e de progresso científico. Vale dizer, o projeto emancipatório da humanidade – esta “metafísica do sujeito” –, se assim se pode dizer – reclama o monopólio da razão e do indivíduo na possibilidade do conhecimento. Com a presente proposta de comunicação pretendemos examinar, escorados na reflexão proposta por Gonçal Mayos, as linhas gerais que em boa medida nos permitem posicionar a mentalidade ilustrada neste novo marco da subjetividade moderna.

Luzes sobre a colônia: memórias das Memórias de Frei Gaspar da Madre de Deus

Renata Ferreira Costa
Professora da UFS
renatacosta@academico.ufs.br

As Memórias para a História da Capitania de São Vicente, do historiador Frei Gaspar da Madre de Deus, foram publicadas pela Academia de Ciências de Lisboa (ACL) em 1797. Essa edição, denominada princeps por ser impressa pela primeira vez a partir do manuscrito original do autor, foi o modelo para as cinco edições posteriores da obra (1847, 1920, 1953, 1975 e 2010), de modo que todos os estados do texto constituem as Memórias tal como foram transmitidas a seus leitores desde o fim do século XVIII. A questão subjacente à transmissão dessa obra, contudo, está no fato de sua edição princeps não representar o texto que Frei Gaspar imaginou e desejou que viesse a público, mas uma reformulação, que o adaptou ao cânone da Academia e à “norma” linguística portuguesa. O manuscrito original dessa obra, sob a guarda da ACL, revela diversas alterações introduzidas por punho diferente, reconhecidamente de Diogo de Toledo Lara e Ordonhes, responsável por levar o manuscrito do Brasil a Portugal e apresentá-lo ao exame da Academia. Desta forma, o propósito desta comunicação, a partir dos pressupostos teóricos e metodológicos da Crítica Textual, é apresentar o contexto de produção, circulação e transmissão das Memórias, com especial atenção às alterações que lhe foram introduzidas na passagem da tradição manuscrita à impressa, de modo a recuperar a sua forma genuína. Para alcançar tal objetivo, é essencial que se proceda ao reconhecimento das duas camadas textuais do manuscrito original: a redação de Frei Gaspar, que se mantém uniforme ao longo dos fólhos, sem rasuras e emendas, o que configura um texto finalizado, pronto para ser lido e publicado, e as interferências provenientes de outra mão, das quais resultam as supressões de palavras, frases, notas e parágrafos, parcial ou integralmente, substituições, reelaboração de partes do texto e inserções de informações.

A literatura fantástica de Mercier e Rétif de la Bretonne: delineamentos iniciais para um percurso de investigação filosófica

Renato Moscateli

Professor do Departamento de Filosofia da UFG
rmoscateli@hotmail.com

O século XVIII francês foi um período bastante rico em termos de produção de obras que enveredaram pelo campo da utopia. Essa forma de escrita literária serviu como um veículo privilegiado por meio do qual os autores expressaram ideias correntes no contexto intelectual iluminista, sendo que alguns deles também incluíram em suas narrativas elementos típicos do que ficou conhecido como ficção científica. Assim, neste trabalho buscarei apresentar os delineamentos iniciais de um percurso de pesquisa que tomará duas dessas obras, a saber, *O ano 2440*, de Louis-Sébastien Mercier, e *A descoberta austral por um homem voador*, de Nicolas-Edme Rétif de la Bretonne, como fontes principais para um estudo acerca dessa literatura fantástica setecentista, tendo por objetivo central investigar nela algumas questões cruciais à Filosofia Política. Trata-se de analisar as narrativas utópicas que eles produziram para compreender e problematizar suas concepções sobre o que configuraria uma sociedade bem-ordenada, a partir dos ideais políticos que informam tanto suas críticas às condições vigentes na França, quanto as soluções que eles apontam para a superação dos erros que enxergavam nesse quadro. A pesquisa também se voltará a discutir as peculiaridades da inserção dessas fontes nos gêneros da utopia e da ficção científica, e como elas dialogam com a filosofia da história ligada à ideia de progresso, bem como com as concepções científicas em desenvolvimento em sua época. das quais resultam as supressões de palavras, frases, notas e parágrafos, parcial ou integralmente, substituições, reelaboração de partes do texto e inserções de informações.

O Abade Raynal e a análise da dominação europeia no mundo

Rodison Roberto Santos

Pós-doutorando pela FEUSP

rodisonster@gmail.com

A obra História filosófica das duas Índias, organizada pelo Abade Raynal, com muitos trechos escritos por ele, é uma análise da dominação europeia em vários lugares de todos os continentes da terra. Esse autor mostra como os europeus dominaram o mundo com diversas técnicas e principalmente com aparato bélico. Contudo, essa dominação foi construída por uma interação cultural e predominantemente por meio do uso da violência em todos os sentidos, a violência física principalmente, mas também a violência psicológica, a falta de respeito pelas culturas, religiões, costumes, modo de vida etc. Tudo isso indica uma falta de consideração pela humanidade de muitos povos e uma interferência em seu modo de vida e sua forma de organização. Raynal traça o desenho de como essas modificações moldaram o mundo que conhecemos atualmente. Podemos, por meio do autor, fazer uma crítica à maneira de dominação europeia, por essa obra ser, de alguma forma, uma crítica da própria civilização expansionista do escritor.

Sobre o racismo do Iluminismo: crítica filosófica e história da filosofia

Rodrigo Brandão

Professor do Departamento de Filosofia da UFPR/CNPq
rodrigobrandao@ufpr.br

A presente comunicação pretende abordar algumas questões preliminares para o trabalho cuidadoso de análise da presença, sentido e repercussão do racismo no Iluminismo, sobretudo em sua vertente francesa. Antes de mais nada, cabe sublinhar a urgência da questão em um país marcado pela escravidão e violência do processo colonial. Reconhecida esta urgência e a presença de racismos os mais diversos em obras de autores consagrados no cânone filosófico do assim chamado Iluminismo, resta percorrer com paciência algumas questões que visam tornar mais precisos e consequentes os resultados da análise da relação entre Iluminismo e racismo em certos estudos contemporâneos: o que é o Iluminismo? Ou ainda: quem é o Iluminismo? São todos racistas os assim chamados Iluministas? A contribuição filosófica e política desses autores é ferida de morte por suas opiniões racistas? Os autores podem ser considerados apenas vítimas de seu tempo ou são eles próprios artífices desse racismo? As obras dos autores que compõem este movimento intelectual devem ser consideradas apenas reflexos ou justificativas ideológicas do processo colonial? Que tipo de pressupostos hermenêuticos estão presentes na redução dos textos ao contexto mais amplo do capitalismo colonial? A história da filosofia esconde ela própria elementos racistas? A comunicação focará alguns estudos recentes sobre o racismo no Iluminismo bem como analisará a posição de autores como Voltaire e Diderot. Pretende-se com isso destacar os pontos em que os instrumentos valiosos de análise e interpretação de textos fornecidos pela prática da história da filosofia parecem dar lugar a um procedimento de denúncia que arrisca substituir o trabalho cuidadoso e a difícil acribia do historiador da filosofia pelo conforto de se estar do lado certo da história.

O princípio da separação de poderes em Montesquieu: uma análise do presidencialismo de coalizão no Brasil

Rodrigo Xavier

Graduando em Direito pela UFMG

rodrigoxavierbra@gmail.com

O trabalho visou compreender, por meio de uma abordagem crítica e histórico-bibliográfica, o fenômeno do presidencialismo de coalizão no Brasil a partir da análise do princípio da separação de poderes, tendo como enfoque o seu principal idealizador, filósofo e iluminista, Barão de Montesquieu. Para tanto, a problemática central de nosso estudo consiste em identificar até que ponto é possível uma descentralização do poder para a garantia das liberdades individuais em detrimento da eficiência do Estado enquanto poder centralizado, na perspectiva do presidencialismo brasileiro. Nesse contexto, vislumbramos a história de Montesquieu, de maneira que, logo após, examinamos as noções doutrinárias dos freios e contrapesos, da autonomia e independência, perpassando pelos conceitos jurídicos centrais do princípio da separação de poderes mediante a análise de suas dimensões positiva e negativa, quais sejam, a especialização funcional, a não usurpação de poder e o controle recíproco, através de importantes autores brasileiros sobre o Direito Constitucional e a Teoria Geral do Estado. Por conseguinte, realizamos uma comparação entre a noção de Montesquieu sobre a separação de poderes e o presidencialismo de coalizão, ocasião na qual identificamos importantes impactos: o clientelismo e a perda de qualidade nas políticas públicas. Por fim, pudemos concluir que a presente pesquisa trata de um problema complexo, dado que, embora não exista uma opinião mais correta do que as outras, a resposta mais coerente e perspicaz para a problemática central apresentada está em seguir os princípios lógicos da concepção político-filosófica adotada.

Retorno a si mesmo e a possibilidade de ação reparatória da razão em Rousseau

Rômulo Barreto Fernandes

Mestre em Filosofia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP)

rbfernandes.adv@gmail.com

Neste trabalho temos o objetivo de abordar as observações de Jean-Jacques Rousseau sobre o tema do homem em sua relação consigo mesmo e com a natureza, a partir de uma leitura de *Emílio*, ou *Da Educação* (1762). Para tanto, valemo-nos da análise realizada por Pierre Burgelin em *La philosophie de l'existence de J.-J. Rousseau* (1973) para retirar da obra do filósofo setecentista um aspecto particular de sua visão sobre a condição humana, caracterizada por uma cisão que fende a individualidade do sujeito ao criar uma segunda natureza conflitante com sua constituição originária, o que resulta em um sujeito determinado por uma coleção de paixões vis a que o sujeito se prende por um desregramento habitual. A partir destas considerações e com suporte na possibilidade que o indivíduo tem de regrar-se por um sentimento contido em sua consciência, observamos a relação entre razão e vontade, e como a formação de juízos passivos e ativos no indivíduo, observado este dictamen, o permite realizar uma ação em adesão à sua essência como bem formada pela Natureza. A possibilidade de ação segundo uma vontade é expressão da liberdade, ao contrário da mera reação aos desejos factícios decorrentes dos costumes vis. Tentaremos sustentar, portanto, que resta ao indivíduo a possibilidade de uma reorganização segundo a consciência, a partir de uma adesão do sujeito a certos preceitos que se concatenam neste dictamen.

Rousseau e a educação

Ronney Costa de Moraes

Mestre em Filosofia pela UFS
moraisionney@yahoo.com

A presente pesquisa tem como objetivo geral analisar a relação entre moralidade e educação natural em Rousseau e como objetivos específicos: (i) Examinar a noção de educação natural em Rousseau, tendo em vista a análise dos Livros do Emílio, principalmente o I e o II; (ii) Perscrutar o conceito de moral em Rousseau obtido no Discurso Sobre as Ciências e as Artes e no Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens; (iii) Relacionar o conceito de educação natural e moral em Rousseau. À medida em que o selvagem se utiliza da perfectibilidade e da liberdade, encontra a possibilidade de opor-se aos seus instintos, transformando-se em agente livre, capaz de discernimento. Com isso, pouco a pouco, por meio de suas escolhas, ele vai se desfazendo da maneira em que vivia no estado de natureza, instigado a modificar sua vida simples e solitária estabelecida pela amoralidade. Nota-se que, quanto mais distante do seu estado originário, mais capaz se torna em relação à multiplicação das paixões e dos vícios, que se acentuam significativamente por meio do convívio social. Essas mudanças, ao serem analisadas, trazem consigo o problema central da pesquisa, que surge a partir da seguinte problematização: “Qual é a solução profilática proposta por Rousseau para restaurar a natureza humana, desde que a perspectiva civilizatória seja preservada?” Desse modo, deve-se considerar a vida em sociedade ao degenerar a harmonia que o homem tinha em relação ao seu estado de paz e felicidade. Assim, para alcançar os objetivos da pesquisa a metodologia utilizada será a análise estrutural das obras supracitadas, na qual se pretende compreender os conceitos elaborados nelas priorizando suas estruturas internas, ou seja, sendo fiel ao pensamento do autor.

O individualismo de Rousseau: prenúncio da ética da autenticidade?

Sarah da Silva Araújo

Doutoranda pela UFG

sarah.aaraujo@discente.ufg.br

Rousseau, filósofo genebrino do século XVIII, viveu quando predominava a etiqueta e os modos aristocráticos, joga fora a peruca, símbolo da corte, e atira longe o seu relógio, expressão da burguesia que se afirma, ou seja, tenta se desfazer das amarras que o prendem à sociedade de corte. Ele joga fora esses acessórios porque ambos não constituem nada para ele, que não vai viver, educar ou produzir sua teoria conforme a peruca ou o relógio, ou seja, de acordo com princípios e regras estabelecidos pelas instituições da época. Rousseau se destacou porque tecia uma grande crítica em relação à evolução da ciência e das questões políticas à época que repercute até os dias de hoje. Para ele, o que havia de cruel é que a cada novo progresso da humanidade esta se afastava ainda mais do seu estado primitivo, que era, para ele, o estado ideal do ser humano. Este trabalho busca apresentar o que Rousseau apresenta sobre o individualismo. Esse individualismo comprometido, apresentado por Rousseau, me parece o que apresenta também Charles Taylor com a ética da autenticidade. Taylor apresenta dentro dessa ética três mal-estares, quais sejam: o individualismo, a primazia da razão instrumental e o estado tutelar, como aquele que manda em tudo, responsável pela perda da maneira de ser. A questão do individualismo é relevante, pois apesar da temática estar apresentada sob a perspectiva do autor do século XVIII, faz um paralelo com os dias hodiernos, portanto é relevante esse intercâmbio entre o genebrino e o autor contemporâneo, Charles Taylor. Ambos trazem a questão da liberdade e o limite da mesma e essa questão, do excesso ou limite da liberdade diz respeito ao individualismo de cada ser humano e o limite desse individualismo, com menção a jaula de ferro e outros mecanismos que servem de metáfora para nos esclarecer tal temática.

A diplomacia das letras no Século XVIII : um exercício de civilização em nome dos valores das Luzes

Silvia Tatti

Professora da Universidade “La Sapienza” , Roma
silvia.tatti@uniroma1.it

A diplomacia das letras inclui a atividade literária dos muitos literatos que estiveram envolvidos nos assuntos políticos de seus estados ou cujas carreiras se deram em torno das cortes e centros de poder do Antigo Regime. Como secretários, conselheiros, encarregados de negócios, próximos da política, tiveram a possibilidade de observar a dinâmica do poder e de expressar suas considerações sobre a história de seu tempo em sua produção literária (poemas, cartas, relatos de viagem, diários etc.) . Graças a esses homens de letras, todos os valores da República das Letras do século XVIII (paz, felicidade privada e pública, tolerância etc.) entraram em jogo na história política; sua luta por uma diplomacia pronta para abraçar os valores do esclarecimento mostra a importância da comunicação entre cultura e política que é um dos legados mais fortes do século XVIII e que deve inspirar as relações internacionais ainda hoje.

A liberdade dos mares no debate dos séculos XVII e XVIII: Grotius e Vattel

Sizínio Lucas Ferreira de Almeida

Doutorando pela UFS

siziniolfalmeida@gmail.com

O debate sobre a liberdade dos mares foi um tema nevrálgico na consolidação dos Estados nacionais na Europa durante os séculos XVII e XVIII. O presente texto apresentará como dois autores deste período abordaram a presente questão. Inicialmente, com o filósofo neerlandês Hugo Grotius e o *Mare Liberum*, publicado em 1609. De acordo com o autor, o direito de navegação e comercialização estão respaldados pelo direito das gentes, cuja base filosófica evoca a ideia de uma sociedade geral do gênero humano que, através das relações comerciais, reforçam os laços sociais, visto que a natureza assim o determina e, de acordo com a sociabilidade natural, encontra seu fundamento na livre navegação. O objetivo de Grotius é afrontar as intenções portuguesas e espanholas na tentativa de monopolizar as rotas marítimas como uma infração ao direito das gentes, quando estas nações impedem as demais de usufruírem das mesmas rotas marítimas e comerciais que os ibéricos. Por fim, o debate é retomado por Vattel na obra *Direitos das Gentes* (1758), ressaltando as premissas defendidas por Grotius. De acordo com Vattel, a nenhuma nação é dado o direito de apropriação sobre o uso dos mares, fato que contraria o direito das gentes, que legitima a abertura da navegação e comercialização a todos os povos. Em ambos os autores, observa-se a defesa pela liberdade de navegação e comercialização como pontos basilares para a existência de uma sociedade geral dos homens. Convém destacar que a teoria grociana ainda hoje ressoa quando o assunto é a livre navegação. A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 1982, regulamenta o uso dos mares não apenas sobre a navegação, mas também sobre a gestão de recursos marinhos e a poluição, sobretudo no alto-mar, onde vigora o princípio da liberdade de navegação, de pesca, sobrevoo e pesquisas científicas.

A descoberta do ego absoluto: o Descartes de Michel Henry

Symon Sales Souto

Doutorando pela UFSM

sssouto1@hotmail.com

Pretende-se mostrar com esta pesquisa, a partir de Michel Henry enquanto leitor de Descartes, que todos os juízos que possamos ter sobre o mundo au dehors, em contrapartida, confirmam a nossa própria existência e estabelece a natureza de nosso próprio intelecto. Como resultado desta operação metódica que coloca em parêntesis o mundo objetivo, resulta que me capto como eu puro, de modo que o que existe, vale para minha consciência num tal cogito. Dirá Husserl alguns anos mais tarde que “enquanto realidade absoluta e indubitável, o sujeito que medita retém apenas a si mesmo enquanto ego puro, como existindo indubitavelmente e não podendo ser suprimido mesmo que este mundo não exista” (HUSSERL, 2001, p. 12). Descartes, por sua vez, diz que se há ou não um “enganador muito potente e muito astuto que emprega toda sua indústria em enganar-me sempre, não há dúvida, então, de que eu sou. Se ele me engana, e que me engane o quanto quiser, jamais poderá fazer com que eu não seja nada, enquanto eu pensar ser alguma coisa” (DESCARTES, 1996, p.42-43). A vista disso, poderemos inferir que ser uma coisa pensante, ou melhor, ser esse “eu” , essa “coisa que pensa” , mesmo sonhando ou em vigília, significa que a substância pensa, imagina, duvida, logo, existe. Eu sou, diz o filósofo, pelo tempo em que penso (DESCARTES, 1996, p. 46). Como resultado, Descartes observa que a única verdade que não fora capaz de ser posta de lado consiste no poder duvidar, inclusive daquilo que se pensa. Deste modo, segundo M. Henry, o ganho de sua filosofia consiste em afirmar que sua existência não é deduzida através de um argumento, mas reconhecida como algo evidente por uma simples intuição.

Rousseau e o fim autêntico do Estado

Taila de Abreu Ribeiro

Mestranda pela UFPA

taila.ribeiro@ifch.ufpa.br

Esta proposta de comunicação, tem a intenção principal de discorrer acerca de um conceito fundamental no contexto político na filosofia no séc. XVIII, qual seja, o conceito de Estado. O ponto de partida de nossa análise é a crise permanente deste conceito, o que levou Rousseau a restabelece-lo, tendo em mente a ideia de que o que leva os homens a instituir o Estado é o desejo de garantir as condições de realização do bem comum sem o qual não há como falar em sociedade. Nosso intuito é mostrar que apesar da verdade que o Estado pode ser ou é utilizado como ferramenta de dominação ou opressão social, o que o Filósofo nos mostrará é que nisso há um desvio, uma corrupção de seu fim autêntico, que é o bem estar coletivo. Na verdade, a análise de Rousseau, em *Do Contrato Social*, é uma retomada da tese grega que diz que, ao escolher associar-se, o homem passa a dar um sentido moral a suas ações, o que o obriga a consultar a razão antes de agir, afinal se vê a partir disso necessidades coletivas. Assim, desejamos mostrar de que modo Rousseau se aproxima do mesmo sistema escrito por Aristóteles, para quem tudo dever ser considerado do ponto de vista dos fins, inclusive a percepção humana das vantagens da vida em comum, o que faz coincidir o fim social e a função própria do Estado. Finalmente, pretendemos indicar que a representação de fins comuns para a ação supõe o desenvolvimento no homem de uma capacidade social de pensar, e é a ela que identificamos nossa razão que dispõe a nós a possibilidade de nos submetermos às leis morais.

Uma questão sobre o homem: repercussões do projeto global da obra de Kant para a antropologia filosófica

Tales Pinto da Silva

Graduando pela UFPI

talessilva@aluno.uespi.br

Quando sondamos a influência de Immanuel Kant no percurso da filosofia ocidental, nos deparamos com um enorme revêrbero do seu *modus operandi*, as consequências da Revolução Copernicana nas operações de investigação filosófica. Seu idealismo transcendental, o método crítico, e a natureza reflexiva da filosofia kantiana são legados inegáveis para o conhecimento humano, dito melhor: para o estudo das condições de possibilidade sob as quais o conhecimento humano atua. É pois, nesses termos que o presente trabalho tem por objetivo investigar as repercussões do projeto global da obra de Kant para a Antropologia Filosófica. Além disso, procuramos discorrer sobre como tal questão pode ser compreendida como um centro ao redor do qual a obra de Kant é construída. Em outras palavras, em qual sentido seria possível entender como Kant lida com a questão do homem na sua filosofia. Com isso, a pesquisa busca uma abordagem da filosofia de Kant não só no estudo do seu importante conteúdo, mas também na possibilidade de voltar-se para a sua forma inovadora de reter e investigar os temas, em especial a pergunta pelo homem. Por conseguinte, se faz exequível discutir tal legado desde a consolidação do Iluminismo até a contemporaneidade e, a partir disso, compreender o desenvolvimento do projeto kantiano e sua influência em vertentes filosóficas futuras e escolas de pensamento contemporâneo, como é o caso do neokantismo de Ernst Cassirer, da Escola de Marburgo. Tendo em vista todos esses aspectos, o trabalho realizado é de cunho teórico, e sua elaboração advém do estudo de obras e artigos científicos selecionados onde se busca elementos de sustentação da hipótese da pesquisa, através da metodologia de revisão bibliográfica. Por fim, estes aspectos serão observados para que seja possível compreender como o trabalho monumental de Kant influenciou e continua a influenciar os debrúces sobre a questão do homem.

Contra o obscurantismo, Ciência! A visão científica de Marquês de Condorcet na França do século XVIII

Thayenne Roberta Nascimento Paiva

Mestra em História pela PUC Rio

thayenne-intelectus@hotmail.com

O século XVIII foi herdeiro das transformações mentais e culturais que o século precedente produziu, com críticas aos ensinamentos da Antiguidade e da Escolástica em bases metafísicas e teológicas, respectivamente. Todavia, este posicionamento não incorporou a desaprovação e a censura à estratificação social. Logo, a ciência que foi repensada nesse século incorporou esse questionamento, bem como contra o jugo político do Ancien Régime. Nicolas de Caritat, Marquês de Condorcet, defendeu a busca de uma ciência verdadeira que se sobrepusesse a uma teologia má, bem como apresentasse uma investigação colaborativa entre os eruditos (mesmo que de diferentes nacionalidades), um método empírico de investigação e a institucionalização do fazer científico sem a dominação e/ou interferência política. Assim sendo, esta apresentação se organiza em torno da análise de uma fonte de época que marcou o século XVIII: *Fragments sur l' Atlantide*, do filósofo francês Marquês de Condorcet. Propomo-nos empreender uma leitura crítica que possibilite mostrar a similaridade de visão de ciência que Condorcet resgatou de Francis Bacon (filósofo inglês que influenciou o ensaio utópico do filósofo francês), ao que concerne as suas leituras futuristas de progresso científico da sociedade. Nosso foco será acerca do protagonismo da historicidade da natureza humana no fenômeno científico sustentada por Condorcet (entendida aqui como uma leitura melhorada e remodelada da visão de Bacon).

Ossian: entre as regras e o gênio natural

Thiago Rhys Bezerra Cass

Professor do Departamento de Letras Anglo-Germânicas (UFRJ)

bezerracass@letras.ufrj.br

Nos longos poemas narrativos atribuídos a Ossian, Fingal (1761-2) e Temora (1763), conciliam-se preceitos composicionais a priori inconciliáveis. Basta ler os prefácios, ensaios introdutórios e notas de rodapé de Fingal e Temora, nos quais o suposto tradutor e editor, o escocês James Macpherson, intervém a fim de direcionar a recepção das obras. Parte considerável dessas intervenções buscava determinar, como fizera Thomas Blackwell em *An Enquiry into the Life and Writings of Homer* (1735), a relação entre a poesia de Ossian e o ambiente sociocultural que a gestara. O velho bardo do século III d. C. seria um espécime de “gênio natural”. Por outro lado, o tradutor não hesitava em indicar como as composições satisfaziam a preceptística do aristotelismo neoclássico, cujo expoente máximo era o *Traité du poëme épique* (1675), de René Le Bossu. Resgata-se Ossian de sua suposta excepcionalidade histórica e poética para avaliá-lo por regras de pretensões universais, a fim de outorgar-lhe a prestigiosa palma de poeta épico. Discutirei como, ao plasmar na forma de Fingal e Temora princípios críticos e criativos tão diversos, Macpherson potencializou a ressonância dos ditos poemas ossiânicos. Contudo, procurarei demonstrar como o resultado são obras cuja epicidade é desconstituída pelo mesmo arranjo que a constitui.

Rousseau os dilemas da desigualdade

Thiago Vargas

Pós-doutorando em filosofia pela USP/Fapesp

thiagoveazevedo@gmail.com

Ao criticar alguns dos argumentos filosóficos erigidos ao longo da modernidade, Rousseau terminará por alçar a desigualdade ao estatuto de noção central de sua teoria política. A lucidez de sua ênfase e de sua crítica às filosofias elaboradas ao longo do período de surgimento da economia política são evidenciadas em um fragmento, trecho no qual Rousseau oferece pistas para refletirmos sobre a atualidade de seu pensamento: “concedo de boa-fé que quando as obras de meus adversários não mais subsistirem, as minhas serão perfeitamente inúteis”. Em outras palavras, ao formular suas aporias aos “sistemas modernos”, o autor do Contrato busca apontar impasses não somente à economia política emergente, mas a uma forma de se pensar o social que, com maior ou menor grau de sucesso, ganhou espaço nos últimos séculos. Assim, não seriam exatamente os dilemas que a desigualdade encontra nas sociedades de comércio uma das mais importantes razões para voltarmos nossas atenções a Rousseau?

Pamela e Level 26: Dark Origins: quais os limites do romance?

Vanessa de Carvalho Santos

Doutoranda em Ciência pela UFRJ

vanessadecarvalhosantos@outlook.com

O termo transmídia nasceu no íntimo da produção cultural e de entretenimento no final do século XX e é compreendida como uma narrativa que se divide em diferentes mídias. Embora os estudos sobre narrativas transmidiáticas tenham nascido no campo da comunicação, diversos experimentos têm sido feitos com a utilização da estratégia composicional mencionada acima. Dentre eles está o romance Level 26: Dark Origins, publicado nos Estados Unidos em 2009 pelos autores Anthony E. Zuiker e Duane Swierynski. Trata-se de um experimento que combina livro, vídeos e uma rede social. A obra se apresenta como o primeiro romance digital, ou digi-novel, já feito. Sabemos que todo grande importante avanço nas comunicações permite o aparecimento de uma nova forma de narrativa e a narrativa transmidiática nos inquieta ao ponto de questionarmos o seu lugar frente às diversas teorias de gêneros literários, em especial a teoria do romance (ROSE, 2011). Quando nos voltamos para as discussões do romance, o século XVIII é apontado como o berço do gênero e ele se destaca devido a grande quantidade de experimentos ficcionais que foram elaborados no período (SPACKS, 2006). Dentre os romances publicados no período, nos chama atenção Samuel Richardson e seu romance Pamela, or, Virtue Rewarded, publicado em 1740, que foi alcunhado como um “evento midiático” por marcar uma transformação significativa nas práticas de mídia desde então, estimulando respostas, paródias e continuações (WARNER, 1998, p. 176). Entendendo a importância de Pamela como um texto seminal na exploração dos limites do romance, objetivamos compará-lo à obra Level 26: Dark Origins, para perscrutar se o romance transmidiático rompe com o gênero novelístico ou trata-se de um desenvolvimento lógico intrínseco ao próprio romance. Temos a pretensão de discutir os limites do gênero quando ele abre mão de sua materialidade.

O reconhecimento da origem social da democracia em J. Stuart Mill como legado das Luzes do século XVIII

Veronica Calado

Mestranda pela UFPR

veronica.calado@ufpr.br

Algumas obras clássicas do iluminismo, tais como O espírito das leis (Montesquieu) e em Do Contrato Social (Rousseau), nos auxiliam a delinear o conceito de democracia nos moldes em que conhecemos. Rousseau compreende a democracia como forma de Estado, na qual o reconhecimento da soberania popular implicaria na valorização da soberania popular e do autogoverno. Montesquieu, por sua vez, apresenta-a como forma de governo, no qual a partir de uma complexa engenharia institucional (tripartição de poderes) promove o balanceamento dos campos político e social. Contudo, foi com o as contribuições de David Hume, que valorizou a observação da origem histórica das instituições políticas e de suas relações no campo das forças sociais, que a democracia passou a ser observada como uma forma de organização social. No século XIX, o filósofo inglês J. Stuart Mill, valendo-se da chave de leitura humeana, conceituou a democracia representativa para além dos itens constantes da tipologia aristotélica, reconhecendo-a como uma experiência política tipicamente moderna, cuja origem remonta ao campo social. Reconheceu, portanto, que tanto a sua origem quanto desenvolvimento se caracterizam por acentuado traço de indeterminação, e também que a política se beneficia com o desenvolvimento de um poder reformador, igualitário e dinâmico, pouco explorado nos paradigmas anteriores. A sociedade democrática milliana passa ser observada como algo indissociável do campo das opiniões. Tal conclusão, por sua vez, conduz este filósofo a uma outra preocupação: a possibilidade da configuração de pensamentos antidemocráticos no campo social. A teoria democrática milliana, nesse sentido, passa a se relacionar com a tentativa de conciliar os princípios da igualdade e da liberdade, estabelecendo uma relação de mão dupla entre as instituições e a sociedade, com o objetivo de superar a ameaça, sempre presente nos regimes democráticos, da formação de uma tirania no campo dos costumes.

Rousseau no Antropoceno

Victor Alexandre Garcia

Doutorando em Filosofia pela PUC-RJ

victorgarciapsi@gmail.com

A problemática da degradação do meio ambiente, levantada pelo ambientalismo há já várias décadas, está agora na ordem do dia — algo que tende a aumentar à medida que a crescente destruição dos biomas do planeta resultarem em cada vez mais eventos catastróficos para a humanidade. A mitigação da degradação planetária dependeria de uma imensa repactuação social, bem como de uma mudança radical no modo de vida de parte significativa da humanidade (parte esta que é inteiramente dependente dos combustíveis fósseis e da produção industrial — ou seja, de uma série de bens de consumo descartáveis e supérfluos —, do uso de meios de transporte individualistas, do consumo intensivo da carne de ruminantes, etc etc). O que Rousseau teria a nos dizer diante de tal cenário calamitoso? Nosso trabalho tentará responder a esta pergunta em três momentos. No que diz respeito à necessidade de repactuação, discutiremos a hipótese de Michel Serres, grande leitor de Rousseau, acerca da transformação do contrato social em contrato natural. Para abordarmos a problemática da transformação do modo de vida moderno, discutiremos a apreciação de Rousseau acerca da relação entre o progresso tecnológico e a felicidade humana. Em ambos os casos a botânica rousseauiana nos servirá de guia e orientará nossas reflexões. Por fim, nosso trabalho lembrará que Rousseau é também conhecido por seu pessimismo histórico, que sua obra não apresenta saídas fáceis e que chega mesmo a duvidar que problemas complexos tenham qualquer solução. Rousseau é um autor para o qual já é sempre tarde demais, do mesmo modo que já é tarde demais para evitarmos completamente o antropoceno, e que iremos, no máximo e se conseguirmos, atenuar seus efeitos catastróficos.

Antecedentes pascalianos do pensamento histórico de Rousseau

Vinicius de Figueiredo

Professor Titular do Departamento de Filosofia da UFPR
berlendis.figueiredo@gmail.com

Dentre as inúmeras controvérsias que pesam sobre a obra de Rousseau, destaca-se aquela sobre o significado de sua reflexão histórica. Desde a tirada de Voltaire de que o autor do Discurso sobre a origem e o fundamento da desigualdade (1755) gostaria de nos ver novamente perambulando de quatro nas florestas, até a refutação desta mesma boutade pelos partidários do filósofo genebrino, que observam que ele teria apenas lançado mão de uma experiência de pensamento, de um expediente metodológico designado pela “história conjectural”, a polêmica sobre o significado da historicidade atesta sua relevância na obra rousseauniana. Quais, no entanto, suas fontes? Sem enveredar pela via filológica, mantendo-nos, portanto, numa análise prioritariamente lógica e textual, gostaríamos de assinalar a homologia existente entre a concepção de história de Rousseau e a reflexão ético-teológica de um autor que projeta sua sombra sobre todo o século XVIII francês: Blaise Pascal.

Schiller e Rancière: acerca dos dilemas da relação entre arte e política de nosso tempo

Vladimir de Oliva Mota

Professor do Curso de Artes Visuais da UFS

deolivamota@hotmail.com

O presente trabalho insere-se no debate de longa tradição sobre a relação entre arte e política. A arte é ou deve ser heterônoma, isto é: é ou deve instaurar vínculos em relação à estrutura da política, estabelecendo um laço entre uma poética e a constituição e organização da vida social e, assim, atingir a sua plenitude ao se tornar uma peça da ação política? Ou a arte é ou deve ser autônoma, isto é: é ou deve ser instaurada, independente do horizonte político, como expressão de um prazer estético desassociada das outras experiências da vida social, mantendo-se autossustentável, para além das circunstâncias que a cercam? Evidentemente que essas questões, que fomentaram e fomentam aquele debate tradicional, sofrem incontáveis variações, dependendo do que se pressupõem por arte e por política. O que aqui se propõe é apresentar a contribuição de Rancière a esse debate, expondo seu retorno ao século XVIII para recuperar, em Schiller, o conceito de "jogo", com o propósito de sustentar a sua tese segundo a qual há uma forma da experiência sensível que, em seus termos, "porta em si um novo regime de efetividade dos objetos de arte em suas singularidades e uma nova configuração da comunidade como experiência vivida específica de um mundo comum": O "jogo", entendido como acordo sem conceito entre o inteligível e o sensível, implica liberdade; a partir daí, a relação entre as faculdades do espírito pode ser traduzida em termos políticos porque possibilita a ruptura com a lógica da dominação inscrita no imediato sensível, pois se trata, efetivamente, de uma revolução na partilha do sensível – sua definição de política. Assim, para Rancière, arte e política não se opõem como autonomia e heteronomia, pois ambas são postas na mesma condição pelo "jogo": a de um senso comum suspensivo, de um senso comum de exceção.

A questão da corrupção dos costumes no ateísmo militante de Barão de Holbach

William Romualdo

Doutorando pela USP

liam_romualdo@yahoo.com.br

Trata-se de analisar o pensamento filosófico de Barão de Holbach (1723 – 1789) acerca da questão da “corrupção dos costumes”, cuja base crítica está presente em seu livro *La Contagion sacrée ou Histoire naturelle de la superstition*, de 1768. Este texto corresponde a um dos escritos iniciais da obra holbachiana que consideramos como integrante de sua primeira fase filosófica, cujo combate crítico se dá sobretudo por meio de um ateísmo filosófico militante. Analisaremos como Holbach apresenta as origens e as causas do processo de desvirtuamento dos valores morais que, por consequência, causam efeitos danosos à sociedade como um todo. Segundo o barão, a superstição advinda da religiosidade é a principal fonte de todos os erros consagrados aos seres humanos em sociedade, visto que gera a tirania, o despotismo e faz com que os bons costumes sejam corrompidos. Diante desses embates, pretendemos evidenciar os responsáveis pela depravação moral em questão que, segundo Holbach, são os representantes da Igreja e da política no Antigo Regime.

